

Relatório & Contas 2014



EST. 1833

BANCO
CARREGOSA

Relatório & Contas 2014



EST. 1833

BANCO
CARREGOSA



Índice

| | | |
|------|--|--------|
| I | Síntese de Indicadores | 07 |
| II | Estrutura Acionista e Órgãos Sociais | 09 |
| III | Mensagem da Presidente do Conselho de Administração | 11 |
| IV | Mensagem do Presidente da Comissão Executiva | 13 |
| V | Relatório de Gestão | 15 |
| | 1 - O Banco Carregosa | . 15 . |
| | 2 - Principais Eventos de 2014 | . 16 . |
| | 3 - Política de Comunicação e Responsabilidade Social | . 19 . |
| | 4 - Organização Interna e Segmentos de Negócio | . 23 . |
| | 5 - Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros | . 25 . |
| | 6 - Síntese da Atividade | . 29 . |
| VI | Análise às Contas | 39 |
| | 1 - Contas Individuais | . 39 . |
| | 2 - Contas Consolidadas | . 47 . |
| VII | Declaração de Conformidade sobre Informação Financeira | 49 |
| VIII | Eventos Subsequentes | 51 |
| IX | Informação nos Termos do Art.º 66º do C.S.C. | 51 |
| X | Política de Remuneração dos Órgãos de Gestão, Fiscalização e Colaboradores | 53 |
| XI | Proposta de Aplicação de Resultados | 57 |
| XII | Agradecimentos | 57 |
| XIII | Contas Consolidadas | 59 |
| XIV | Contas Individuais | 105 |
| XV | Certificação Legal das Contas Consolidadas e Individuais | 147 |
| XVI | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal | 151 |
| XVII | Extrato das Deliberações Tomadas na Assembleia Geral de 27 de Maio de 2015 | 153 |



I · Síntese de Indicadores

CONTAS INDIVIDUAIS

· valores expressos em euros ·

| | 2014 | 2013 | 2012 |
|--|---------------|------------------|------------------|
| Margem Financeira | 3.727.904 | 4.821.917 | 9.341.312 |
| Comissões Líquidas | 4.009.905 | 2.716.726 | 3.045.263 |
| Resultados de Operações Financeiras (Liq.) | 5.042.293 | 12.032.793 | 11.786.661 |
| Outros Resultados de Exploração | -138.143 | -580.600 | -390.879 |
| Produto Bancário | 12.709.606 | 18.990.836 | 23.782.357 |
| Custos com o Pessoal | -3.430.326 | -3.372.816 | -3.451.182 |
| Outros Gastos Administrativos | -4.129.974 | -3.716.633 | -3.302.373 |
| Custos de Estrutura | -7.560.300 | -7.089.449 | -6.753.555 |
| Amortizações | -547.320 | -874.989 | -1.627.583 |
| Provisões | 171.636 | -579.502 | -130.684 |
| Imparidades | -4.561.192 | 312.149 | -407.134 |
| Resultado Antes de Impostos | 212.430 | 10.759.045 | 14.863.401 |
| Impostos | -175.688 | -3.709.881 | -5.399.497 |
| RESULTADO LÍQUIDO | 36.742 | 7.049.164 | 9.463.904 |
| Total do Ativo Líquido | 198.683.075 | 228.858.967 | 256.599.162 |
| Capitais Próprios | 33.959.415 | 38.657.129 | 32.726.801 |
| Fundos Próprios | 34.928.378 | 33.298.095 | 26.049.628 |
| Depósitos de Clientes | 120.336.085 | 95.089.633 | 77.880.651 |
| Crédito Concedido / Depósitos de Clientes | 42,74% | 41,06% | 51,02% |
| Crédito Vencido / Crédito Concedido ¹ | 13,39% | 0,32% | 0,38% |
| Rendibilidade de Ativos Médios (ROA) | 0,02% | 3,09% | 4,37% |
| Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE) | 0,10% | 20,07% | 34,62% |
| Rácio de Solvabilidade | 19,70% | 20,45% | 21,00% |
| Margem Financeira / Ativo Remunerado | 2,03% | 2,61% | 4,81% |
| Custos de Estrutura / Produto Bancário | 59,18% | 37,33% | 28,40% |

¹ Este valor surge influenciado de forma significativa por uma operação pontual de aquisição de um crédito vencido, cfr. descrito na Análise às contas (VI - 1 Contas Individuais), excluindo a referida operação o valor é de 0,96%.



II · Estrutura Acionista e Órgãos Sociais

BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

| | |
|------------|---------------------------------------|
| PRESIDENTE | Luis Manuel de Faria Neiva dos Santos |
| Secretária | Maria Manuela Pereira Antunes Matias |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|---------------------------------------|--|
| PRESIDENTE | Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva |
| Administrador | António José Paixão Pinto Marante |
| Administrador | Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves |
| Administrador | Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA (CE) | Pedro José Malheiro Duarte |
| Vogal da CE | Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes |
| Vogal da CE | Paulo Armando Morais Mendes |
| Vogal da CE | Paulo Martins de Sena Esteves |

CONSELHO FISCAL

| | |
|------------------|-------------------------------------|
| PRESIDENTE | Maria da Graça Alves Carvalho |
| Vogal | Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa |
| Vogal | Manuel José Lemos de Ferreira Lemos |
| Vogal (Suplente) | André de Castro Amorim |

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (SROC)

| | |
|-----------------|---|
| SROC | Vilar, Campos, Gomes & Associados Representado por Jorge Adalberto Vilar de Oliveira |
| Suplente (SROC) | António Magalhães & Carlos Santos |

Acionistas com participações superiores a 5% do capital social:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projectos, SGPS

Os membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2012-2014, foram eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 10 de maio de 2012 exceção feita ao Eng.º Paulo Martins de Sena Esteves, que foi eleito na Assembleia de 28 de maio de 2014.





III · Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

Ex. mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral,
Senhores Acionistas,

A última mensagem que vos dirigi, no âmbito do Relatório e Contas de 2013, começava por referir que dois dos nossos administradores nos tinham deixado de um modo um tanto abrupto e das dificuldades encontradas para que o Banco continuasse a sua atividade sem sobressaltos na ausência deles. Este problema está ultrapassado, o Banco Carregosa apresenta-se a esta Assembleia com um novo administrador que, de tão integrado na equipa, parece que dela sempre fez parte. Para os nossos afetos, os nossos mortos serão sempre insubstituíveis, para a realidade do dia-a-dia só precisamos de executantes de tarefas. Assim o assunto foi resolvido.

O ano de 2014 ficou marcado pelo desastre do Banco Espírito Santo e o Banco Carregosa não passou incólume por esta tragédia. As consequências das tragédias avaliam-se pelos prejuízos e nestes haverá também que contabilizar a desconfiança que se instalou em todos os cidadãos e a exagerada reação dos legisladores que, tendo sido apanhados de surpresa, procuram prevenir possíveis réplicas. Como é óbvio estes ambientes de exceção são sempre mais desafiantes para os bancos de pequena dimensão.

Como sempre procuraremos encarar de modo positivo e concluir que períodos de crise nos deixam mais fortalecidos e com o nosso sentido de rigor e competência mais apurados. Será esse o caminho porque essa é a atitude que os Senhores acionistas esperam de nós.

Aos que connosco trabalham resta-nos agradecer e pedir que continuem o caminho com o mesmo entusiasmo.

Muito obrigada,
Maria Cândida Rocha e Silva
Presidente do Conselho de Administração



IV · Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Excelentíssimos Senhores Acionistas,
Ilustres Membros dos Órgãos Sociais
Caros Colaboradores,

O exercício de 2014 ficou marcado pela medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, SA – BES.

O caso BES – GES veio a transformar-se na maior destruição de valor de que há memória em Portugal, lesando diretamente acionistas, clientes, credores e concorrentes.

Sem procurar culpados, e muito menos desculpas, foi um processo rápido, inesperado e surpreendente onde é difícil acreditar que haja inocentes.

Na atividade concreta do Banco Carregosa, continuamos a trilhar o caminho que nos propusemos, com os mesmos valores e princípios orientadores, tentando não perder de vista as oportunidades com que nos vamos deparando.

Foi um ano especialmente difícil para o setor. A descida abrupta das taxas de juro, veio colocar uma forte pressão na margem financeira, induzindo a um aumento generalizado das comissões bancárias. Acreditamos que este contexto se mantenha nos tempos mais próximos.

As medidas de reestruturação, racionalização e desenvolvimento que adotámos nos anos anteriores permitem-nos encarar com otimismo moderado este ambiente mais “hostil” à nossa atividade.

Concluído que está este mandato, com as vicissitudes que todos conhecemos, entregamos o banco consolidado, para se poder focar no crescimento e nos clientes.

Termino com o meu agradecimento a todos os *stakeholders*, em especial aos colaboradores, pela dedicação demonstrada.

Porto, maio de 2015

Pedro Duarte

Presidente da Comissão Executiva





V · Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do Banco Carregosa apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respetivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rubricas obrigatórias elencadas no art.º 66 n.º 5 (Relatório de Gestão).

1 · O BANCO CARREGOSA

O Banco Carregosa resulta da transformação em banco de uma instituição secular, que já nas suas origens se dedicava à poupança e investimento.

A licença para exercer a atividade bancária foi atribuída em 2008, mas o nome Carregosa está associado ao setor financeiro desde 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa abriu a casa mãe, que viria a ser conhecida como L.J. Carregosa, dedicada ao negócio de divisas.

Ao longo do século XX a L.J. Carregosa apurou a sua vocação nas áreas de corretagem e gestão de património transformando-se, sucessivamente, em Corretora e Sociedade Financeira de Corretagem. Ao virar do século XXI, celebrou uma parceria com o dinamarquês Saxo Bank que desenvolveu, para Portugal, a plataforma mais avançada para a negociação no mercado de capitais, hoje utilizada em todo o mundo, pelas mais diversas instituições financeiras. Em sequência dessa parceria tecnológica, em 2000, foi dado um passo pioneiro com o lançamento do primeiro serviço de corretagem *online* em Portugal. A evolução da negociação *online* levou ao lançamento da marca GoBulling, em 2007, o primeiro *broker* a praticar comissão de corretagem zero em todos os mercados Euronext.

Atualmente, o Banco Carregosa é uma instituição focada no segmento de banca privada. Presta serviços bancários e de investimento de excelência, de forma totalmente personalizada e especializada. Dirige-se a clientes que privilegiam, acima de tudo, a proteção do património, procurando alguma valorização através de um aconselhamento profissional e exclusivo, concebido para responder aos interesses e objetivos de cada cliente.

Honrando a sua história, o Banco assenta a sua atuação nos valores tradicionais da banca, no contato pessoal e personalizado, no conservadorismo na avaliação do risco, no conhecimento profundo da situação financeira e dos objetivos do cliente e no aconselhamento independente e profissional.

A oferta bancária dirige-se, essencialmente, a clientes particulares, providenciando serviços financeiros genéricos, soluções de poupança, gestão de ativos, execução (corretagem tradicional e *online*), incluindo a subscrição de fundos de investimento e custódia.

O Banco presta igualmente a clientes particulares, e suas famílias, um serviço de aconselhamento abrangente em matérias relacionadas com a gestão do património, incluindo apoio na definição e gestão do processo de investimento e na estruturação do património.

Para clientes que preferem utilizar exclusivamente o canal *online*, a GoBulling – Banco Carregosa *Online* é a área especializada em soluções de poupança e de investimento. Neste segmento, são os clientes que gerem o seu próprio património, sem necessidade de aconselhamento de gestão, mas para quem os avançados processos tecnológicos de negociação são imprescindíveis.

Embora essencialmente vocacionado para particulares, o Banco oferece um conjunto de soluções a investidores Institucionais e Empresas, incluindo soluções *corporate* e de gestão e cobertura de risco, execução e custódia, serviços de depositário de Fundos de Investimento de natureza diversa e serviços de liquidação e compensação no âmbito do MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade.

O Banco Carregosa tem sede no Porto, na Avenida da Boavista, e conta com duas agências em Lisboa e um escritório de representação em Madrid.

2 · PRINCIPAIS EVENTOS DE 2014

Janeiro

Janeiro de 2014 foi o mês em que se registou o maior número de aberturas de contas, desde a apresentação pública do Banco Carregosa. Este *record* surge após o lançamento do novo site em dezembro de 2013.

O seminário "Perspetivas para os Mercados Financeiros em 2014", exclusivo para clientes de banca privada, realizou-se em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga.

O Banco Carregosa patrocinou a exposição "Rubens, Brueghel, Lorrain - A Paisagem Nórdica do Museu do Prado", no Museu Nacional de Arte Antiga (MNA), aberta ao público entre dezembro de 2013 e março de 2014. A coleção de 57 obras exclusivas do Museu do Prado, de Peter Paul Rubens, Jan Brueghel e Claude Lorrain, teve como tema as paisagens pintadas pelos mestres flamengos e holandeses do século XVII.

Fevereiro

Realizou-se, no Porto, o seminário "Perspetivas para os Mercados Financeiros em 2014", em exclusivo para clientes de banca privada.

Foi lançado o "Depósito Indexado Carregosa Ibéria". A GoBulling – Banco Carregosa Online patrocinou e coorganizou o jogo de bolsa "Trading Cup 2014", em associação com a JEEFEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Março

Início do ciclo de seminários e *workshops* para clientes da GoBulling – Banco Carregosa Online, com a realização em Lisboa do seminário "Investir no Mercado Doméstico".

O Presidente da Comissão Executiva do Banco Carregosa foi orador na Conferência "Via Bolsa", organizada pela Euronext-Lisbon, a 20 de março na Porto Business School, subordinada ao tema "Financiamento das empresas via mercado de capitais". Esta conferência foi, igualmente, patrocinada pelo Banco Carregosa. A receita das inscrições da assistência reverteu a favor da "Associação Mundo a Sorrir".

Abril

O Banco foi o principal patrocinador do "Portugal Open", o maior evento de ténis do país, que se realizou no Jamor, entre 26 de abril e 4 de maio. Em edições anteriores o evento atraiu 40 mil visitantes.

Lançamento de dois depósitos a prazo indexados ao comportamento do índice Shiller CAPE Europe, os "Depósitos Indexados Carregosa Shiller CAPE Europe".

Maior

O Senhor Eng.º Paulo Sena Esteves é eleito membro do Conselho de Administração, na Assembleia-Geral de 28 de maio de 2014.

Junho

É lançado o Depósito Indexado "Carregosa Ibéria julho 2016".

Numa organização da produtora "Everything is New", o Banco Carregosa patrocinou a exposição "Os Saboias – Reis e Mecenas, Turim 1730/1750", que esteve em exibição no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, entre junho e setembro de 2014.

Julho

Em parceria com a Porsche, o Banco Carregosa convidou clientes e amigos para participarem no torneio "Golf Challenge III Porsche", que se realizou a 5 e 6 de julho, no Vidago Palace.

A GoBulling - Banco Carregosa Online aparece como a escolha acertada para negociar no mercado de capitais, nos 5 critérios escolhidos pelo estudo independente da DECO – Defesa do Consumidor.

Setembro

O Banco Carregosa foi distinguido com o prémio de “Melhor em banca privada em Portugal”, pelo World Finance, uma publicação britânica de finanças e economia.

Foi lançado o “Depósito a Prazo Indexado Carregosa Espanha vs. Europa”.

Novembro

O Banco Carregosa assegurou a sessão de Fiscalidade do ciclo de seminários “Young Professional Sessions”, organizado pela Euronext Lisbon.

Foi lançado, pela GoBulling – Banco Carregosa Online, um depósito a prazo específico para a quadra natalícia, o “DP Natal GoBulling - Juros Antecipados”.

Outubro

O Banco Carregosa realizou uma Oferta Pública de Subscrição (OPS) de Notes sobre o índice Finvex Sustainable & Efficient Europe 30 Price Return. As Notes foram emitidas pela SG Issuer e garantidas pela Société Générale (rating Moody's/S&P/Fitch: A2/A/A). A comercialização, em Portugal, foi exclusiva do Banco Carregosa.

Deu-se início à edição de 2014 do “Jogo da Bolsa”, numa organização conjunta com o Jornal de Negócios.

Dezembro

A 5 de dezembro, realizou-se, em Lisboa, a conferência “Outlook-2015”, exclusiva para clientes de banca privada, no Hotel da Lapa. O orador convidado foi o Prof. Doutor Daniel Bessa. A 12 de dezembro essa mesma sessão teve lugar na Biblioteca de Serralves, no Porto, tendo como orador convidado o Prof. Doutor António Costa Silva.

As plataformas GoBulling Pro, Pro Web e Pro Mobile, em parceria com o Saxo Bank, obtiveram, novamente, vários prémios internacionais ao longo do ano de 2014.





3 · POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Marcas e Comunicação

O nome Carregosa é indissociável do setor financeiro em Portugal. Além de ser uma das mais antigas casas financeiras da Península Ibérica, é um nome reconhecido no segmento da banca privada, desde que o Banco Carregosa iniciou atividade em 2008, e na área do mercado de capitais, onde a GoBulling já vem sendo líder, há mais de uma década, nalguns segmentos de negócio. As duas **Marcas** partilham serviços comuns, mas têm direções independentes e autónomas.

A marca “Banco Carregosa”, dirigida ao segmento de *private banking*, vive essencialmente das relações pessoais. Os clientes de banca privada são acompanhados de forma totalmente individual e personalizada, pelo seu *private banker*.

Os clientes da GoBulling – Banco Carregosa Online preferem a rapidez, a comodidade e a tecnologia avançada das plataformas de negociação. Privilegiam a autonomia na execução ao aconselhamento, embora tenham à disposição uma sala de mercados com *Traders* com largos anos de experiência de negociação.

Mas a GoBulling foi alvo de uma evolução recente. Reputada, há vários anos, como marca de corretagem *online*, é agora um fornecedor de mais informação, mais produtos e mais serviços. A GoBulling - Banco Carregosa Online expandiu a atividade para a oferta de produtos bancários *online* – os depósitos e aplicações juntam-se ao *portfolio* da negociação de todo o tipo de valores mobiliários, de qualquer praça do mundo. Muito brevemente será possível investir em fundos de investimento geridos por sociedades gestoras internacionais criteriosamente selecionadas pelo Banco. No que diz respeito a aconselhamento e recomendações de investimento, a GoBulling prepara-se para fornecer aos seus clientes informação produzida em exclusivo que vem complementar a informação já disponibilizada e produzida por peritos internacionais.

Só aparentemente a **Comunicação** de duas marcas pode ser conflituante ou gerar desafios difíceis. A prática mostra que é possível distinguir duas marcas e dois posicionamentos diferentes sob a mesma organização. O público, os clientes e a Comunicação Social não têm tido dificuldades em entender e distinguir estes dois conceitos.

Mas cada uma exige uma estratégia diferente: enquanto o segmento de Banca Privada responde mais facilmente à organização de eventos sociais, culturais, económicos ou lúdicos selecionados, procurando alguma visibilidade em ambientes restritos e muito específicos, a GoBulling - Banco Carregosa Online exige uma forte presença na internet, redes sociais e órgãos eletrónicos especializados em informação financeira.

A comunicação das marcas não dispensa a publicidade, embora em medidas bem distintas, com a GoBulling – Banco Carregosa Online a ter muito maior exposição publicitária.

O Banco Carregosa, por seu lado, só excepcionalmente ocupa espaço publicitário. A sua exposição é feita, essencialmente, em espaço editorial, quer em órgãos nacionais de Comunicação Social (rádio, televisão, imprensa e internet), quer internacionais.

Em 2014, o Banco Carregosa e a GoBulling – Banco Carregosa Online foram geradores de 1.700 notícias na Comunicação Social nacional, gerando um AVE (*Advertising Value Equivalents*) de cerca de 8,840 milhões de euros.

O Banco Carregosa e a GoBulling – Banco Carregosa Online foram referidos por 95 órgãos de Comunicação Social nacionais. O número de pessoas que teve oportunidade de contato com as duas marcas (*Opportunities to see - OTS*) foi de 9,7 milhões. Do total de notícias, 49% foram emitidas em meios audiovisuais (rádio e televisão) e 51% em meios escritos (imprensa e internet). A percentagem de notícias positivas ou neutras foi de 100%. 72% das notícias foram difundidas por órgãos de comunicação de informação geral e 28% por órgãos especializados. Do total de notícias, a marca Banco Carregosa foi citada em 51% dos casos e a marca GoBulling em 49%.

Responsabilidade Social

O Banco Carregosa é uma instituição sensível às preocupações da sociedade e especialmente atenta aos problemas que afetam a comunidade em que se insere. Sistemáticamente, tem feito um esforço para corresponder a essas necessidades, sejam elas no campo da saúde, desporto, investigação ou cultura, quer se trate de projetos de âmbito local ou nacional.

Em 2014, o campo da **Saúde** e apoio a doentes foi um dos mais beneficiados pelo Banco Carregosa. Projetos relacionados com o cancro, doenças mentais, saúde infantil e saúde oral foram os escolhidos, de que se destacam os seguintes:

- O Banco Carregosa apoiou o Projeto PASOP (Projeto Ambulatório de Saúde Oral e Pública) da Universidade Fernando Pessoa.
- Patrocinou o concerto de Kátia Guerreiro a favor da Liga dos Amigos do Hospital São João. O evento de beneficência destinou-se à recolha de fundos.
- O Banco Carregosa foi uma das presenças fortes no “Chá no Yeatman”, um importante evento de *fundraising* do “Mama Help”, realizado em outubro, em Vila Nova de Gaia.
- Mais tarde, o Banco Carregosa foi o principal patrocinador do concerto “Douro, Tejo e Guadiana”, que se realizou a 27 de dezembro na Casa da Música, no Porto, cujas receitas reverteram integralmente a favor da “Mama Help”, uma organização sem fins lucrativos, com sede no Porto, que ajuda doentes de cancro da mama.
- O projeto “Walk & Run”, organizado pelo Colégio CLIP Porto, que visou a recolha de fundos para o Serviço de Pediatria IPO Porto foi apoiado pelo Banco Carregosa.
- Ainda na área do apoio a doenças oncológicas foi concedido patrocínio ao evento comemorativo do 50º Aniversário da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte, que se destinou à recolha de fundos.

- Foi concedido apoio ao 8º Aniversário da ENCONTRAR+SE, integrado nas Comemorações do Dia Mundial de Saúde Mental.
- Em dezembro, o Banco Carregosa decidiu apoiar a organização “MAKE-A-WISH Portugal”. Sem fins lucrativos, a “MAKE-A-WISH” pretende concretizar desejos de crianças e jovens, entre os 3 e os 18 anos, com doenças graves, progressivas, degenerativas ou malignas.

Uma sociedade que pratica **Desporto** é uma sociedade mais saudável, mais fraterna e mais divertida. Daí que inúmeras iniciativas ligadas ao desporto, especialmente as vocacionadas para crianças e jovens, tenham merecido o apoio do Banco Carregosa:

- Foi concedido um patrocínio ao atleta de Golf “João Maria Pontes” um dos jovens promessa do Golf Português.
- Na modalidade de automobilismo, foi concedido apoio à TEAM NOVADRIVER do Campeonato Nacional de Velocidade (CNV) e Circuito Internacional GT Open (Audi Sport Customer Racing).
- No âmbito do Campeonato Mundial de Tiro no Clube Caçadores do Porto, foi criada a Taça Banco Carregosa - Homenagem Dr. Paulo Duarte, antigo Administrador do Banco Carregosa.
- Foi apoiado o “AMB Volleyball Cup Espinho 2014”, evento promotor e dinamizador da prática desportiva pelos jovens (Miguel Maia e João Brenha).

- Em setembro, foi concedido um apoio financeiro à “Associação Desportiva e Recreativa da Pasteleira”.
- O apoio concedido ao “Colégio Pedro Arupe” visa contribuir para o sucesso de jovens esperanças do Rugby nacional que participam em todas as competições oficiais da Federação Portuguesa de Rêguebi, no Torneio Colégios CUP, e em vários eventos a nível nacional.

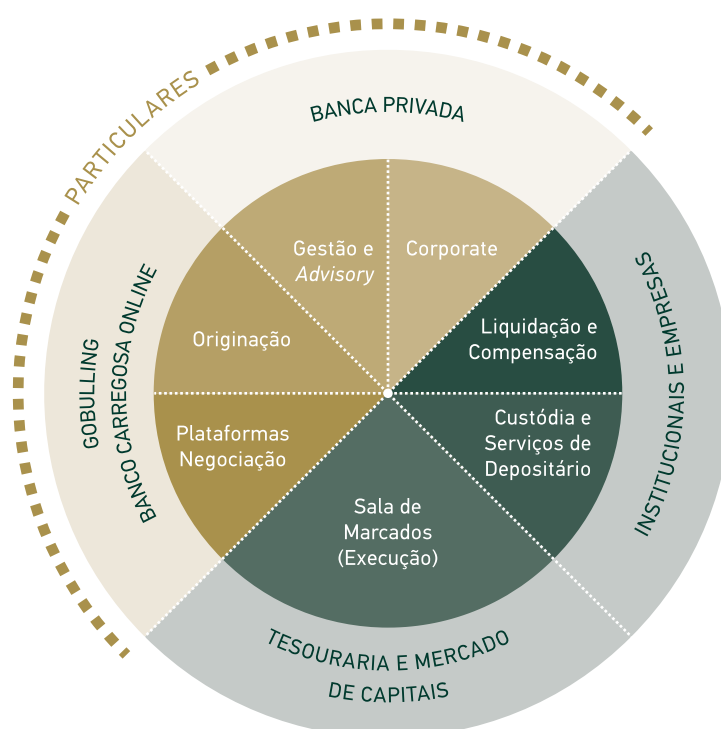
A atenção que o Banco Carregosa dá à **Cultura** não é recente. Algumas iniciativas culturais já são apoiadas há vários anos. O Banco Carregosa é, por exemplo, Membro fundador da Casa da Música, estatuto que lhe foi atribuído em 2013. Embora mantendo alguns apoios constantes, houve o cuidado de privilegiar novas iniciativas:

- As crónicas do Arquiteto Luis Aguiar Branco, publicadas na revista “O Tripeiro” da Associação Comercial do Porto, mereceram o patrocínio do Banco Carregosa.
- Foi atribuído apoio à iniciativa, de pendor mais educacional, do “Dia da Internet Mais Segura (Safer Internet Day) 2014”, com vista à candidatura da “Fundação para a Ciência e a Tecnologia” ao financiamento do Programa CEF da Comissão Europeia.
- O Concurso de Jovens Músicos do Colégio Alemão do Porto, realizado em março, foi apoiado pelo Banco Carregosa.
- O Festival IN SPIRITUM - I Festival Internacional de Música e Contemplação na Cidade do Porto, que produziu sete concertos entre 23 e 27 de abril, foi apoiado pelo Banco Carregosa.
- O livro “Caminhar pelo Porto”, da autoria do Professor Germano Silva, editado pela Porto Editora, foi patrocinado pelo Banco Carregosa.
- O Banco Carregosa foi o mecenas cultural da exposição “SPLENDOR ET GLORIA - Cinco joias setecentistas de exceção”, que teve lugar no Museu Nacional de Arte Antiga, uma produção da Everything is New.
- O livro “Casas e Palácio de Lisboa - Pedras D’Armas”, de José António de Mello, Pedro Mascarenhas Cassiano Neves e Ana Luísa da Cunha Alvim (Fotografias), editado pela Scribe, foi patrocinado pelo Banco Carregosa.
- O Banco Carregosa foi mecenas cultural do Concerto de Abertura de Temporada da Gulbenkian.
- O Banco Carregosa patrocinou a organização do concerto de música clássica “Quarteto Costa”, que se realizou, em dezembro, no Salão Árabe no Palácio da Bolsa no Porto.





4 · ORGANIZAÇÃO INTERNA E SEGMENTOS DE NEGÓCIO



Do ponto de vista orgânico, o Banco Carregosa assenta a sua atividade em três grandes áreas de negócio: **Banca de Particulares, Institucionais e Empresas e Tesouraria e Mercado de Capitais.**

Dirigida essencialmente a **Particulares** o Banco Carregosa tem como proposta principal a **Banca Privada**: uma banca assente na confiança, nos valores tradicionais, no contato pessoal, no conservadorismo na avaliação do risco, no conhecimento profundo da situação financeira e dos objetivos dos clientes e na capacidade de prestar um aconselhamento profissional na gestão de patrimónios. Caracteriza-se por um estreito relacionamento entre o cliente e os *private bankers* que, por imposição da própria Administração, acompanham um número limitado de clientes, de forma a assegurar a excelência na prestação do serviço.

Para os investidores que privilegiam a liberdade de uma atuação autónoma, embora podendo contar com o aconselhamento de experientes profissionais de mercado, o Banco propõe, desde o final de 2013, a **GoBulling - Banco Carregosa Online**, que permite o acesso a uma variedade de produtos de poupança e investimento, bem como aos mais importantes mercados financeiros, através de modernas plataformas tecnológicas de negociação *online*.

O negócio de particulares é apoiado por uma área de produto responsável por todo o processo de investimento e de aconselhamento, assente numa abordagem por classes de ativos, combinando uma perspetiva fundamental (estratégica) e de *momentum* (tática). Partindo do conhecimento aprofundado do cliente, a esta equipa cabe o desenho de soluções de investimento ajustadas a cada cliente e a posterior seleção

dos melhores investimentos disponíveis nos diferentes mercados para cada classe de ativos. Esta oferta é complementada pelo trabalho da equipa de Originação, que combina as perspetivas de mercado dos gestores do Banco com os perfis dos clientes, lançando produtos orientados para necessidades específicas.

Tendo por base a proposta de investimentos, o cliente encontra no Banco Carregosa três modalidades de atuação distintas, a que correspondem níveis diferentes de autonomia na gestão do seu património financeiro: mandatos de gestão discricionária, mandatos de *advisory* ou a mera execução e custódia.

A **gestão discricionária** é feita diretamente nas contas dos clientes, podendo ter por base Modelos de Gestão – estratégias de alocação ou estratégias específicas para determinadas classes de ativos, geridas de forma agregada – ou carteiras desenvolvidas à medida do cliente, sendo o posicionamento estratégico em tudo semelhante ao definido nos modelos de alocação de ativos, ainda que ajustado ao perfil e às convicções do cliente (por exemplo, excluindo-se ou incluindo-se ativos/setores em função da sua preferência).

Nos **mandatos de aconselhamento** (*advisory*) especialmente orientados para clientes que procuram ter um maior envolvimento na gestão do seu património, mas que valorizam um aconselhamento especializado e continuado para os auxiliar na estruturação das suas carteiras e na seleção dos melhores ativos e oportunidades, a gestão dos investimentos é feita pelo cliente em ligação com os nossos gestores profissionais.

Para os clientes que procuram não só um serviço de execução de elevada qualidade, o Banco disponibiliza uma **Sala de Mercados**, assegurando, através de *Traders* experientes, o acesso a um conjunto alargado de praças e de instrumentos, providenciando uma execução rápida e outros serviços como, por exemplo, crédito para aquisição de instrumentos financeiros.

Além da oferta dirigida a clientes particulares, o Banco Carregosa presta um relevante conjunto de serviços especializados desenhados especialmente para **Institucionais e Empresas**.

O serviço de **Corporate** visa assessorar os clientes no processo de criação de valor dos seus negócios. Do leque de serviços disponíveis destacam-se o aconselhamento em parcerias estratégicas e em operações de fusões e aquisições.

Num contexto de retração da atividade de trading no mercado de capitais, e otimizando os recursos operacionais de que o Banco já dispõe, ao mesmo tempo que diversifica as áreas de negócio em que atua, identificaram-se duas oportunidades que permitiram incrementar a oferta de serviços no segmento dos clientes Institucionais: serviços de Depositário de Fundos de Investimento e os serviços de Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) que se juntaram aos serviços de Execução e Custódia institucional, oferecidos desde longa data.

A área de **Tesouraria e Mercado de Capitais**, onde se inclui a gestão da carteira de investimentos do Banco, é essencial na atividade do Banco Carregosa, tendo nos últimos anos contribuído de forma significativa para a formação do produto bancário. A sua relevância estende-se à influência que exerce sobre a originação de produtos e soluções para clientes e, bem assim, à gestão da liquidez e das posições de cobertura de riscos.

5 · ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E A SITUAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

Num plano macro, em 2014, a atividade económica global cresceu cerca de 3,3%, acelerando suavemente face aos 3,2% de crescimento real do PIB mundial em 2013.

Esta ligeira aceleração foi potenciada pelo crescimento dos EUA, com o auxílio da queda e manutenção das já baixas taxas de juro da Zona Euro, dos EUA e de várias outras regiões. Este crescimento, no entanto, foi limitado pelo abrandamento do crescimento das economias emergentes e pelas dificuldades relativas à crise da Zona Euro.

Num contexto internacional algo atribulado, a economia norte-americana cresceu 2,4%, acima dos 2,2% do ano anterior. A queda do preço do petróleo terá contribuído para a aceleração do crescimento no 2º semestre. Os EUA beneficiaram ainda da valorização do seu mercado acionista e da redução da taxa de desemprego de 6,7% para 5,6%. Em 2014, a inflação terá crescido mais 0,15% do que em 2013, mas ainda nuns modestos 1,6%.

A Zona Euro inverteu a tendência de contração do PIB real, que cresceu 0,8% em 2014, com algumas das economias em situação mais crítica a regressarem ao crescimento e com outras, como a Alemanha, a acelerarem o ritmo de crescimento verificado em anos anteriores.

Um dos catalisadores da Zona Euro terá sido a subida da procura interna em 0,8%, que sofreu quedas há dois anos consecutivos. Ao mesmo tempo, ter-se-á verificado uma diminuição da taxa de desemprego em 0,5 p.p. para 11,4%. Pela segunda vez na história do euro, registou-se deflação na Zona Euro, com o índice a chegar a -0,2%, mesmo com uma desvalorização do Euro face ao USD, em 11,5%, ao longo de 2014 e que ajudou a conter uma maior queda da inflação.

Relativamente a Portugal, o encerramento do Programa de Assistência Económica e Financeira, em finais de junho, foi um momento importante, tal como a constatação da ocorrência de taxas de crescimento positivas em vários trimestres e um crescimento de 0,9% no global de 2014. Este crescimento real do PIB representa uma inversão da tendência de queda no indicador nos últimos três anos, em grande parte suportado por um crescimento de 2,3% da procura interna.

Já a Balança de Pagamentos deverá apresentar em 2014 um saldo negativo correspondente a 0,4% do PIB, mesmo com os ganhos de competitividade externa provenientes da desvalorização do Euro. Portugal viu ainda a ocorrência de deflação no global de 2014, fixando-se a variação do IPC nos -0,2%. Do lado negativo destaca-se, ainda, o elevado nível de endividamento (público e privado), uma elevada taxa de desemprego nos 13,5% (embora menor que em 2013), e uma desvalorização do principal índice bolsista em mais de 25%, entre janeiro e dezembro de 2014.

Mercados Financeiros

No geral, os principais índices de ações europeus e americanos valorizaram, ainda que menos do que no ano anterior, num período em que começou também o abrandamento do programa de compra de ativos por parte da Reserva Federal.

| ÍNDICE | RENTABILIDADE | |
|---------------|---------------|--------|
| | 2014 | 2013 |
| PSI 20 | -36,67% | 13,78% |
| CAC 40 | -0,54% | 15,24% |
| Euro Stoxx 50 | 1,19% | 15,22% |
| IBEX 35 | 10,23% | 22,84% |
| DAX 30 | 3,53% | 17,64% |
| S&P 500 | 2,58% | 20,31% |

Os índices europeus tiveram um desempenho pior, registando valorizações mais modestas. Pelo terceiro ano consecutivo, as variações nos índices foram superiores às variações nos resultados das empresas, que chegaram mesmo a cair na Europa, traduzindo-se em nova expansão do múltiplo P/E (preço/resultados).

O melhor comportamento do mercado norte-americano pode ser parcialmente explicado pelas atuais margens das suas empresas, cerca de 2,2 p.p. acima da sua média histórica. Quanto ao desempenho europeu, este terá sido negativamente influenciado pela crise vivida em alguns países, que se traduziu numa evolução negativa de resultados (com as margens europeias abaixo da sua média histórica), e também pela desvalorização do Euro face ao USD, que terá motivado o investimento em ativos denominados em USD, por substituição de outros denominados em Euros.

Na generalidade, as obrigações apresentaram retornos positivos, ainda que abaixo do registado em anos anteriores. Tanto a dívida *investment grade* de longo prazo, como obrigações alemãs ou norte-americanas a 10 anos apresentam agora uma taxa de retorno real negativa. Mesmo os títulos *high yield* encareceram ao longo do ano.

Antevisão de 2015

Para 2015, as previsões apontam para uma ligeira aceleração do crescimento global, particularmente nos países desenvolvidos. No entanto, ao desagregar esse crescimento, a economia mundial pode apresentar registos muito díspares:

- Países emergentes afetados pelos efeitos da desaceleração do investimento chinês (que sustentou os preços das matérias-primas durante mais de uma década) irão, possivelmente, iniciar a crise a que escaparam em 2009. Enquanto algumas economias devem recuperar, como a Índia e o México, outras devem crescer menos, como a China, e outras ainda deverão mesmo entrar em recessão (Rússia e Brasil).
- Uma Zona Euro estagnada, numa situação cada vez mais semelhante à(s) década(s) perdida(s) do Japão. As previsões apontam para 1 a 1,1%, de crescimento económico da Zona Euro, com a inflação em queda, o que coloca pressão sobre o BCE para atuar de maneira a impedir que se instale um cenário de deflação através de um programa de alívio quantitativo por parte do BCE.
- Os EUA a contrariar a restante situação mundial com um crescimento do PIB real de 3% e a dar indicações de que estão finalmente a entrar num ciclo virtuoso de crescimento autossustentável. Convém ter em conta que, a partir de meados de 2015, as taxas de juro americanas devem iniciar um novo ciclo de subida.

A luz ao fundo do túnel é a queda substancial do preço das matérias-primas o que irá, a prazo, ser benéfico para o poder de compra dos consumidores da maioria dos países desenvolvidos e para o crescimento do consumo privado, que terá impacto no crescimento do PIB. O reverso da medalha é o impacto sobre as economias exportadoras dessas matérias-primas (OPEP, Rússia, Angola...).

Quanto a Portugal, a previsão é de um crescimento na ordem dos 1,5% suportado tanto pela melhoria da dinâmica interna, em consequência do final do plano de austeridade, como da dinâmica externa, devido



à desvalorização do Euro face a outras moedas e à retoma do mercado internacional mundial. Este crescimento, se igual ou superior ao estimado, e aliado a um saldo primário positivo, pode finalmente traduzir-se numa pequena diminuição do rácio dívida bruta/PIB.

Em 2015, os investidores devem centrar a sua atenção nos seguintes aspetos:

- Os efeitos do programa de alívio quantitativo do BCE na economia europeia;
- O desenrolar da situação grega e o conseqüente impacto nos mercados europeus (particularmente na banca), na cotação do Euro face a outras moedas e na perceção internacional dos restantes países europeus em dificuldades;
- O ritmo da redução de estímulos e a subida das taxas de juro, por parte da Reserva Federal dos EUA;
- A volatilidade das várias relações cambiais mais significativas, em particular as que envolvem o Euro, mas também o USD, a libra, o yen e o rublo russo;
- A evolução do preço do petróleo e conseqüentes efeitos nas diferentes economias e indústrias. Particular atenção para eventuais situações de instabilidade social em várias das economias emergentes, sobretudo as dependentes da exportação de matérias-primas.

Mesmo com todas as incertezas no plano macroeconómico, em particular na Zona Euro, com uma economia global a crescer perto dos 4%, certamente existirão boas oportunidades de investimento.

Os programas de estímulo económico, a recuperação do crescimento de vários países e as superiores expectativas de resultados empresariais devem gerar cenários interessantes de investimento. Não obstante, o investidor deve procurar escolher a melhor oportunidade de entrada.

Em relação aos investimentos de baixo risco, a convicção do Banco Carregosa é a de que as obrigações *Investment Grade* (de qualidade, sejam soberanas ou de empresas com balanços sólidos) estão sobreavaliadas, chegando mesmo a apresentar retorno real negativo. Já as obrigações *High Yield* ficaram ainda mais caras do que no início de 2014, pelo que também não se apresentam como oportunidade interessante.

O prémio de risco face às obrigações continua a ser o maior argumento para o investimento no mercado acionista. Além disso, a utilização de várias métricas fundamentais aponta para um PSI20 a desconto substancial face ao resto da Europa, onde se espera encontrar mais oportunidades do que nos EUA, pois beneficia agora de um estímulo cambial. Além disso, parte de uma baixa base de vendas e de margens comprimidas, ao contrário dos EUA que está a transacionar com múltiplos historicamente elevados (embora ainda longe de extremos) e já não beneficia do estímulo do "Quantitative Easing", entretanto interrompido pela Reserva Federal.





6 · SÍNTESE DA ATIVIDADE

Banca Privada

Em 2014, o departamento de Banca Privada manteve o seu enfoque no cliente, procurando prestar um serviço de acompanhamento personalizado, de forma independente, numa conjuntura particularmente complexa e com ocorrências nunca antes experimentadas.

A proximidade, a qualidade do serviço, as soluções inovadoras, com particular atenção às especificidades de cada cliente, e, sobretudo, a dedicação da equipa permitiram à área de Banca Privada um crescimento assinalável, aumentando em mais de 50% os ativos sob gestão e alargando, com significado, a base de clientes e o seu envolvimento com a instituição.

Os resultados alcançados permitiram a consolidação de relações entre os clientes e o banco, que tiveram à sua disposição em 2014 novas soluções de investimento, tirando partido de oportunidades oferecidas pelo mercado, numa ótica de diversificação de risco e aproveitamento de rentabilidade, mantendo sempre a especial preocupação na proteção de capital e segurança.

Procurou-se melhorar a qualidade da informação prestada tendo-se, nesse contexto, organizado sessões com especialistas e oradores convidados de renome, que deram uma visão enriquecedora sobre temas como os mercados financeiros, a fiscalidade, a conjuntura económica, as perspetivas para o desenvolvimento e crescimento económico global e a evolução dos preços das matérias-primas.

A aproximação aos clientes fez-se ainda pelo convite à participação num conjunto de iniciativas de promoção cultural ou eventos desportivos a que o Banco se associou, de que são exemplo o Portugal Open, Torneio de Golfe da Porsche, concertos InSpiritium no Porto e Gulbenkian em Lisboa, exposições no Museu Nacional de Arte Antiga e algumas ações de solidariedade.

GoBulling - Banco Carregosa Online

Este foi o primeiro exercício completo da GoBulling - Banco Carregosa Online, a plataforma *online* de banca especializada em soluções de poupança e de investimento, disponibilizada no sítio da internet www.bancocarregosa.com/gobulling.

O reposicionamento do canal *online* do Banco, iniciado no ano anterior, envolveu um maior investimento em recursos tecnológicos, a criação de novas linhas de produtos, a disponibilização de informação de suporte e reporte adicional, meios de contratação *online*, segurança das transações, difusão de informação, bem como um esforço adicional de *marketing*.

O Banco tem vindo a oferecer consistente e regularmente novos depósitos promocionais e depósitos indexados, revelando estes últimos um interesse crescente por parte dos investidores no atual contexto de redução acentuada das taxas de juro.

Em outubro de 2014, o canal *online* participou na colocação de uma *note* estruturada indexada ao índice Finvex S&E Europe 30.

O ciclo de seminários e *workshops* para clientes da GoBulling - Banco Carregosa Online, passou a ter periodicidade mensal, de forma a aumentar a informação e formação dos utilizadores das plataformas de negociação GoBulling.

Na vertente de negociação de instrumentos financeiros, continuam a ser relevantes o mercado doméstico de ações e a negociação de derivados, especialmente CFD's e Forex, segmentos que em 2014 foram particularmente desafiantes, seja pela forte desvalorização do mercado português em virtude dos incidentes relacionados com a resolução do BES, seja pela intensificação do ambiente competitivo no negócio da corretagem em geral, o que se traduziu numa redução/manutenção das quotas de mercado nos principais segmentos em que o Banco opera.

| PRODUTO FINANCEIRO | QUOTA DE MERCADO | | |
|---------------------------------|------------------|--------|--------|
| | 2014 | 2013 | 2012 |
| Ações - Total de Ordens | 2,02% | 2,40% | 2,40% |
| Ações - Ordens Online | 6,50% | 8,10% | 9,90% |
| Mercado a Prazo - Ordens Online | 12,00% | 11,00% | 16,00% |
| Futuros | 17,20% | 6,40% | 23,20% |
| Opções | 98,20% | 88,70% | 95,80% |

Perspetivando-se que a oferta base da **GoBulling - Banco Carregosa Online** esteja completa no primeiro semestre de 2015, só nessa ocasião se poderá avaliar convenientemente os resultados do reposicionamento operado, havendo, todavia, bons indicadores quanto ao alargamento da base de clientes e aos recursos captados líquidos, que registaram um crescimento no ano superior a 90% e 150%, respetivamente.

Originação e Gestão

O Departamento de **Originação e Gestão** continuou a apoiar a atividade das áreas comerciais, propondo a alocação de ativos, contribuindo para a elaboração das propostas de investimento segundo uma abordagem de plataforma aberta, assegurando as soluções de gestão e criando novos produtos para captar as oportunidades de investimento detetadas pela equipa.

Ao nível da **Gestão**, todas as estratégias geridas pelo Banco obtiveram desempenhos positivos, muito embora nas estratégias mais conservadoras os resultados tenham ficado aquém dos seus índices de referência. A estratégia de obrigações subiu 2,42% (o JPMorgan Credit Index subiu 8,51%), a estratégia de ações subiu 7,62% (o índice europeu subiu 4,10%) e estratégia alternativa subiu 3,42% (a Euribor 6M deu uma rentabilidade de 0,31%). De igual modo, os fundos de terceiros selecionados pela equipa de gestão obtiveram, em média, resultados acima dos respetivos índices comparáveis.

No que diz respeito à **Originação**, o trabalho iniciado em 2014 foi consolidado. Foram lançados seis depósitos indexados, vinte e quatro emissões de *notes* estruturadas em colocações privadas e liderada uma oferta pública de uma *note* estruturada.

Desta forma, foi possível disponibilizar aos clientes uma oferta de produtos muito abrangente, quer ao nível dos ativos de risco, quer ao nível do retorno ponderado pelo risco.

O Banco Carregosa foi pioneiro em Portugal na oferta de alguns novos produtos de investimento utilizando estratégias quantitativas, quer através da oferta de depósitos indexados tendo por subjacente o índice Barclays Shiller CAPE Europe, quer pela comercialização de uma *note* estruturada indexada ao índice Finvex S&E Europe 30.

Em 2015, o Departamento de **Originação e Gestão** continuará empenhado em (i) mostrar consistência nos resultados, que é o principal fator de sucesso no longo-prazo, (ii) dinamizar o serviço de recomendações de investimento e (iii) reforçar a qualidade dos novos produtos estruturados/depósitos indexados, assegurando uma dinâmica de oferta com propostas de valor diferenciadas. Além de que pretenderá aproveitar o aumento esperado da volatilidade dos mercados, em benefício dos clientes e sempre com a preocupação fundamental de proteção do seu património.

Tesouraria e Carteira Própria

O ano de 2014 foi para a gestão da carteira própria e tesouraria do Banco Carregosa um ano de enormes desafios. A diminuição dos retornos obtidos nas aplicações de tesouraria e da carteira de obrigações foi acompanhada pelo aumento da incerteza quanto à evolução das taxas de juro e pelo aumento assinalável do risco.

Em Portugal, o impacto dos problemas financeiros no Grupo Espírito Santo, que levaram às dificuldades e intervenção do Fundo de Resolução no BES, com repercussões na Portugal Telecom, arrastando o mercado acionista português para terreno negativo, e lá fora, as incertezas na Grécia quanto ao resultado das eleições no início do ano, os escândalos de corrupção envolvendo empresas brasileiras, são alguns dos exemplos de ocorrências que aumentaram o risco dos investimentos de carteira em 2014.

Ao contrário do que seria de esperar, o aumento da incerteza não foi acompanhado por um aumento do retorno das aplicações. As intervenções do BCE nos mercados, comprando dívida soberana e injetando liquidez no mercado via operações de refinanciamento, provocaram uma inflação do preço dos ativos e, consequentemente, um menor retorno para os investidores.

Perante um cenário de diminuição do prémio, aumento do risco e redução do retorno das aplicações, o Banco optou por reduzir o volume de carteira própria e diminuir os financiamentos junto do BCE em 66 milhões de euros. O Banco Carregosa manteve níveis de liquidez confortáveis e adequados à sua atividade.

Neste contexto adverso, o ano fica irremediavelmente ligado ao impacto que a medida de resolução aprovada em reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco de Portugal, realizada em 3 de agosto de 2014, teve no Banco Carregosa. Apoiado nas declarações das autoridades portuguesas que, por diversas vezes e através de diversos altos responsáveis, vincaram a mensagem de que os problemas se cingiam à esfera do Grupo Espírito Santo e que estaria criado um "anel de segurança" ("*ringfencing*") em torno do Banco Espírito Santo, o Banco Carregosa assumiu na carteira própria exposição a dívida subordinada do Banco Espírito Santo, ainda no decorrer do mês de julho e até à intervenção administrativa mencionada. Tendo esses ativos transitado, no âmbito da medida de resolução aplicada, para o "Banco Mau" e sendo a probabilidade da sua recuperação diminuta, o Banco optou por reconhecer imparidades no valor de 4,5 milhões de euros, que foram determinantes para o resultado do ano.

É ainda de salientar o incremento do volume de crédito concedido, traduzindo uma maior atenção a oportunidades neste segmento de atividade, apresentadas, na sua maioria, por clientes de Banca Privada e com um perfil de risco baixo. Neste contexto, em 2014, foram realizadas duas operações de aquisição de créditos vencidos que ascenderam a 10.114.385€, uma das quais, no valor de 6.391.870€, ainda figurava no balanço a 31 de dezembro, representando cerca de 93% do crédito vencido à data.

Na área de pagamentos, deu-se ainda início ao processo de adesão à rede SWIFT, que deverá estar concluído no 1º semestre de 2015. Ao aceder a este sistema internacional de transações pretende-se assegurar uma maior eficiência e rapidez na execução das diversas operações, bem como um papel mais ativo do Banco na execução das mesmas. Por outro lado, permite abrir um maior leque de serviços a prestar aos clientes no âmbito das suas relações internacionais.



Outros Serviços

CUSTÓDIA E SERVIÇOS DE DEPOSITÁRIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

O Banco Carregosa terminou 2014 prestando serviços de depositário a quatro fundos de investimento, acrescentando um fundo de capital de risco aos fundos imobiliários registados em períodos anteriores. O valor líquido global dos referidos fundos ascende a cerca de 40 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 28% face ao valor de final de 2013. Esta atividade deverá continuar a observar um crescimento durante 2015.

No que à Custódia diz respeito, estão em curso alguns projetos que certamente elevarão a qualidade dos serviços prestados nesta área, designadamente a ligação à rede SWIFT, o acompanhamento da migração para a "TARGET2-Securities", uma plataforma única para a liquidação de títulos em moeda de banco central que visa uma maior integração dos mercados de títulos na Europa, para a qual o mercado português migrará em 2016, e a candidatura à obtenção de estatuto de *Qualified Intermediary* junto do *Internal Revenue Services* dos E.U.A., deverá permitir a clientes com investimentos em ativos norte-americanos beneficiar automaticamente de taxas de imposto reduzidas aquando dos pagamentos dos respetivos rendimentos.

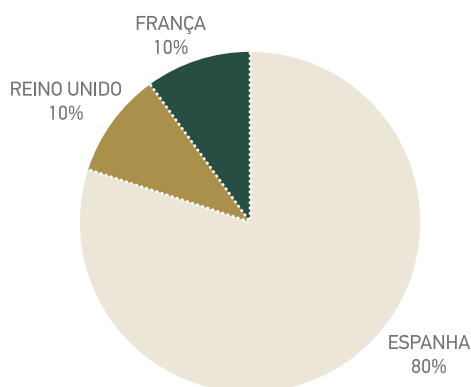
COMPENSAÇÃO E LIQUIDAÇÃO NO MERCADO IBÉRICO DE ELETRICIDADE (MIBEL)

Os mercados da energia terão, nas próximas décadas, enormes necessidades de financiamento - a AIE antevê uma necessidade global de 48 triliões de USD até 2035. Na Europa e em Portugal, em particular, o processo de descarbonização da economia assentará, necessariamente, em processos carentes de elevado investimento.

Ciente do papel fulcral da energia na agenda política e económica e tirando partido da sua grande capacidade de incorporar realidades de mercado muito diversas, o Banco iniciou, em 2013, a sua atividade como membro compensador do mercado ibérico de derivados de eletricidade. Este estatuto, partilhado com bancos de primeiro nível, deu-lhe acesso a uma nova linha de negócio e de relacionamentos.

Num mercado, gerido pelo OMIP e pela OMIClear, que cresceu quase 20% em volume compensado e liquidado, atingindo os 102 TWh, cerca do dobro do consumo português de eletricidade, o Banco tem já 10 clientes, todos eles não residentes, ocupando o segundo posto aferido pelo número de membros deste mercado.

ORIGEM DOS CLIENTES



Os volumes intermediados pelo Banco tiveram também um crescimento de 10% face ao ano anterior, e consolidaram-se novos projetos como os leilões conjuntos de capacidade de interligação Portugal-Espanha, os leilões dos Produtores em Regime Especial e o lançamento do mercado de Opções em complemento dos Futuros, Forwards e Swaps já existentes. Foi também um ano de importantes mudanças ditadas, em boa parte, pela aprovação da OMIClear no âmbito do EMIR.

Para 2015 antevê-se que o ritmo de crescimento do mercado de eletricidade se mantenha e surjam novos projetos, designadamente o mercado ibérico de gás natural, iniciativa em que o Banco se encontra fortemente empenhado.

Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno (SCI) desempenha um papel fundamental no Banco Carregosa, visando, designadamente, o efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que o Banco está sujeito, bem como uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando desta forma a sua estabilidade e continuidade.

O SCI do Banco Carregosa assenta em três unidades: Risco, *Compliance* e Auditoria Interna. Estas reportam diretamente à Comissão Executiva do Conselho de Administração, que se empenha na promoção de um ambiente e cultura de controlo interno, sustentados em elevados padrões de ética e de integridade.

O Departamento de **Risco** assegura a aplicação do sistema de gestão de riscos, avaliando quantitativa e qualitativamente todos os Riscos a que o Banco se encontra sujeito. É também responsável pela elaboração e apresentação de reportes periódicos, destinados a informar os órgãos sociais competentes e entidades reguladoras sobre temas relativos à gestão de riscos.

O **Compliance** tem a seu cargo o controlo do cumprimento das obrigações legais e deveres a que o Banco se encontra sujeito. Para esse efeito, garante um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados, disseminando-os pelos Departamentos relevantes e colaborando na definição e implementação de procedimentos a adotar. No atual contexto de crescente regulação da atividade financeira, melhor detalhada abaixo, esta unidade tem também vindo a contribuir para a definição do plano de formação dos colaboradores, bem como a desenvolver ações de formação interna ministradas pelo próprio departamento.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o *Compliance* assume um papel fundamental, sendo responsável pela definição dos mecanismos de controlo e deteção de operações suspeitas.

A **Auditoria Interna** desempenha, sobretudo, um papel de monitorização. Tendo em consideração os riscos a que se encontra sujeito o Banco e a sua atividade, a Auditoria Interna define um plano de ações de controlo, que permita examinar as atividades, processos e sistemas, de forma a aferir sobre a adequação e eficácia do SCI, emitindo, sempre que se justifique, recomendações baseadas nos resultados das análises efetuadas. As principais deficiências detetadas e o cumprimento das recomendações emitidas são objeto de reporte aos órgãos sociais competentes.

O aumento da **Regulação** tem assumido uma crescente relevância no setor financeiro, com impactos transversais nas organizações que o integram, afetando entre outros, o modo como o Banco se relaciona com os clientes e os sistemas de informação que servem de base à prestação dos serviços bancários. Atendendo às funções das unidades de estrutura que compõem o Controlo Interno, alterações na Regulação têm impacto decisivo na atividade dos Departamentos.

Em 2014, são de destacar os seguintes normativos:

- **Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013** – Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento de terrorismo - Regulamenta as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao efetivo cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, no âmbito da prestação de serviços financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. A entrada em vigor deste normativo, que ocorreu a 16 de fevereiro de 2014, aumentou a exigência dos requisitos necessários para a abertura de contas bancárias, bem como das medidas de vigilância a clientes e reporte de atividades suspeitas. Nessa medida, foi necessário efetuar alterações em alguns procedimentos do Banco e no sistema de suporte à atividade, tendo sido ministrada formação específica sobre a temática.
- **Foreign Account Tax Compliance Act - FATCA** - Aprovado a 18 de março de 2010, como parte integrante do *Hiring Incentives to Restore Employment Act*, entrou em vigor a 1 julho de 2014. O objetivo primordial do FATCA é a prevenção da evasão fiscal de sujeitos passivos norte-americanos, não isentos de imposto, em relação aos rendimentos obtidos fora dos Estados Unidos. As regras previstas na lei requerem que as entidades financeiras estrangeiras (FFI's) assumam um compromisso formal perante o *Internal Revenue Service* (IRS) dos EUA, direta ou indiretamente via as autoridades fiscais nacionais (formalizado pela assinatura de um Acordo Intergovernamental, IGA), tornando-se FFI participantes, no âmbito do qual procedem à identificação e reporte anual de todas as contas dos seus clientes norte-americanos (cidadãos ou residentes).

Embora Portugal ainda não tenha assinado o IGA (Modelo 1) com os EUA, o mesmo está acordado em termos substanciais, pelo que Portugal irá beneficiar de tratamento equivalente aos países que já assinaram o acordo bilateral. Em termos práticos, esta legislação afetou os requisitos de abertura de conta, alterou as regras de retenção nos rendimentos recebidos e introduziu novas obrigações de reporte, que deverão iniciar-se já em 2015.

- **European Market Infrastructure Regulation – EMIR** - O Regulamento n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 regula os derivados de balcão (*Over the Counter* ou OTC). Tendo em vista uma maior transparência do mercado, por forma a reforçar a sua estabilidade, o EMIR prevê, entre outros, que se efetue o reporte das transações de derivados a Repositórios de Transações autorizados, processo que teve início a 12 de fevereiro de 2014.
- **Regulamento da CMVM n.º 2/2012 - Produtos Financeiros Complexos (PFC's)** - Na sequência da entrada em vigor, em 2013, do Regulamento da CMVM n.º 2/2012, foram aumentados os requisitos de prestação de informação aos clientes e à CMVM, o que motivou, em 2014, a continuidade do processo de aprovação junto da CMVM de documentos "Informações Fundamentais ao Investidor" e o envio a essa mesma entidade, no âmbito da Instrução da CMVM n.º 3/2013, de informação relativa à comercialização, contínua ou parcial, de produtos financeiros complexos.



Recursos Humanos

A Gestão de Talento do Banco Carregosa tem procurado acompanhar a estratégia da organização.

Esta estratégia passa pelo crescimento prudente e sustentado da organização e dos seus recursos, nomeadamente os seus recursos humanos, apostando no desenvolvimento de talentos com competências diversificadas, capazes de acompanhar a elevada especialização e diversificação do modelo de negócio do Banco Carregosa.

A flexibilidade e a capacidade de adaptação às constantes modificações no setor são também características desejáveis e uma prioridade em questões de desenvolvimento.

A Gestão de Talento tem como principais objetivos atrair, desenvolver e reter o melhor talento na organização, através da criação de condições para que os colaboradores se sintam motivados a explorar todo o seu potencial, com uma atitude positiva e construtiva, levando-os a desejar permanecer na organização.

São assim objetivos do Departamento de Recursos Humanos:

- Atrair e selecionar o melhor talento existente no mercado de trabalho do setor financeiro;
- Desenvolver o potencial dos ativos humanos existentes;
- Reter os melhores talentos existentes na organização.

Deste modo, 2014 foi um ano de consolidação de processos explorados nos últimos anos, fulcrais ao desenvolvimento de competências chave ao negócio bancário. Entre estes processos salienta-se a formação, a avaliação de desempenho e a otimização da gestão de benefícios.



Apesar de, entre 2012 e 2013, se ter verificado uma ligeira diminuição no número de colaboradores, no final de 2014 verificou-se um reforço tanto das equipas no Porto como em Lisboa, com especial enfoque nas equipas comerciais. Desde a passagem a Banco, em 2008, a estrutura tem-se mantido coesa e com um crescimento sustentado, sendo a antiguidade média de 6 anos.

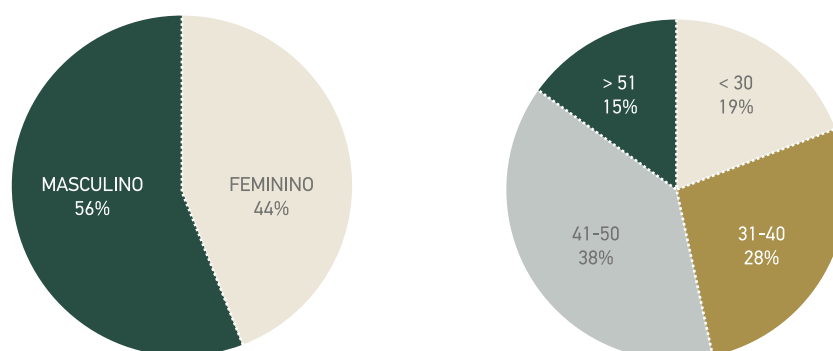
| EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL | | |
|---------------------------------------|-----------|-----------|
| PERÍODO | Dez. 2014 | Dez. 2013 |
| Sede | 56 | 50 |
| Lisboa | 17 | 14 |
| Espanha (escritório de representação) | 2 | 2 |
| TOTAL | 75 | 66 |

O quadro de pessoal do Banco Carregosa dispõe de colaboradores com elevado potencial, competências adequadas às suas funções, experiência no setor bancário e qualificações acima da média (71% dos colaboradores possui formação superior).

Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, manteve-se a tendência de equilíbrio. A percentagem de colaboradoras do sexo feminino era, no final de 2014, igual ao período homólogo, ou seja, de 44%, e o rácio Homem/Mulher de 1,3.

A média de idades dos colaboradores é de 42 anos.

DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO E FAIXA ETÁRIA





VI · Análise às Contas

1 · CONTAS INDIVIDUAIS

No ano em análise, o Banco obteve resultados líquidos positivos de 36.742€ que, comparado com os 7.049.164€, igualmente positivos de 2013, representa um decréscimo de 99%. A diminuta expressão dos resultados anuais, se por um lado manteve, no primeiro semestre de 2014, uma rentabilidade média equivalente ao ano anterior, aproveitando as oportunidades de negócio e a evolução ainda favorável dos preços das obrigações do

tesouro português, por outro, no segundo semestre, os efeitos da intervenção do Banco Central no Banco Espírito Santo, provocou uma inversão significativa nos resultados acumulados no período, em resultado da exposição do Banco a estas duas Entidades, traduzida no registo de imparidades que, no seu conjunto, representaram 4.525.211€.

Os principais indicadores de desempenho encontram-se no quadro "Síntese de Indicadores", que traduzem como principais destaques da evolução do Banco em 2014:

O Ativo Líquido diminuiu 13%, para cerca de 199 milhões de euros, como resultado da redução significativa da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, em parte compensada pelo aumento do volume de crédito e por outras aplicações em Instituições de Crédito. Os capitais próprios regrediram 12% face ao ano anterior, embora seja de considerar a variação de cerca de 7 milhões de euros de resultados positivos, entre os dois últimos exercícios.

| | 2014 | VAR % | 2013 | 2012 |
|------------------------|--------------|-------|--------------|--------------|
| Total do Ativo Líquido | 198.683.075€ | -13% | 228.858.967€ | 256.599.162€ |
| Capitais Próprios | 33.959.415€ | -12% | 38.657.129€ | 32.726.801€ |
| Fundos Próprios | 34.928.377€ | 5% | 33.298.095€ | 26.049.628€ |

No que diz respeito ao **Crédito a clientes**, verificou-se uma maior apetência para esta área de negócio, o que justifica, em termos líquidos, um crescimento de 31,73% (+ 12.390 M€). Nesta análise haverá que considerar a compra, a uma Instituição Bancária não residente, de um crédito vencido no valor de 6.392 M€ cuja aquisição se situou em 1.772 M€. A imparidade relacionada representou 4.620 M€. A esta operação está associado um contrato-promessa e uma garantia financeira para cessão deste mesmo crédito no início de 2015. O Banco não alterou a sua política de concessão de crédito, no que respeita à sua tipologia, finalidades e garantias associadas. Retirando o efeito desta última imparidade, verifica-se que os níveis de crédito vencido e o seu provisionamento se mantêm ao nível dos anos anteriores.

| | 2014 | VAR % | 2013 | 2012 |
|---|--------|--------|--------|--------|
| Crédito Vencido / Crédito Concedido | 13,39% | 4.080% | 0,29% | 0,38% |
| Crédito Vencido / Ativo Líquido | 3,47% | 6.243% | 0,05% | 0,06% |
| Crédito Concedido / Depósitos de Clientes | 42,74% | 4% | 41,25% | 51,02% |
| Crédito Concedido / Ativo Líquido | 25,89% | 52% | 17,19% | 15,48% |

Os **Recursos de Clientes** mantiveram o crescimento sustentado, já verificado em 2013, representando agora uma variação positiva de 26,55% (+25.246 M€). Contribuíram para este crescimento, a abertura de novas contas decorrentes do lançamento do novo *site* em dezembro de 2013, canalizando recursos para contas à Ordem que justificam uma evolução positiva de 43,23% e para contas a prazo de 17,91%, beneficiando as últimas da oferta de produtos inovadores de depósitos indexados.

No que concerne aos **Resultados**, destaca-se a Rendibilidade Média dos Capitais Próprios, no triénio 2012-2014, de 15,12%, fruto dos bons resultados obtidos nos dois últimos exercícios.

| RENDIBILIDADE | 2014 | VAR % | 2013 | 2012 |
|---|-------|-------|--------|--------|
| Rendibilidade de Ativos Médios (ROA) | 0,02% | -99% | 3,09% | 4,15% |
| Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE) | 0,10% | -100% | 20,07% | 26,95% |
| Produto Bancário/ Ativo Líquido Médio | 5,57% | -33% | 8,33% | 10,43% |

O **Produto Bancário** atingiu cerca de 13 M€, valor inferior ao alcançado em 2013 (-33%). Esta redução fica a dever-se a uma queda de 23% na Margem Financeira para 3,7 M€, por via de uma diminuição dos proveitos, em resultado da alienação de parte da Carteira de Ativos Disponíveis Para Venda, com impacto muito expressivo nos Resultados de Operações Financeiras e nos juros.

As **Comissões Líquidas** apresentam um crescimento assinalável (+48%), fruto do aumento da atividade de gestão de ativos, de serviços prestados de assessoria financeira, das receitas de áreas de negócio jovens como as de depositário de fundos de investimento e de compensação e liquidação no MIBEL, da maior eficiência na cobrança de serviços tradicionais do Banco e na prestação de garantias bancárias de volume assinalável.

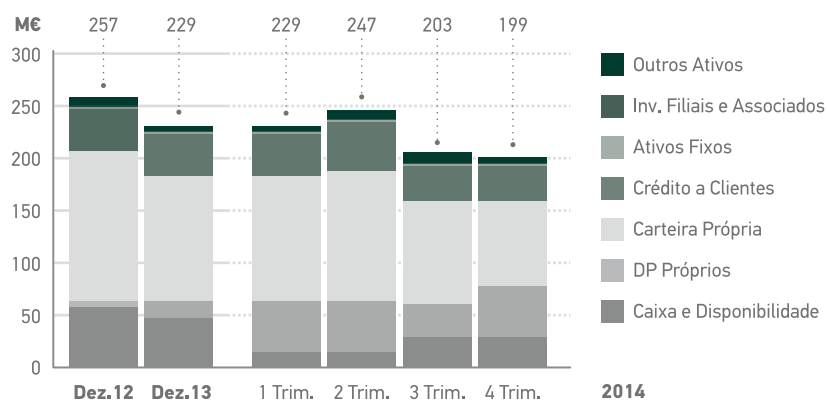
Os **Resultados em Operações Financeiras**, com uma variação negativa de 53%, são o reflexo da exposição ao Banco BES e do redirecionamento da política de investimento da carteira de títulos do Banco, quer por alienações e transferências entre carteiras, quer por novas aquisições.

O **Resultado Líquido** apurado em 2014 no valor de 36.742€ reflete, assim, o que se expressa no ponto anterior. Expurgado esse efeito negativo, teríamos um valor de capitais próprios ao nível do ano anterior, mesmo considerando a distribuição de resultados entretanto ocorrida.

| | 2014 | VAR % | 2013 | VAR % | 2012 |
|---|------------|-------|------------|-------|------------|
| Produto Bancário | 12.709.606 | -33% | 18.990.837 | -20% | 23.782.357 |
| · Margem Financeira | 3.727.904 | -23% | 4.821.917 | -48% | 9.341.312 |
| · Comissões Líquidas | 4.009.905 | 48% | 2.716.726 | -11% | 3.045.263 |
| · Resultados de Operações Financeiras (Líquido) | 5.042.293 | -58% | 12.032.793 | 2% | 11.786.661 |
| Resultado Líquido | 36.742 | -99% | 7.052.287 | -25% | 9.463.904 |

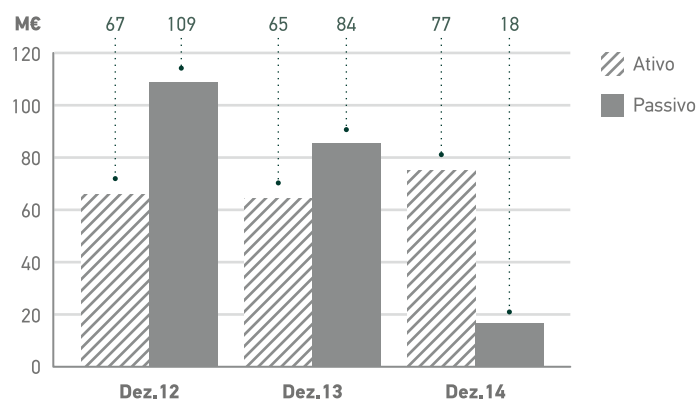
A **Solidez Financeira** manteve-se, tendo o Rácio de Solvabilidade (Tier I) atingido os 19,25%, muito acima do nível mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

Composição do Ativo

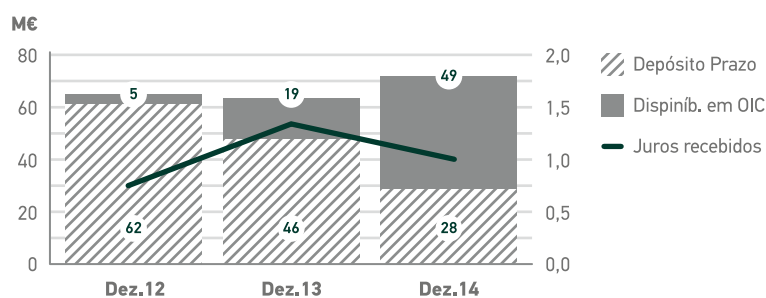


O **Ativo líquido do Banco** ascendeu a 198.683 M€. Ao nível da sua composição, podemos registar um aumento da importância relativa das componentes de elevada liquidez face aos instrumentos financeiros detidos em carteira. A variação negativa registada, tendo como referência os dois últimos exercícios, são o resultado de condições menos favoráveis no mercado.

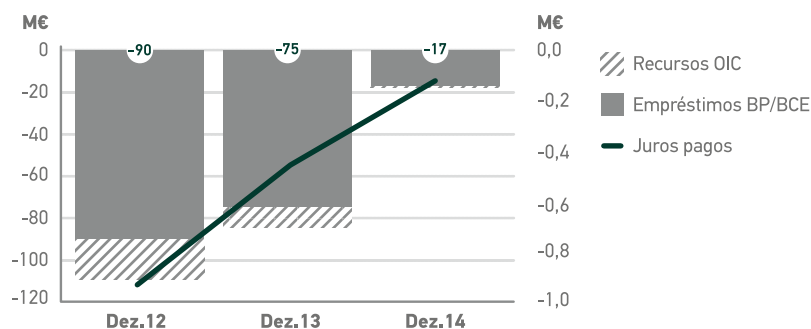
Evolução da Liquidez Agregada



Liquidez - Ativo

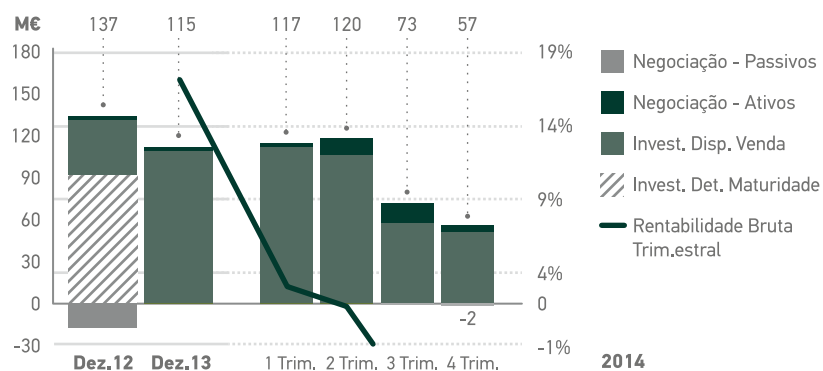


Liquidez - Passivo



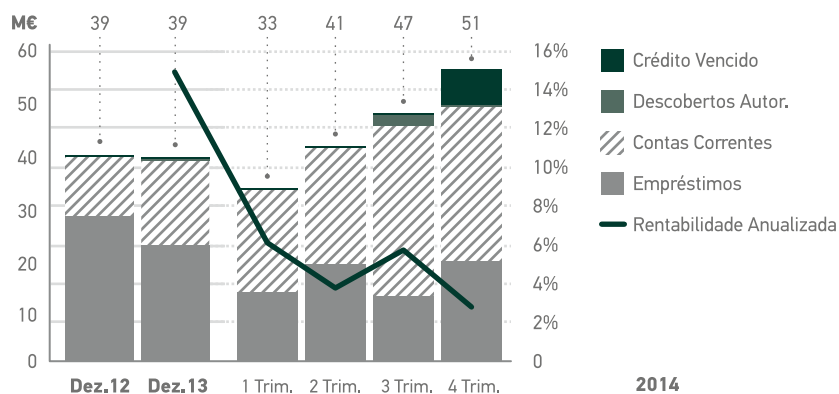
O financiamento do ativo está a ser assegurado pelo recurso a fontes de financiamento estáveis (financiamento com prazo igual ou superior a 2 anos e capitais próprios que, no seu conjunto, representam 25,7% do ativo).

Evolução da Carteira



As carteiras de títulos do Banco (investimentos e negociação) representam, por si só, 28,6% do ativo líquido que compara com os 50% de 2013. Em valores agregados e absolutos, para cada um dos anos, situou-se nos 56 e 114 milhões de euros, respetivamente (excluindo os passivos de negociação).

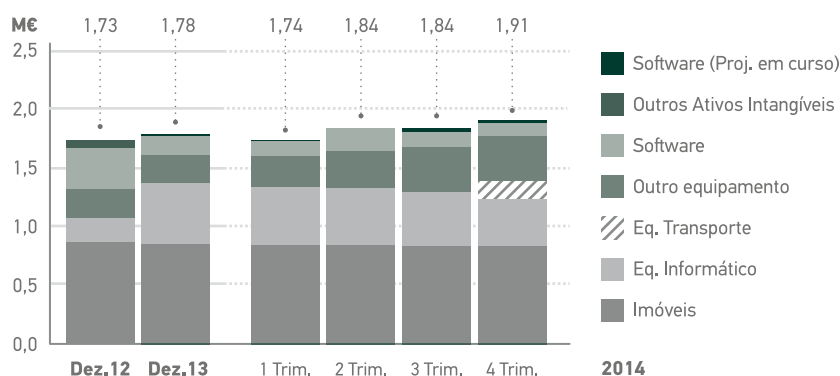
Evolução da Carteira de Crédito



A carteira de crédito, após uma estabilização em 2013 (0% relativamente a 2012), em contraciclo com a escassez do mercado, sofreu em 2014 uma nova dinâmica em parte devido à procura e a uma maior abertura para encarar operações de crédito por parte do Banco. Esta carteira, de características próprias e finalidades específicas, comporta contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial, embora o Banco não conceda crédito à habitação e ao consumo. Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respetivos devedores ou garantes.

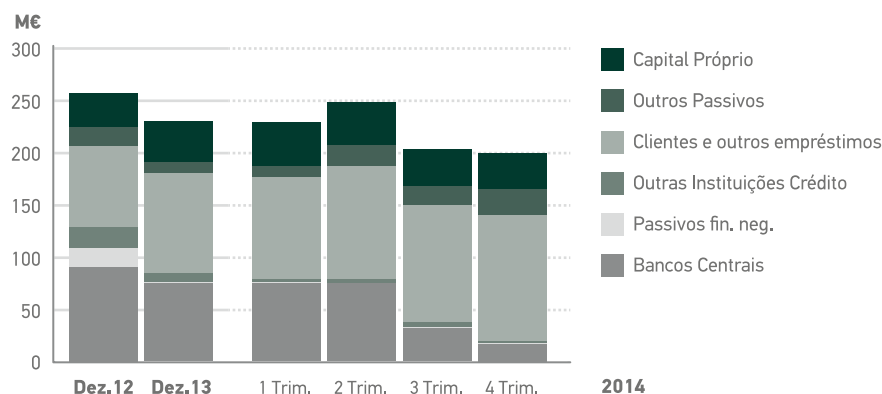
As garantias imobiliárias são objeto de reavaliação periódica, por técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que refletem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários, a natureza dos imóveis, o potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras. As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a clientes com um perfil de risco reduzido. Em resultado desta política, o Banco não apresenta valores significativos na sua carteira de crédito vencido (capital e juros vencidos), representando, em 2014, 229.224€ de provisionamento (excluindo a imparidade do crédito vencido adquirido a uma Instituição de Crédito no valor de 4.620.018€). As provisões para Riscos Gerais de Crédito, em resultado da evolução do crédito normal, sofreu um crescimento de 170%, situando-se em 857.617€ no final de 2014.

Ativos Fixos - Valor Líquido



Os Ativos Fixos, em termos líquidos, apresentam uma variação anual de +14,46%, na sua maior expressão justificada pela aplicação das amortizações integrais no equipamento de transporte em 2013 e nas novas aquisições em 2014.

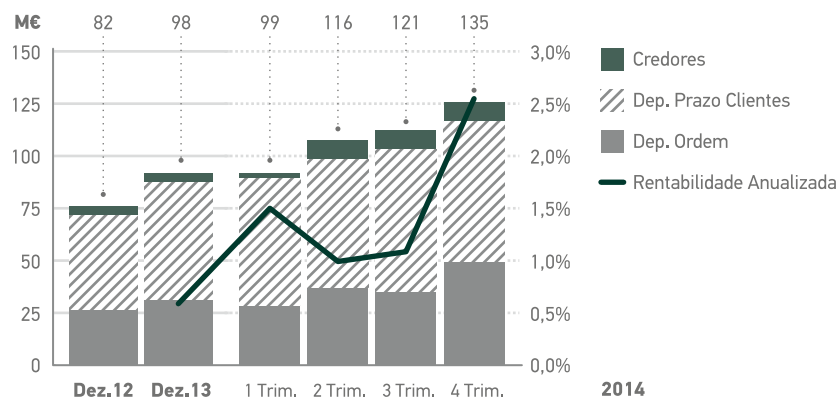
Composição do Passivo e Situação Líquida



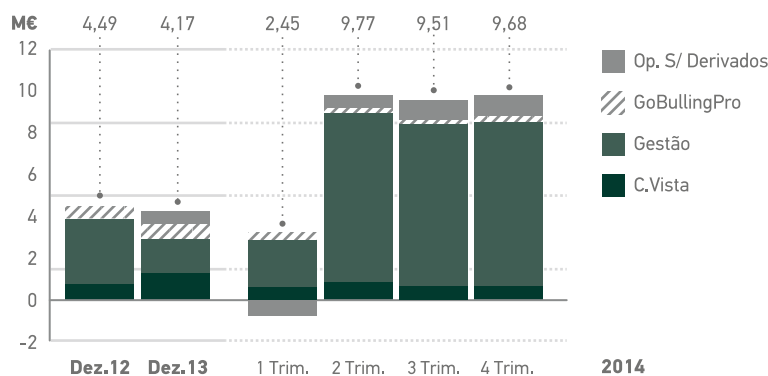
O **Passivo** apresenta um decréscimo global de -15,47% que compara o valor de 190.202 M€ de 2013, sendo de assinalar uma queda acentuada nos Recursos de Bancos Centrais (-77,33%) e nos Recursos de Outras Instituições de Crédito (-1.215%), totalizando, nestas duas componentes, uma variação negativa de 67.189 M€. Inversamente, os Passivos Financeiros Detidos Para Negociação apresentaram variações positivas de +1.939% e os Outros Passivos de +160,20%, contribuindo, assim, com uma variação positiva de +16.424 M€.

Na vertente da **Situação Líquida**, os capitais próprios evidenciaram uma evolução negativa de mais 4,6 milhões de euros, em função direta da política de incorporação dos resultados líquidos do exercício anterior, após distribuição de dividendos no valor de 1,5 M€, da reavaliação negativa da sua carteira de investimentos e da reduzida expressão do Resultado do próprio exercício.

Evolução dos Recursos Captados de Clientes

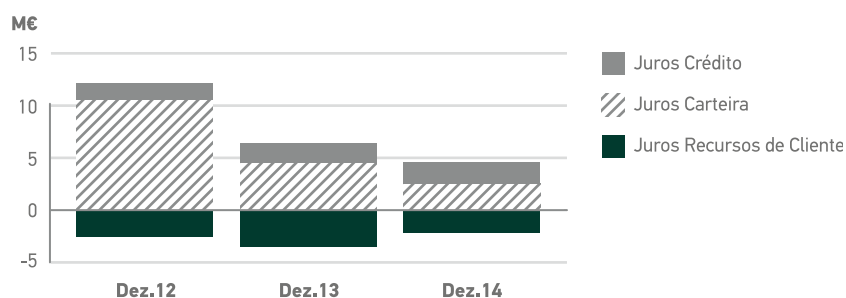


Creadores por Tipo (detalhe)



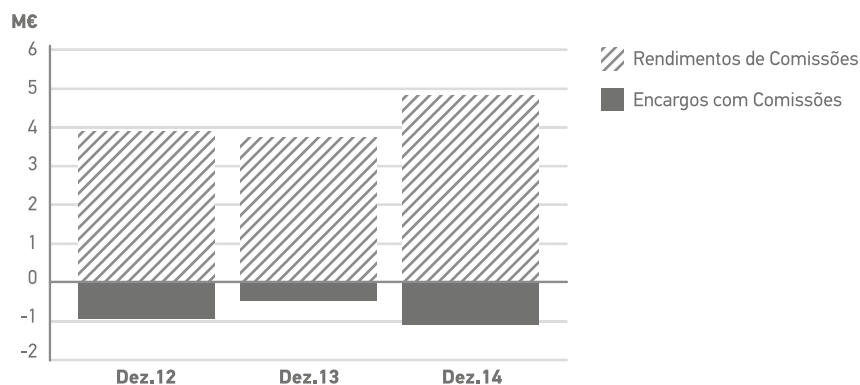
Os recursos captados junto dos clientes, no seu conjunto, apresentam um crescimento significativo (+37,39%) face ao ano anterior. Esta evolução reflete não só o incremento de novos clientes, mas também a tendência de reforço da proporção do património financeiro dos clientes alocado em produtos de Depósitos à Ordem e a Prazo e em modelos de gestão.

Evolução da Margem Líquida



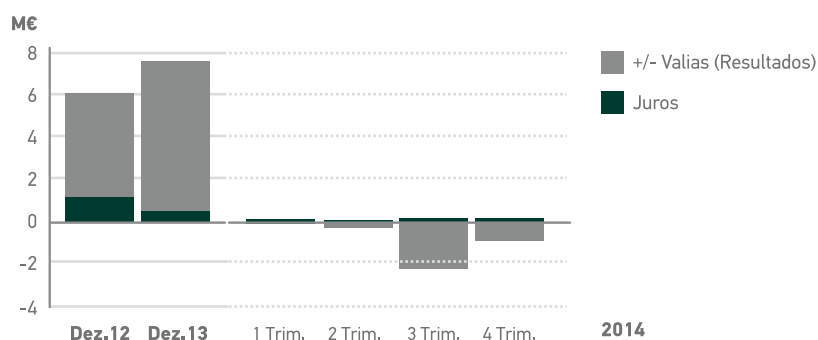
A margem líquida apresentou, em 2014, uma queda de 23%, totalizando uma variação negativa de -1.094 M€. Como reflexo desta variação e considerando a componente dos juros e rendimentos similares, são mais expressivos, nesta redução, os juros das carteiras próprias em resultado da redução de taxas das obrigações e o efeito da venda dos títulos detidos até à maturidade, em 2012 e início de 2013. Ao nível dos gastos, e apesar do aumento em termos absolutos dos recursos captados, tem sido possível manter e até reduzir ligeiramente os custos associados à respetiva remuneração, acompanhando as tendências do mercado.

Evolução das Comissões Líquidas

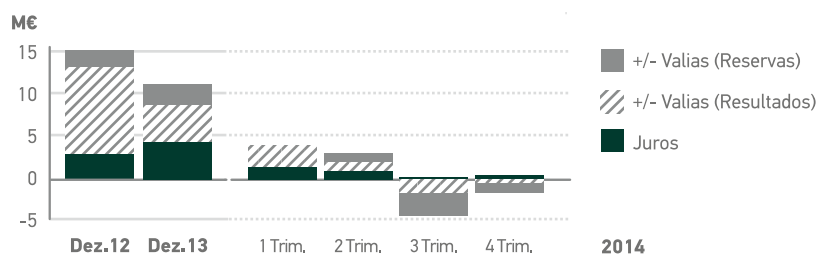


Mais significativa foi a evolução dos **Proveitos com Comissões Líquidas** que apresentam um crescimento de 48%, atingindo os 4.009.905€, quando em 2013 se situou nos 2.716.726€. Contribuíram para este desempenho o crescimento moderado dos encargos com serviços e comissões (+15,71%) e os Rendimentos de Serviços e Comissões (+40,47%) Nesta última componente, salientam-se os rendimentos obtidos pela Gestão de (+240.675€ - 65,05%), Serviços Prestados (+471.374€ - 19,55%) e nas Operações Realizadas Por Conta de Terceiros (+542.454€ - 20,76%).

Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

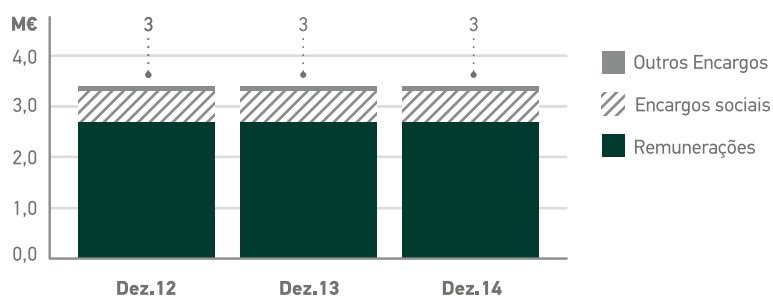


Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Venda



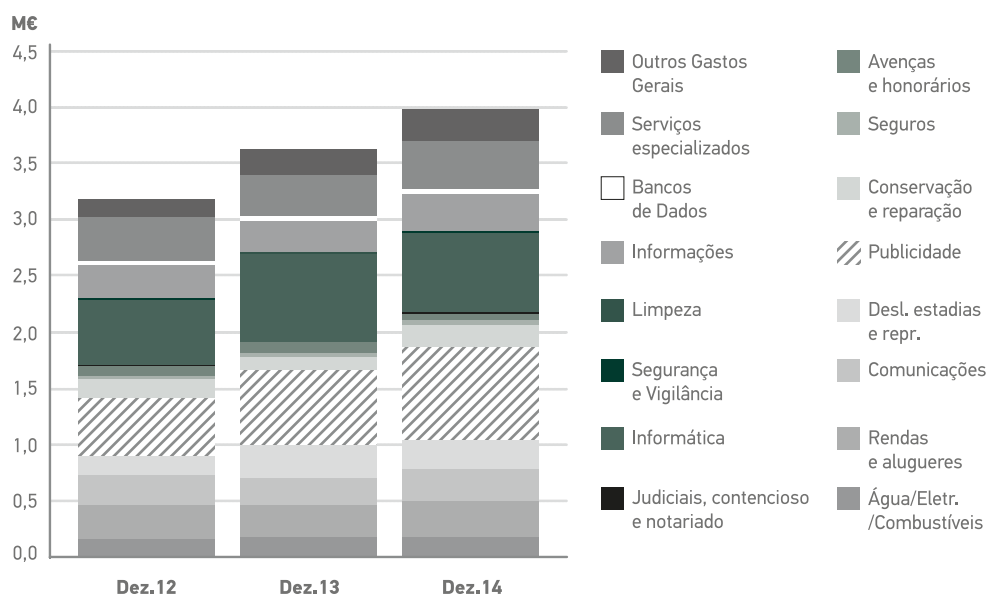
O ano de 2014, no que ao resultado da gestão das carteiras próprias se refere, foi um ano de fortes contrastes, quer comparado com os anos anteriores, quer dentro do próprio exercício, entre o 1º e o 2º semestre. Com efeito, e conforme se pode aferir pela análise dos gráficos, apesar de nos dois primeiros trimestres do ano se ter verificado um resultado assinalável, se bem que inferior a 2013, face a um contexto de mercado adverso, já nos dois últimos trimestres a rentabilidade foi, por oposição, muito negativa, em resultado dos impactos que a medida de resolução aplicada ao BES teve sobre os mercados e a exposição que o próprio Banco detinha.

Custos com Pessoal



Os Custos Com Pessoal mantiveram-se estáveis em 2014, apresentando um ligeiro acréscimo (1,69%) face a 2013, em resultado da combinação de dois fatores relevantes. Se por um lado, o quadro de pessoal foi reforçado pela admissão de mais nove (9) colaboradores, não se verificou em 2014 a atribuição de prémios de desempenho que, em 2013, representou 127.500€.

Gastos Gerais Administrativos



Os Gastos Gerais Administrativos mantiveram um nível de crescimento moderado (+11,1%), em linha com idêntico crescimento já verificado em 2013 (+12,5%). Em parte justificado pela carga fiscal e custos de produção, pelo investimento em *marketing*, nomeadamente publicidade, componente tecnológica e recurso a serviços especializados, suportes fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento da atividade e melhor oferta de produtos e serviços.

2 · CONTAS CONSOLIDADAS

Em resultado da reduzida expressão das Demonstrações Financeiras de cada uma das filiais e associadas, consideradas no perímetro de consolidação, e do contributo exclusivo e decisivo do Banco, expresso na análise às contas individuais, refere-se que:

O Ativo Líquido Consolidado regrediu 14,5% em 2014 para 199,1 milhões de euros que compara com os 198,7 milhões de euros registados no Banco.

O Resultado Líquido Consolidado em 2014 foi de 378.453€ (positivos) com os contributos de cada uma das empresas, após anulação dos movimentos recíprocos e do Banco, com um resultado líquido de 36.742€, igualmente positivo.

Estas variações encontram expressão nos respetivos anexos.



VII · Declaração de Conformidade sobre Informação Financeira

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

- i. As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2014, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005;
- ii. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Carregosa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2014, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro;
- iii. Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas nas alíneas (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de março de 2015; e
- iv. Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2014.





VIII · Eventos Subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

IX · Informação nos Termos do Art.º 66º do C.S.C.

A sociedade e as suas filiais não têm quaisquer dívidas em mora ao Setor Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu, nem vendeu ações próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., não foram referenciados atos enquadrados nos art.ºs 1) a 3), não existindo por isso referências a autorizações concedidas por deliberação do Conselho de Administração, nem pareceres proferidos sobre as mesmas, por parte do Conselho Fiscal.

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 34 e 33, respetivamente), os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários faturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

A incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais encontra-se integralmente realizada.



X · Política de Remuneração dos Órgãos de Gestão, Fiscalização e Colaboradores

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 18º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 de 29/12, declara-se que a Política de Remunerações é elaborada em estrita conformidade com os princípios e regras do referido aviso 10/2011 e ainda de acordo com o ponto 24 do anexo ao D.L. 104/2007 de 03/04, com a redação que lhe foi dada pelo D.L. 88/2011 de 20/07.

Esta política, que adiante se exporá mais detalhadamente, é adequada e proporcional à dimensão e organização da Instituição, evitando uma exposição excessiva aos riscos, pautando-se por valores de justiça e equidade, responsabilidade e transparência, valorizando o efetivo desempenho dos seus colaboradores.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

As remunerações dos Órgãos Sociais são fixadas pela **Comissão de Remunerações**, eleita pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos dos Estatutos Societários.

Entrando na apreciação concreta da política de remuneração, entendeu aquela Comissão que não deveria haver remunerações variáveis, dependentes ou não do desempenho individual ou coletivo. Determinou, ainda, a não diferenciação de condições de previdência ou reforma dos Administradores Executivos face aos demais colaboradores do Banco.

Para o ano de 2014, as remunerações fixas mensais (RFM) para os membros dos Órgãos de Administração foram estabelecidas em:

| CARGO | RFM |
|--------------------------------------|--------|
| Presidente Conselho de Administração | 4.000€ |
| Presidente Comissão Executiva | 6.000€ |
| Vogais Comissão Executiva | 5.800€ |

Além disso, estabeleceram-se os seguintes:

- As remunerações fixas mensais serão pagas na base de 14 meses/ano;
- Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercerão cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações;
- Pelo exercício das respetivas funções, os restantes membros dos Órgãos de Administração do Banco L. J. Carregosa, S.A. recebem uma senha de presença;
- O presidente do Conselho Fiscal e os Vogais recebem uma senha de presença;
- Os membros da Comissão de Remunerações não auferem qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo;
- Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios aos restantes colaboradores.

Refira-se, ainda, que a Administração do Banco propôs na última Assembleia Geral de Acionistas a alteração da composição da Comissão de Remunerações, tendo sido aprovada a substituição da presidente Sra. Dra. Maria Cândida Rocha e Silva, por um elemento independente dos órgãos de gestão, o Sr. Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, Revisor Oficial de Contas.

Continuam a fazer parte da referida Comissão de Remunerações o Sr. Dr. Inácio Sousa Lima, Advogado, como Presidente, e o Sr. Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves, Administrador não executivo, que não auferem qualquer remuneração, ficando esta Comissão composta maioritariamente por membros independentes, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 7º do supra mencionado aviso 10/2011.

Remuneração dos restantes Colaboradores do Banco L. J. Carregosa, S.A.

A generalidade dos restantes colaboradores auferem apenas remunerações fixas e procurou-se ter em conta o nível de responsabilidade, especificidade de funções desempenhadas e contributos de cada um. Os Colaboradores com funções comerciais na área do canal *online*, em linha com a prática neste segmento de negócio, auferem, a par de remuneração fixa, um complemento variável, de base objetiva e proporcional aos proveitos gerados pelos respetivos clientes que acompanham. A dimensão da Instituição e o escrutínio permanente por parte da hierarquia permitem prevenir os conflitos de interesse que as remunerações variáveis potencialmente representam.

Sempre que necessário, são auscultadas as pessoas que integram as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, de recursos humanos, ou peritos externos, de forma a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da Instituição.

O processo de fixação das remunerações pauta-se pelos valores da justiça e equidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e do equilíbrio entre funções e Colaboradores.

Os Colaboradores a que se refere o n.º 2 do Art.º 1º do Aviso N.º 10/2011 do Banco de Portugal, não auferem remunerações com componente variável. O Diretor Central, ao abrigo da alínea b) e c) do n.º 2 do art.º 1º do mesmo aviso, auferem uma remuneração fixa equivalente aos membros da Comissão Executiva. Situação similar para o responsável do canal relacional. Em cumprimento da alínea e) do art.º 17, informa-se igualmente que no ano de 2014, foram efetuadas 12 novas contratações, ficando expresso, no quadro abaixo, os restantes requisitos relacionados com este mesmo artigo.

| ÁREA DE ATIVIDADE | REMUNERAÇÕES TOTAIS (VALORES EM EUROS) | |
|---|---|------------------|
| | Fixas | Variáveis * |
| ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO | | |
| Conselho de Administração | 68.066,27 | 0,00 |
| Comissão Executiva | 304.968,41 | 0,00 |
| Conselho Fiscal | 22.560,00 | 0,00 |
| DIREÇÃO CENTRAL | | |
| Direção Central | 84.281,47 | 0,00 |
| UNIDADES DE NEGÓCIO | | |
| Canal Relacional | 319.578,42 | 0,00 |
| Canal Online | 184.092,75 | 77.556,68 |
| Rede de Assessores de Investimento | 37.639,07 | 0,00 |
| Negócio Institucional | 4.918,12 | |
| Originação e Gestão | 211.842,68 | 0,00 |
| Financeiro | 91.506,94 | 0,00 |
| Mercados | 79.317,21 | 3.155,03 |
| UNIDADES DE APOIO AO NEGÓCIO | | |
| Operações | 146.291,23 | 0,00 |
| Jurídico | 89.872,01 | 0,00 |
| Marketing | 59.811,40 | 0,00 |
| Sistemas | 86.450,73 | 0,00 |
| Auditoria Interna (*) | 18.940,00 | 0,00 |
| Compliance | 56.635,74 | 0,00 |
| Risco | 44.639,07 | 0,00 |
| Contabilidade e Informação de Gestão | 121.371,11 | 0,00 |
| Recursos Humanos | 19.567,87 | 0,00 |
| Secretariado | 98.009,48 | 0,00 |
| Comunicação | 44.757,41 | 0,00 |
| Conservação e Reparação | 64.027,97 | 0,00 |
| Secretaria-geral | 25.699,52 | 0,00 |
| TOTAL GLOBAL | 2.284.844,43 | 80.711,71 |

(*) Em 31 julho de 2014, assumiu funções como Auditor Interno, um colaborador da Instituição, em substituição do anterior consultor externo.

L. J. CARREGOSA & C.^A L.^{DA}

MOEDAS E CUPÕES
278

PAPEIS DE CREDITO
276

ESTAB. CARREGOSA & C.
L. J. CARREGOSA & C.
L. J. CARREGOSA & C.

XI · Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se, nos termos da alínea f) n.º 5 do artigo 66º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 23º dos estatutos da Sociedade que, o Resultado Líquido do Exercício (positivo) no valor de 36.742,15€

- Para Reforço da Reserva Legal: **3.674,22€**
- Para Reservas Livres: **33.067,93€**

XII · Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

O Banco de Portugal e a CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo permanente e frutuoso mantido neste exercício;

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Os colaboradores do Banco, pelo seu contributo empenhado dedicado e competente, indispensável ao bom funcionamento da Instituição.

CARRREGOSA & C
UPDES PAPEIS

D^{MA}MARIA CANDIDA ROCHA E SILVA
CORRETORA OFICIAL
DA
BOLSA DE VALORES DO PORTO

XIII · Contas Consolidadas

BALANÇO CONSOLIDADO NIC/NIRF

· valores expressos em euros

| | NOTAS | 31-12-2014 | | | ANO ANTERIOR |
|---|-------|--|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | | VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | VALOR LÍQUIDO | |
| ATIVO | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 1 | 1.566.284 | | 1.566.284 | 33.923.164 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 2 | 26.574.622 | | 26.574.622 | 12.225.776 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 3 | 4.804.341 | | 4.804.341 | 2.759.424 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 4 | 912 | | 912 | 0 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 5 | 48.876.474 | (4.566.061) | 44.310.413 | 104.698.213 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 | 49.528.487 | | 49.528.487 | 19.225.376 |
| Crédito a clientes | 7 | 56.286.785 | (5.555.804) | 50.730.981 | 38.730.631 |
| Investimentos detidos até à maturidade | | 0 | | 0 | 0 |
| Ativos com acordo de recompra | | 0 | | 0 | 0 |
| Derivados de cobertura | | 0 | | 0 | 0 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 8 | 85.680 | | 85.680 | 0 |
| Propriedades de investimento | 9 | 7.633.087 | | 7.633.087 | 6.346.779 |
| Outros ativos tangíveis | 10 | 6.973.698 | (5.142.762) | 1.830.935 | 1.671.085 |
| Ativos intangíveis | 11 | 3.764.306 | (3.589.660) | 174.646 | 208.456 |
| Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação | | 0 | | 0 | 0 |
| Ativos por impostos correntes | 12 | 2.586.946 | | 2.586.946 | 290.869 |
| Ativos por impostos diferidos | 13 | 243.896 | | 243.896 | 300.681 |
| Outros ativos | 14 | 9.032.971 | | 9.032.971 | 7.560.512 |
| TOTAL DE ATIVO | | 217.958.487 | (18.854.287) | 199.104.200 | 227.940.965 |

BALANÇO CONSOLIDADO NIC/NIRF

· valores expressos em euros

| | NOTAS | 31-12-2014 | | VALOR LÍQUIDO | ANO ANTERIOR |
|---|-------|--|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | | VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | | |
| PASSIVO | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | 15 | | | 17.229.154 | 75.996.875 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 16 | | | 1.959.205 | 96.044 |
| Outros passivos ao justo valor através de resultados | | | | 0 | 0 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 17 | | | 692.832 | 9.114.735 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 18 | | | 117.756.756 | 91.094.543 |
| Responsabilidades representadas por títulos | | | | 0 | 0 |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | | | | 0 | 0 |
| Derivados de cobertura | | | | 0 | 0 |
| Passivos não correntes detidos para venda | | | | 0 | 0 |
| Provisões | 19 | | | 269.834 | 555.766 |
| Passivos por impostos correntes | 20 | | | 3.879 | 0 |
| Passivos por impostos diferidos | | | | 0 | 0 |
| Instrumentos representativos de capital | | | | 0 | 0 |
| Outros passivos subordinados | | | | 0 | 0 |
| Outros passivos | 21 | | | 24.062.868 | 9.289.572 |
| TOTAL DE PASSIVO | | | | 161.974.528 | 186.147.535 |
| CAPITAL | | | | | |
| Capital | | | | 20.000.000 | 20.000.000 |
| Prémios de emissão | | | | 369.257 | 369.257 |
| Outros instrumentos de capital | | | | 0 | 0 |
| Reservas de reavaliação | | | | (982.648) | 1.727.420 |
| Outras reservas e resultados transitados | | | | 13.901.382 | 9.060.917 |
| Ações próprias | | | | 0 | 0 |
| Resultado Consolidado do exercício | | | | 378.453 | 7.286.052 |
| Dividendos antecipados | | | | 0 | 0 |
| Total de Capital Próprio atribuído ao Grupo | 22 | | | 33.666.444 | 38.443.646 |
| Interesses minoritários | 23 | | | 3.463.228 | 3.349.784 |
| Total do Capital Próprio | | | | 37.129.672 | 41.793.430 |
| TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL | | | | 199.104.200 | 227.940.965 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS NIC/NIRF

· valores expressos em euros

| | NOTAS | 31-12-2014 | ANO ANTERIOR |
|--|-------|-------------|--------------|
| Juros e rendimentos similares | 24 | 5.807.191 | 7.864.477 |
| Juros e encargos similares | 25 | (2.034.832) | (2.918.898) |
| Margem financeira | | 3.772.359 | 4.945.579 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | | 0 | 0 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 26 | 4.872.580 | 3.463.858 |
| Encargos com serviços e comissões | 27 | (985.281) | (824.536) |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | 28 | (2.641.899) | 7.783.833 |
| Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda | 29 | 5.615.643 | 3.616.023 |
| Resultados de reavaliação cambial | 30 | 1.530.115 | (384.806) |
| Resultados de alienação de outros ativos | 31 | 965.559 | 1.488.612 |
| Outros resultados de exploração | 32 | 455.971 | (470.305) |
| Produto da atividade | | 13.585.046 | 19.618.259 |
| Custos com pessoal | 33 | (3.764.831) | (3.662.230) |
| Gastos gerais administrativos | 34 | (3.768.656) | (3.552.603) |
| Depreciações e amortizações | 35 | (578.689) | (910.121) |
| Provisões líquidas de anulações | 36 | 297.066 | (555.766) |
| Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações | 37 | (224.424) | (107.353) |
| Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações | 38 | (4.525.211) | 0 |
| Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações | 39 | 0 | 340.056 |
| Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial) | 40 | 0 | 5.579 |
| Resultado antes de impostos | | 1.020.302 | 11.175.822 |
| Impostos | | | |
| Correntes | 41 | (283.794) | (3.795.155) |
| Diferidos | 42 | (56.786) | 8.390 |
| Resultado consolidado do exercício antes de interesses minoritários | | 679.722 | 7.389.056 |
| Interesses Minoritários | 43 | (301.269) | (103.004) |
| Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas | | 378.453 | 7.286.052 |

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

· valores expressos em euros

| | 31-12-2014 | 21-12-2013 |
|--|-----------------------------|-------------------|
| Resultado líquido consolidado do exercício | 378.453 | 7.286.052 |
| RUBRICAS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADAS EM RESULTADOS: | | |
| Ativos tangíveis | 3.747 | (12.537) |
| Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido | (695.587) | 147.792 |
| ELEMENTOS QUE PODEM SER RECLASSIFICADOS EM RESULTADOS: | | |
| Conversão cambial | 964.097 | (161.939) |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | (3.677.912) | 1.153.765 |
| Outro rendimento integral | (3.405.655) | 1.127.081 |
| Rendimento integral total do ano | (3.027.203) | 8.413.133 |
| Atribuíveis a interesses minoritários (interesses que não controlam) | (301.269) | (103.004) |
| Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe | (2.725.934) | 8.516.137 |
| O Técnico Oficial de Contas | O Conselho de Administração | |



**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
 PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

· valores expressos em euros

| | 31-12-2014 | ANO ANTERIOR |
|---|-------------------|---------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | |
| Juros e comissões recebidas | 11.486.430 | 12.471.561 |
| Pagamento de juros e comissões | (3.900.186) | (3.543.359) |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (7.522.084) | (7.358.438) |
| Recursos de instituições de crédito | (65.744.261) | (23.219.547) |
| Outros ativos e passivos operacionais | 15.920.404 | (9.104.852) |
| Outros recebimentos de clientes | 15.566.703 | 13.827.586 |
| Impostos sobre lucros | (2.593.215) | (9.353.757) |
| Caixa líquida das atividades operacionais | (36.786.208) | (26.280.805) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | |
| Dividendos recebidos | 0 | 0 |
| Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda | 52.958.237 | (69.618.667) |
| Investimentos detidos até à maturidade | 0 | 95.049.456 |
| Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis | (706.958) | (935.243) |
| Vendas de ativos tangíveis e intangíveis | 15.758 | 51.685 |
| Aumento/Diminuição em outras contas do ativo | (773.468) | (5.904.718) |
| Investimentos em empresas filiais e associadas | 0 | 538.470 |
| Caixa líquida das atividades de investimento | 51.493.569 | 19.180.982 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | |
| Aumento de Capital | 0 | 10.000.000 |
| Outros instrumentos de capital | 0 | 0 |
| Dividendos pagos | (1.774.353) | (2.500.000) |
| Emissão de dívida titulada e subordinada | 0 | 0 |
| Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros | 0 | 0 |
| Remuneração paga relativa a passivos subordinados | 0 | 0 |
| Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos) | 0 | (1.837) |
| Caixa líquida das atividades de financiamento | (1.774.353) | 7.498.163 |
| Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes | 12.933.008 | 398.340 |
| Efeito das diferenças de câmbio | 0 | 0 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 64.559.980 | 64.161.641 |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício | 77.492.988 | 64.559.980 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

· valores expressos em euros

31 de dezembro de 2014 (Atividade Consolidada)

| CONTAS | Em 31-12-2013 | | | | | |
|--|-------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------|------------------|----------|
| | VALOR BRUTO | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | AUMENTOS AQUISIÇÕES | AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | ABATES (LÍQUIDO) | TRANSF. |
| OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | |
| Goodwill | 43.913 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Despesas de Estabelecimento | 498.364 | (498.364) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Custos Plurianuais | 595.458 | (595.458) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sistemas de Tratamento de Dados (software) | 2.250.985 | (2.090.715) | 136.380 | (201.448) | 0 | 9.366 |
| Outros Ativos Intangíveis | 203.675 | (203.675) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ativos Intangíveis em Curso | 4.273 | 0 | 31.258 | 0 | 0 | (9.366) |
| | 3.596.667 | (3.388.212) | 167.638 | (201.448) | 0 | 0 |
| ATIVOS TANGÍVEIS | | | | | | |
| Imóveis | 525.290 | (28.594) | 0 | (8.188) | 0 | 0 |
| Equipamento | 5.394.632 | (4.569.464) | 539.320 | (363.524) | (626) | 0 |
| Ativos em locação financeira | 641.547 | (292.327) | 0 | (5.529) | 0 | 0 |
| Ativos Tangíveis em Curso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 6.561.469 | (4.890.385) | 539.320 | (377.241) | (626) | 0 |
| TOTAIS | 10.158.136 | (8.278.596) | 706.958 | (578.689) | (626) | 0 |

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

· valores expressos em euros

31 de dezembro de 2014 (Atividade Consolidada)

| CONTAS | REGULARIZAÇÕES | | | VALOR DE AQUISIÇÃO AJUSTADO | AMORT. EXERCÍCIO AJUSTADAS | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS AJUSTADAS | VALOR LÍQUIDO EM 31-12-2014 |
|--|----------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| | VALOR BRUTO | AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | | | |
| OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | |
| Goodwill | 0 | 0 | 0 | 43.913 | 0 | 0 | 43.913 |
| Despesas de Estabelecimento | 0 | 0 | 0 | 498.364 | 0 | (498.364) | 0 |
| Custos Plurianuais | 0 | 0 | 0 | 595.458 | 0 | (595.458) | 0 |
| Sistemas de Tratamento de Dados (software) | 0 | 0 | 0 | 2.396.732 | (201.448) | (2.090.715) | 104.568 |
| Outros Ativos Intangíveis | 0 | 0 | 0 | 203.675 | 0 | (203.675) | 0 |
| Ativos Intangíveis em Curso | 0 | 0 | 0 | 26.164 | 0 | 0 | 26.164 |
| | 0 | 0 | 0 | 3.764.306 | (201.448) | (3.388.212) | 174.646 |
| ATIVOS TANGÍVEIS | | | | | | | |
| Imóveis | 0 | 0 | 0 | 525.290 | (8.188) | (28.594) | 488.508 |
| Equipamento | (1.648) | 0 | 46 | 5.932.304 | (363.524) | (4.569.418) | 998.736 |
| Ativos em locação financeira | 0 | 0 | 0 | 641.547 | (5.529) | (292.327) | 343.691 |
| Ativos Tangíveis em Curso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | (1.648) | 0 | 46 | 7.099.141 | (377.241) | (4.890.339) | 1.830.935 |
| TOTAIS | (1.648) | 0 | 46 | 10.863.446 | (578.689) | (8.278.551) | 2.005.581 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

· valores expressos em euros

31 de dezembro de 2014 (Atividade Consolidada)

| CONTAS | SALDO EM 31-12-2013 | AUMENTOS | TRANSFERÊNCIAS | DIMINUIÇÕES | 31-12-2014 |
|---|------------------------|------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| Capital realizado | 20.000.000 | | | | 20.000.000 |
| Prémios de emissão | 369.257 | | | | 369.257 |
| Reservas de reavaliação | 2.265.095 | | | 3.674.165 | (1.409.071) |
| Reserva legal | 1.452.626 | | 704.916 | | 2.157.543 |
| Reservas de variações cambiais | (537.674) | 964.097 | | | 426.423 |
| Outras reservas | 6.454.293 | | 4.594.248 | 695.587 | 10.352.954 |
| Resultados transitados | 1.153.997 | | 236.888 | | 1.390.885 |
| Resultado Consolidado do exercício | 7.286.052 | 378.453 | (7.286.052) | | 378.453 |
| Total do Capital Próprio atribuído ao Grupo | 38.443.646 | 1.342.550 | (1.750.000) | 4.369.753 | 33.666.444 |
| Interesses Minoritários | 3.349.784 | 113.445 | | | 3.463.228 |
| TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS | 41.793.430 | 1.455.995 | (1.750.000) | 4.369.753 | 37.129.672 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes em euros exceto quando expressamente indicado)

1 · NOTA INTRODUTÓRIA

O exercício de 2014 foi para o Banco L.J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa”, “Sociedade” ou “Grupo Carregosa”, quando tratado em termos consolidados) o sexto exercício completo de atividade como Instituição de Crédito.

Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, o Banco Carregosa converteu-se para o exercício da atividade bancária e de todas as outras expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo iniciado a sua atividade em 4 de novembro desse ano.

Para além do crescimento orgânico, em resultado de aumento consolidado do negócio bancário, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a atividade enquanto Instituição de Crédito, será também importante referir que, nos primeiros anos, o Banco Carregosa procurou a

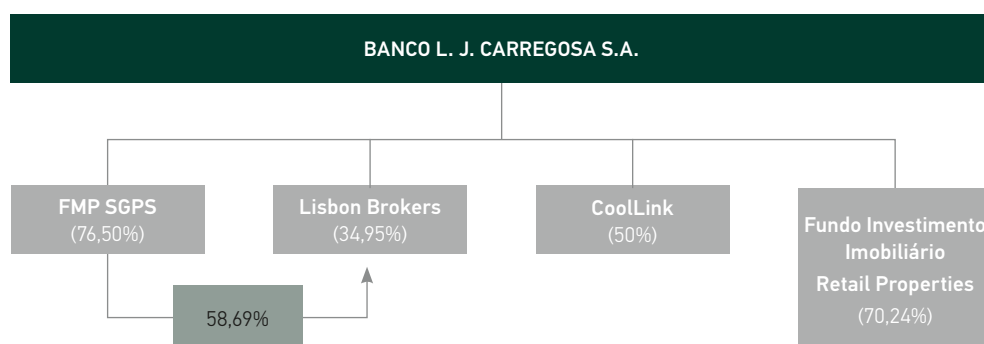
diversificação das suas áreas de intervenção, adquirindo inicialmente uma participação de 19,99% na sociedade “Optimize Investment Partners – SGFIM”, em outubro de 2009, entretanto alienada e, em abril de 2010, adquiriu ainda, direta e indiretamente, 84,84% de participação no capital da sociedade de corretagem “Lisbon Brokers, SA” e 76,50% da sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, em parceria com o Acionista “Imocarregosa, SA”, entretanto em fase de transformação. Esta última sociedade detinha em 31 de dezembro, 10% de ações próprias. Para efeitos prudenciais e considerando a materialidade assumida pelo Banco na participação do Fundo de Investimentos Imobiliários Retail Properties, considera-se este fundo integrado no respetivo perímetro de consolidação, até que se reduza substancialmente esta participação.

Sociedades e Fundos que compõem o perímetro de consolidação do Grupo em 31.12.2014

| ATIVIDADE | SEDE | CAPITAIS PRÓPRIOS | ATIVO | LUCRO PREJUÍZO | PARTICIPAÇÃO EFETIVA | MÉTODO CONSOL. |
|--|----------|-------------------|-------------|----------------|----------------------|----------------|
| BANCA Banco L.J. Carregosa, SA | Portugal | 33.959.415 | 198.683.075 | 36.742 | - | Integral |
| CORRETAGEM Lisbon Brokers, SA | Portugal | (6.609) | 32.178 | (5.389) | 84,84% | Integral |
| SOCIEDADES GESTORAS PART. SOCIAIS Francisco Marques Pereira, SGPS, SA | Portugal | 70.385 | 96.130 | 702 | 85,00% | Integral |
| FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO Retail Properties | Portugal | 10.994.469 | 11.436.300 | 719.110 | 70,24% | Integral |
| SOCIEDADE SERVIÇOS INFORMÁTICOS CoolLink, Lda | Portugal | 186.235 | 283.239 | 27.733 | 50,00% | Integral |

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação.

Sociedades e Fundos que compõem o perímetro de consolidação do Grupo em 31.12.2014



Em resultado deste perímetro, o Banco Carregosa realiza a consolidação de contas e *reporting* para efeitos de supervisão, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de atividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos.

O Grupo apresentou um lucro líquido de 378.453€ (positivos), com os capitais próprios a situarem-se nos 37.129.672€.

Por deliberação do Conselho de Administração, foi decidido proceder à transformação simultânea, da Lisbon Brokers, SA e da Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, após ter sido autorizado pelo Banco de Portugal. Nesta conformidade, o Banco L.J. Carregosa, SA relevou nas suas contas individuais a imparidade calculada, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas.

Neste mesmo exercício, o Banco manteve a sua atividade junto do Fundo de Investimento Imobiliário “Retail Properties”, detendo 7.024.301 unidades de participação, que deverá reduzir substancialmente no momento da concretização do aumento de capital.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2015.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2014 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2 · BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação e Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa, e das suas filiais, e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de fevereiro.

CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESAS ASSOCIADAS E FILIAIS (IAS 27,28 E IFRS 3)

O Banco Carregosa detém, direta e indiretamente participações financeiras em empresas filiais. São estas assim consideradas, em virtude do Banco deter o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de cada empresa.

Estas mesmas empresas são consolidadas pelo método integral. As transações e os saldos entre empresas são eliminados no processo de consolidação, sendo o valor do capital, reservas e resultados resultante do valor de participação de terceiros, relevados na rubrica de interesses minoritários.

O Resultado Consolidado é apurado através dos resultados líquidos do Banco e das suas filiais na proporção da participação efetiva, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transações efetuadas entre estas e como tal consideradas no respetivo perímetro de consolidação.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

2.2.1. Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras das Empresas do Grupo em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (*fixing*) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos ativos e passivos expressos em moeda diferente é efetuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

2.2.2. Aplicações em Instituições e Crédito no País e no Estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, que corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

2.2.3. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

2.2.4. Ativos Financeiros Detidos para Venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até ao momento da respetiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Para os ativos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são diretamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um ativo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido diretamente no capital próprio e houver prova objetiva de que o ativo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida diretamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações".

2.2.5. Ativos financeiros detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se em período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.2.6. Créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.
- O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que está estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pelas Sociedades, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8. Imparidades

Periodicamente, e com frequência inferior ou igual a um ano, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um ativo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (*loss event*) após o reconhecimento inicial do ativo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro considerado.

2.2.9. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.10. Provisões

O Grupo Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i. Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efetuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso n.º 8/2003, de 30 de janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii. Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de dezembro dos contratos de crédito, bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.11. Outros ativos tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados, por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta do ativo adequada.

| EQUIPAMENTO | ANOS |
|--------------------------------|--------|
| Equipamento de transporte | 4 – 8 |
| Mobiliário e material | 8 – 16 |
| Equipamento informático | 3 – 8 |
| Outras imobilizações corpóreas | 5 – 20 |

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

2.2.12. Ativos intangíveis

O Banco e as suas filiais registam nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.13. Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes e recursos de bancos centrais, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação diretamente associados.

São também valorizados ao justo valor, os passivos financeiros detidos para negociação, nomeadamente os resultantes de vendas a descoberto, sendo os respetivos ajustamentos efetuados por contrapartida de lucros ou prejuízos.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes associados e que possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.15. Impostos sobre os Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como as empresas filiais com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2.2.16. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do réditto possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento efetivo.

2.2.17. Comissões por serviços prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.18. Benefícios aos Empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário* (ACTV) como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, **exclusivamente para com os seus colaboradores não integrados no Sistema Nacional de Pensões**, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um *Plano de Pensões de Benefício Definido*. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso n.º 12/2001 e posteriores atualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgere. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA”, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

A IAS 19 com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2013, reflete os impactos, quer ao nível da eliminação da opção do “corredor”, quer ao nível da eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada do fundo, que passa a ter de coincidir com a taxa de desconto para cálculo das responsabilidades a cobrir pelo Fundo de Pensões.

A eliminação da opção do corredor introduz maior volatilidade no resultado anual das Contas do Banco entendido como resultado integral (reservas e resultado líquido). Por outro lado, a composição da carteira do Fundo e a sua consequente rentabilidade anual efetiva deixará de afetar a rubrica do resultado líquido e passam a afetar apenas as reservas por via dos ganhos e perdas atuariais, bem como, influenciam o valor do Fundo no final de cada ano.

No caso do Banco Carregosa, uma vez que a rentabilidade esperada utilizada nos anos anteriores era superior à taxa de desconto, o impacto desta alteração da IAS 19 (eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada) é tanto maior quando maior o desfazamento que existia entre as duas taxas.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.3. Gestão do risco

2.3.1. Função de Gestão de Risco

A gestão de risco contempla a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afetem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma, a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a atividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um fator de ajustamento às rentabilidades das operações efetivas e potenciais, com o objetivo de:

- Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- Homogeneizar e comparar;
- Selecionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- Selecionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- Analisar as sinergias das operações;
- Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo.

2.3.2. Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, enquanto órgãos de governo do Banco Carregosa, partilham uma compreensão dos riscos da atividade e do grau de tolerância ao risco pretendido, desenhando a estratégia a prosseguir. Neste contexto, decidem os mecanismos de controlo para a gestão agregada do risco e monitorizam o seu desempenho e o dos Departamentos que lhes estão subordinados.

A gestão e monitorização específica de cada risco é da competência da Comissão Executiva, embora a Direção Financeira desempenhe um papel de relevo, num âmbito corrente, de gestão da tesouraria e das carteiras de títulos do Banco, dentro dos limites de discricionariedade definidos. A Direção Central assume também funções executivas, por delegação, maioritariamente com impacto na gestão do risco operacional.

A Comissão de Ativos e Passivos (ALCO) auxilia a Comissão Executiva, com funções consultivas, funcionando como um fórum de discussão mensal sobre a captação e aplicação de recursos, através de um equilíbrio entre resultado e risco. Esta é composta pelos membros da Comissão Executiva, pelos Diretores Financeiro, do Canal Relacional, de Risco, de Originação e Gestão e pelo Responsável pela Gestão da Carteira Própria.

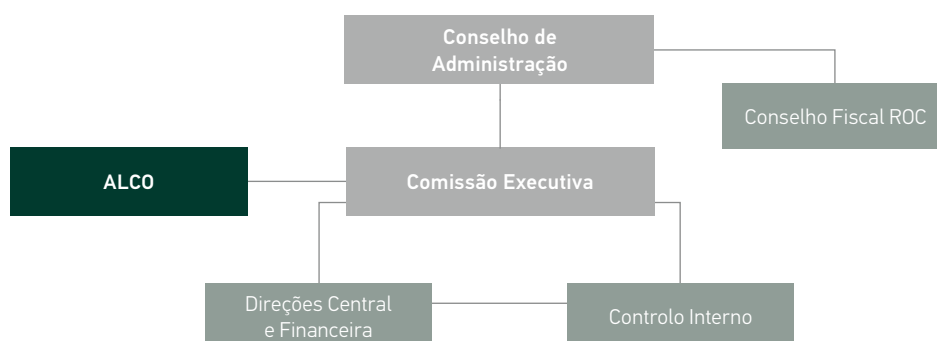
Os Departamentos de Compliance, Risco e Auditoria Interna, membros do Grupo de Controlo Interno, desempenham funções de controlo e monitorização do risco, numa base corrente, disponibilizando e compilando informação para a Comissão Executiva e para os restantes órgãos com funções relevantes nas matérias envolvidas.

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas desenvolvem funções semelhantes, mas com um âmbito mais geral, com horizontes temporais mais alargados e com uma ligação mais próxima ao Conselho de Administração.

Na disponibilização de informação vital para o governo interno salienta-se ainda a ação do Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão.

De entre a informação do Controlo Interno, destaca-se a realização de projeções e análises de cenário/testes de esforço, cujo apuramento é resultado de uma afinação interativa entre a Comissão Executiva e o Departamento de Risco, com o contributo dos restantes órgãos relevantes na função alargada de gestão, controlo e monitorização do risco. De forma semelhante, a aferição da suficiência do capital económico é um exercício com consequências materiais no governo interno. Esta é complementada com um conjunto de informação corrente, de mais fácil computação, mas mais segregada por tipo de risco. Os modelos utilizados seguem bases teóricas de aceitação generalizada na indústria financeira, reforçadas pelas boas práticas recomendadas pelos Reguladores Nacionais e Internacionais.

Pela dimensão do Banco adotou-se uma estrutura operacional centralizada sobre a Comissão Executiva. Contudo, a gestão do risco da Sociedade é assim executada por dois sistemas paralelos, mas comunicantes, com horizontes temporais distintos.



Por **Risco de Crédito** entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de clientes ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

O risco de crédito incide maioritariamente sobre a carteira de crédito a clientes, as carteiras de títulos e os depósitos do Banco junto de outras Instituições de Crédito.

Utilizam-se várias técnicas de redução deste risco, nomeadamente a exigência de garantias sólidas e líquidas, o recurso a acordos de compensação contratual e o processo de apuramento e registo de imparidades.

Correntemente o Banco mede o risco de crédito inerente ao seu ativo baseado em *ratings* e prazos até à maturidade e pelos métodos regulamentares. Anualmente, utiliza-se um modelo proprietário para simulação de cenários que permite a leitura dos impactos do risco de crédito em combinação com o seu risco de concentração.

Por **Risco de Mercado** entende-se a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos ativos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos ativos pode ser motivada pela alteração das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou ativos subjacentes aos títulos.

O ALCO (Comité de Ativos e Passivos) define a alocação dos ativos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efetuadas.

O risco de mercado é avaliado pelo apuramento do valor em risco com diferentes horizontes temporais.

O **Risco Operacional** entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal subcontratado que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Este trabalho foi coordenado, por forma a manter relações com os procedimentos e permitir a sua análise estatística. Os controlos apontados na matriz foram testados por uma consultora externa. As incoerências detetadas foram apresentadas à Comissão Executiva, que está a coordenar os melhoramentos aos procedimentos. Pretende-se, assim:

- Criar a base de ocorrências para monitorizar a matriz de riscos;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação do risco operacional destacam-se também as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as ações da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores. Refere-se ainda que o plano de continuidade de negócio está a ser revisto por forma a alinhá-lo com as melhores práticas indicadas pelo Banco de Portugal.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

Em 2014, o Banco criou um modelo proprietário para medição do risco operacional, baseado na análise de cenários de reposição do ativos tangível e no aumento de comissões pagas.

Entende-se como **Risco de Liquidez** a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez resulta do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos ativos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem, diariamente, um relatório do Departamento de Risco com a análise da alocação de ativos, passivos e extrapatrimoniais, com estimativas de requisitos mínimos de fundos próprios, informação sobre concentração de contrapartes, *mismatches* e com a simulação do impacto da redução drástica da exposição, por necessidades de liquidez. Mensalmente, o ALCO analisa o *mismatch* das operações ativas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.



3 · NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidadas são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes:

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais · Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa | 34 | 27 |
| Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal | 1 566 250 | 33 923 137 |
| | 1 566 284 | 33 923 164 |

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito · Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias | | |
| Residentes | 16 285 857 | 4 198 288 |
| Não residentes | 10 288 765 | 8 027 488 |
| | 26 574 622 | 12 225 776 |

3.3 Ativos detidos para negociação · Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Títulos de negociação | | |
| Títulos | 4 683 996 | 2 292 913 |
| Instrumentos derivados com justo valor positivo | 120 345 | 466 511 |
| | 4 804 341 | 2 759 424 |

Esta carteira sofreu um acréscimo significativo face ao período homólogo, quer por transferências entre carteiras, quer por via de aquisições por evolução favorável dos mercados, conforme se detalha no quadro seguinte.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

· valores expressos em euros

em 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

| NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS | VALOR AQUISIÇÃO | VALOR DE BALANÇO | VALIAS | | IMPARIDADE |
|---|--------------------|---------------------|--------------|----------------|------------|
| | | JUSTO VALOR | MAIS | MENOS | |
| INSTRUMENTOS DE DÍVIDA | | | | | |
| Emitidos por Residentes de outros Emissores Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 3 600 950 | 3 600 057 | - | 893 | - |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 84 630 | 84 419 | - | 211 | - |
| | 3 685 580 | 3 684 476 | 0 | 1 104 | - |
| INSTRUMENTOS DE CAPITAL | | | | | |
| Emitidos por Residentes de outros Emissores Residentes | | | | | |
| Ações | 145 792 | 91 264 | - | 54 528 | - |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Ações | 241 952 | 247 944 | 5 995 | 3 | - |
| Unidades de Participação | 4 780 | 2 480 | - | 2 300 | - |
| | 392 524 | 341 688 | 5 995 | 56 831 | - |
| OUTROS | | | | | |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Produtos Estruturados | 690 290 | 603 975 | 360 | 54 528 | - |
| Outros | 78 720 | 53 857 | - | 54 528 | - |
| | 769 010 | 657 832 | 360 | 111 538 | - |
| INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO | | | | | |
| Outros | | | | | |
| Mais-valias não realizadas em Futuros | - | 47 191 | - | - | - |
| Mais-valias não realizadas em Opções | - | 73 154 | - | - | - |
| | - | 120 345 | - | - | - |
| TOTAL | 4 847 114 | 4 804 341 | 6 355 | 169 473 | - |

3.4 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados · Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| Títulos | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|-------------------------|------------|------------|
| Emitidos por residentes | 912 | 0 |
| | 912 | 0 |

Valor respeitante à contribuição para o Fundo Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 nº 9 b), sendo a cotação obtida no site do Fundo Compensação do trabalho.

3.5 Ativos financeiros disponíveis para venda · Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|--------------------|
| Emitidos por residentes | | |
| Instrumentos de dívida pública | 306 769 | 31 075 798 |
| Instrumentos de dívida de outros residentes | 14 328 322 | 21 700 055 |
| Imparidade acumulada (NIC) / Provisões para imparidades (NCA) | (3 801 000) | 0 |
| Instrumentos de capital | 1 519 314 | 4 402 786 |
| Imparidade acumulada (NIC) / Provisões para imparidades (NCA) | (421 514) | (40 850) |
| Outros | 0 | 0 |
| | 11 931 891 | 57 137 789 |
| Emitidos por não residentes | | |
| Instrumentos de dívida | 32 321 496 | 47 366 424 |
| Imparidade acumulada (NIC)/Provisões para imparidades (NCA) | (343 547) | |
| Outros | 400 573 | 194 000 |
| | 32 378 522 | 47 560 424 |
| | 44 310 413 | 104 698 213 |

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 2014, em resultado de uma inversão significativa das taxas de juros dos instrumentos de dívida, alterou-se a política de investimentos, reduzindo-se igualmente o recurso ao financiamento através do Banco Central Europeu.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

· valores expressos em euros

em 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

| NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS | VALOR AQUISIÇÃO | VALOR DE BALANÇO | VALIAS | | IMPARIDADE |
|--|--------------------|---------------------|----------------|------------------|------------------|
| | | JUSTO VALOR | MAIS | MENOS | |
| INSTRUMENTOS DE DÍVIDA | | | | | |
| Emitidos por Residentes de dívida pública portuguesa | | | | | |
| Obrigações do Tesouro | 284 968 | 306 769 | 21 801 | - | - |
| De Outros Emissores Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 9 880 325 | 9 974 822 | 163 297 | 68 800 | - |
| Dívida Subordinada | 4 353 500 | 552 500 | - | - | 3 801 000 |
| Emitidos por Não Residentes de Outros Emissores Públicos Estrangeiros | | | | | |
| Obrigações de Agências Soberanas | 5 008 790 | 5 082 600 | 73 810 | - | - |
| De Outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 27 596 107 | 26 890 786 | 161 033 | 866 354 | - |
| Dívida Subordinada | 348 110 | 4 563 | - | - | 343 547 |
| | 47 471 800 | 42 812 040 | 419 941 | 935 154 | 4 144 547 |
| INSTRUMENTOS DE CAPITAL | | | | | |
| Emitidos por Residentes de outros Emissores Residentes | | | | | |
| Ações | 2 440 174 | 1 097 800 | - | 920 860 | 421 514 |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Produtos Estruturados | 395 354 | 400 573 | 5 219 | - | - |
| | 2 835 528 | 1 498 373 | 5 219 | 920 860 | 421 514 |
| TOTAL | 50 307 328 | 44 310 413 | 425 160 | 1 856 014 | 4 566 061 |

3.6 Aplicações em Instituições de Crédito · Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| APLICAÇÕES | | |
| No país | | |
| No Banco de Portugal | 0 | 0 |
| Em outras instituições de crédito | 49 455 620 | 19 202 844 |
| Rendimentos a receber - juros de aplicações | 72 867 | 22 532 |
| | 49 528 487 | 19 225 376 |

O incremento substancial desta rubrica em 2014, encontra justificação no redirecionamento da liquidez para o investimento em Outras Instituições de crédito, em resultado da quebra acentuada dos juros da dívida.

3.7 Créditos a clientes · Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|--------------------|-------------------|
| Crédito interno | | |
| Empréstimos | 19 037 790 | 12 859 606 |
| Créditos em conta corrente | 28 872 422 | 16 047 306 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 148 552 | 257 433 |
| Operações de compra com acordo de revenda | 0 | 8 715 735 |
| Crédito ao exterior | | |
| Empréstimos | 165 000 | 1 020 000 |
| Créditos em conta corrente | 999 287 | 0 |
| Crédito e juros vencidos | 6 885 289 | 125 034 |
| Rendimentos a receber | 178 445 | 115 627 |
| | 56 286 785 | 39 140 741 |
| Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos | (5 555 804) | (410 110) |
| | 50 730 981 | 38 730 631 |

A carteira de crédito manteve um ritmo de crescimento assinalável (+30,98%), face ao período homólogo, verificando-se um reforço significativo nos créditos concedidos em regime de conta corrente, compensando com uma diminuição equivalente em operações de compra com acordo de revenda efetuada com outra instituição de crédito nacional em 2013. Verifica-se, igualmente, que os níveis relativos de provisionamento se mantêm com expressão reduzida face ao volume de crédito em resultado de uma política de garantias sólidas e rigor na avaliação dos pedidos, com efeitos positivos, simultaneamente, na margem financeira. Em dezembro de 2014 foi adquirido um crédito vencido a uma instituição de crédito não residente, estando assegurada a sua cessão já no início de 2015, através de contrato promessa coberto com penhor financeiro equivalente.

3.8 Ativos não correntes detidos para venda · Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativos tangíveis não correntes detidos para venda | | |
| Imóveis | 85 680 | 0 |
| | 85 680 | 0 |

Correspondente ao valor de aquisição de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito.

3.9 Ativos não correntes detidos para venda · Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Propriedades de investimento | | |
| Fundo Investimento Imobiliário - Retail Properties | 7 633 087 | 6 346 779 |
| | 7 633 087 | 6 346 779 |

3.10 Outros ativos tangíveis · Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| Outros ativos tangíveis | | |
| Imóveis | 525 290 | 525 290 |
| Equipamento (*) | 5 806 861 | 5 394 632 |
| Ativos em locação financeira | 641 547 | 641 547 |
| Ativos tangíveis em curso | 0 | 0 |
| | 6 973 698 | 6 561 469 |
| Amortizações acumuladas | | |
| Imóveis | (36 781) | (28 594) |
| Equipamento (*) | (4 808 125) | (4 569 464) |
| Ativos em locação financeira | (297 856) | (292 327) |
| | (5 142 762) | (4 890 385) |
| | 1 830 935 | 1 671 085 |

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2014 nas rubricas de outros “ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa intitulado “Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2014”.

(*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas (contas consolidadas), o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente, e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade, esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013 e 2014.

3.11 Ativos intangíveis · Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|--------------------|--------------------|
| Diferença de consolidação pos. (Goodwill) | 43 913 | 43 913 |
| Outros ativos intangíveis | | |
| Despesas de estabelecimento | 498 364 | 498 364 |
| Custos plurianuais | 595 458 | 595 458 |
| Sistema Tratamento Automático de Dados (Software) | 2 396 732 | 2 250 985 |
| Ativos tangíveis em curso | 26 164 | 4 273 |
| Outros | 203 675 | 203 675 |
| | 3 764 306 | 3 596 667 |
| Amortizações acumuladas | | |
| Despesas de estabelecimento | (498 364) | (498 364) |
| Custos plurianuais | (595 840) | (595 840) |
| Sistema Tratamento Automático de Dados (Software) | (2 291 782) | (2 090 334) |
| Outros | (203 675) | (203 675) |
| | (3 589 660) | (3 388 212) |
| | 174 646 | 208 455 |

Apesar de uma redução em termos líquidos, convém salientar o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efetuados na reformulação da respetiva presença na internet e na concretização de melhorias das ferramentas de apoio ao negócio.

3.12 Ativos por Impostos Correntes · Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos por impostos correntes | | |
| IRC a recuperar | 2 586 946 | 290 869 |
| | 2 586 946 | 290 869 |

Valores de pagamentos por conta e adicionais por conta pagos em 2014 que, segundo as regras do IRC, são calculados em função do lucro tributável do ano anterior. Este valor deverá ser liquidado pela AR em 2015.

3.13 Ativos por Impostos Diferidos · Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Ativos tangíveis | 90 665 | 134 942 |
| Ativos Intangíveis | 6 230 | 6 739 |
| Imparidade em Investimentos em filiais | 147 000 | 159 000 |
| | 243 896 | 300 681 |

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento no Banco, uma vez que não foram apuradas quaisquer diferenças temporárias de imposto nas filiais. Como indicado pelas políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.14 Outros ativos · Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Outras disponibilidades | 93 113 | 5 154 |
| Créditos e juros vencidos | 0 | 0 |
| Devedores e outras aplicações | | |
| Devedores por operações sobre futuros e opções | 1 417 587 | 924 837 |
| Setor público administrativo | 237 809 | 20 751 |
| Devedores diversos | 505 292 | 348 933 |
| Aplicações diversas | 0 | 0 |
| Outros ativos | 32 007 | 28 259 |
| Outros juros e rendimentos similares | | |
| De rendimento fixo emitido por residentes | | |
| De dívida pública portuguesa | 5 240 | 50 657 |
| De outros emissores públicos nacionais | 0 | 0 |
| De outros residentes | 215 574 | 565 388 |
| De rendimento fixo emitido por não residentes | | |
| De outros não residentes | 459 364 | 898 960 |
| Outros rendimentos a receber | 506 365 | 528 567 |
| Despesas com encargos diferidos | | |
| Seguros | 21 201 | 20 892 |
| Outras rendas | 50 | 0 |
| Contribuições para o FGD FGCAM e SII | 0 | 0 |
| Outras despesas com encargos diferidos | 152 609 | 50 842 |
| Valor patrimonial do fundo de pensões | 2 462 864 | 2 091 273 |
| Outras contas de regularização | 2 923 898 | 2 025 999 |
| | 9 032 971 | 7 560 512 |
| Imp. acum. NIC/ prov. p/ imp. acum. NCA | | |
| Créditos e juros vencidos | 0 | 0 |
| Devedores diversos | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| | 9 032 971 | 7 560 512 |

O valor inscrito na conta do Setor Público Administrativo diz respeito a IVA a recuperar e pagamentos especiais por conta das participadas Lisbon Brokers e FMP SGPS. Em Outros Ativos incluem-se o valor da conta margem junto da OMIClear enquanto membro compensador da OMIP.

INFORMAÇÃO SOBRE ATIVOS ONERADOS E NÃO ONERADOS

- valores expressos em euros

Anexo a que se refere a instrução nº 28/2014 do Banco de Portugal

| MODELO A - ATIVOS | | QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS ONERADOS | JUSTO VALOR DOS ATIVOS ONERADOS | VALOR CONTABILÍSTICO DOS ATIVOS NÃO ONERADOS | JUSTO VALOR DOS ATIVOS NÃO ONERADOS |
|----------------------|---|--|---------------------------------------|---|---|
| | | 010 | 040 | 060 | 090 |
| 010 | Ativos da instituição que presta a informação | 21.863.749 | | 177.240.451 | |
| 030 | Instrumentos de capital próprio | | | 1.439.488 | 0 |
| 040 | Títulos de dívida | 20.426.570 | 20.426.570 | 27.754.671 | 27.754.671 |
| 120 | Outros ativos | 1.437.179 | | 148.046.292 | |

| MODELO B - COLATERAL RECEBIDO | | VALOR JUSTO DO COLATERAL RECEBIDO ONERADO OU DE TÍTULOS DE DÍVIDA PRÓPRIA EMITIDOS | VALOR JUSTO DO COLATERAL RECEBIDO OU DE TÍTULOS DE DÍVIDA PRÓPRIA EMITIDOS E ONERÁVEIS |
|----------------------------------|--|--|--|
| | | 010 | 040 |
| 130 | Colateral recebido pela instituição que presta a informação | 0 | 0 |
| 150 | Instrumentos de capital próprio | | |
| 160 | Títulos de dívida | | |
| 230 | Outro colateral recebido | | |
| 240 | Títulos de dívida próprios emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS | 0 | 0 |

| MODELO C - ATIVOS ONERADOS, COLATERAL RECEBIDO ONERADO E PASSIVOS ASSOCIADOS | | PASSIVOS ASSOCIADOS, PASSIVOS CONTINGENTES E TÍTULOS EMPRESTADOS | ATIVOS, COLATERAL RECEBIDO E TÍTULOS DE DÍVIDA PRÓPRIA EMITIDOS QUE NÃO <i>COVERED BONDS</i> PRÓPRIAS OU ABS ONERADAS |
|--|---|--|--|
| | | 010 | 030 |
| 010 | Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados | 18.969.205 | 20.446.163 |

3.15 Recursos de Bancos Centrais · Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Recursos do Banco de Portugal | | |
| Outros recursos - Empréstimos | 17 010 000 | 75 000 000 |
| Juros de recursos do Banco de Portugal | | |
| Empréstimos | 219 154 | 996 875 |
| | 17 229 154 | 75 996 875 |

3.16 Passivos Financeiros detidos para negociação · Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|------------------|---------------|
| Instrumentos derivados com justo valor negativo (*) | 1 959 205 | 96 044 |
| | 1 959 205 | 96 044 |

(*) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.17 Recursos de outras instituições de crédito · Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|----------------|------------------|
| Recurso de instituições de crédito no país | | |
| Descobertos de Depósitos à Ordem | 165 827 | 137 539 |
| Empréstimos - Repo | 0 | 8 236 122 |
| Outros recursos | 211 | 124 |
| | 166 038 | 8 373 785 |
| Recurso de instituições de crédito no estrangeiro | | |
| Depósitos à ordem | 520 294 | 67 267 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 6 500 | 673 683 |
| | 526 794 | 740 950 |
| | 692 832 | 9 114 735 |

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos · Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Recursos de clientes | | |
| Depósitos | | |
| De residentes | | |
| À ordem | 26 807 643 | 24 366 792 |
| A prazo | 67 360 582 | 54 056 993 |
| De não residentes | | |
| À ordem | 21 031 834 | 9 050 113 |
| A prazo | 1 864 882 | 2 823 399 |
| | 117 064 941 | 90 297 797 |
| Juros de recursos de clientes | | |
| Depósitos | | |
| De residentes | 675 438 | 704 414 |
| De não residentes | 16 377 | 92 832 |
| | 691 815 | 797 246 |
| | 117 756 756 | 91 094 543 |

3.19 Provisões · Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisões para Garantias e Compromissos assumidos | 151 056 | 0 |
| Outras provisões | | |
| Para outros riscos e encargos | 118 778 | 555 766 |
| | 269 834 | 555 766 |

3.20 Passivos por impostos correntes · Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| IRC a pagar | | |
| Exercício de 2014 da Associada CoolLink | 3 879 | 0 |
| | 3 879 | 0 |

3.21 Outros Passivos · Nota 21

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Fornecedores | 301 941 | 389 089 |
| Fornecedores Bens em Locação Financeira | 145 722 | 211 975 |
| Credores por Operações sobre valores Mobiliários | 722 858 | 1 256 516 |
| Outros Credores | 405 912 | 79 039 |
| Créditos para operações sobre futuros e opções | 878 271 | 317 090 |
| Recursos – Conta Caução | 5 943 101 | 0 |
| Outros Recursos | 8 083 124 | 2 598 613 |
| IVA a pagar | 48 290 | 81 196 |
| Retenções na fonte e outros valores a pagar ao Estado Administrativo | 339 984 | 270 826 |
| Contribuições para a Segurança Social | 66 236 | 63 439 |
| Contribuições para Outros Sistemas de Saúde | 4 263 | 4 432 |
| Cobranças por conta de terceiros | 797 | 818 |
| Penhoras por ordem de Tribunais | 0 | 763 |
| | 16 940 499 | 5 273 796 |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios | 3 285 103 | 2 135 833 |
| Encargos a pagar | | |
| Remunerações a Pagar ao Pessoal | 479 506 | 402 440 |
| Por gastos gerais | 0 | 489 |
| Outros encargos a Pagar | 98 966 | 55 497 |
| | 578 472 | 458 425 |
| Outras receitas com rendimento diferido | 63 777 | 37 307 |
| Operações a regularizar | 3 195 016 | 1 384 211 |
| | 24 062 868 | 9 289 572 |

Na rubrica de “outros recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

Em “Outras Operações a regularizar” encontram-se registadas as operações de compra de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no início do exercício seguinte.

3.22 Capital Próprio atribuído ao Grupo · Nota 22

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2014 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo "Demonstração da Variação nos Capitais Próprios".

3.23 Interesses Minoritários · Nota 23

Os interesses minoritários em 2014 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

| FILIAIS | CAPITAL PRÓPRIO | % INTERESSES MINORITÁRIOS | INTERESSES MINORITÁRIOS |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------------|
| CoolLink | 186 235 | 50% | 93 117 |
| Lisbon Brokers, SA (*) | (6 609) | 15,16% | 0 |
| Fundo Investimento Retail Properties | 10 994 469 | 29,76% | 3 359 553 |
| FMP, SGPS, SA | 70 385 | 15% | 10 558 |
| TOTAL | 11 244 480 | | 3 463 228 |

(*) Inclui prestações suplementares de capital efetuada por parte do Banco Carregosa em 2011 no valor de 600.000€, pelo que os interesses minoritários são nulos.



3.24 Margem Financeira · Nota 24 e 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|--------------------|--------------------|
| Juros e rendimentos similares de: | | |
| Disponibilidades e aplicações em OIC | 967 749 | 1 482 664 |
| Crédito a clientes | 2 250 450 | 1 487 489 |
| Outros ativos financeiros | | |
| Detidos para negociação | 445 455 | 240 195 |
| Disponíveis para venda | 2 137 360 | 4 471 075 |
| Detidos até maturidade | 0 | 182 112 |
| Devedores e Outras Aplicações | 3 169 | 941 |
| Outros | 3 007 | 0 |
| | 5 807 191 | 7 864 477 |
| Juros e encargos Similares de: | | |
| Recursos de OIC | (121 463) | (470 317) |
| Recursos de clientes | (1 869 012) | (2 376 904) |
| Passivos de negociação | (38 729) | (63 950) |
| Outros | (5 629) | (7 728) |
| | (2 034 832) | (2 918 898) |
| | 3 772 359 | 4 945 579 |

Dado tratar-se de rendimentos e encargos resultantes sobretudo da atividade bancária, os valores indicados resultam sobretudo da contribuição individual do Banco Carregosa para os resultados consolidados, conforme se expressa no anexo às contas individuais.

3.25 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões · Nota 26 e 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|--------------------|-------------------|
| Rendimentos de Serviços e Comissões por: | | |
| Garantias e avales | 159 544 | 15 172 |
| Outras operações s/ instrumentos financeiros | 0 | 0 |
| Depósito e guarda de valores | 17 197 | 18 458 |
| Cobrança de Valores | 68 475 | 56 505 |
| Administração de Valores | 610 635 | 369 960 |
| Organismos de invest. coletivo em valores mobiliários | 36 574 | 2 554 |
| Operações de crédito | 0 | 0 |
| Outros Serviços Prestados | 717 462 | 246 088 |
| Operações realizadas por conta de Terceiros | 3 154 972 | 2 612 518 |
| Outras comissões recebidas | 107 722 | 142 603 |
| | 4 872 580 | 3 463 858 |
| Encargos com serviços e comissões por: | | |
| Depósito e guarda de valores | (40 529) | (40 353) |
| Cobrança de valores | 0 | 0 |
| Administração de valores | 0 | (3 380) |
| Organismos de invest. coletivo em valores mobiliários | (79 887) | (38 500) |
| Outros serviços bancários prestados por terceiros | (19 646) | (29 947) |
| Operações realizadas por terceiros | (842 684) | (708 501) |
| Outras comissões pagas | (2 536) | (3 855) |
| | (985 281) | (824 536) |
| | (3 887 299) | 2 639 322 |

3.26 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor · Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|---------------------|--------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | |
| Instrumentos de dívida | 2 415 935 | 1 512 269 |
| Instrumentos de capital | 2 373 532 | 821 575 |
| Instrumentos derivados | 1 091 274 | 853 534 |
| Outros | 646 011 | 326 608 |
| Ganhos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 0 | 80 000 |
| Passivos financeiros negociação (não derivados) | 0 | 12 246 285 |
| Outros ganhos em operações financeiras | 1 507 179 | 556 222 |
| | 8 033 931 | 16 396 494 |
| PERDAS EM: | | |
| Ativos financeiros detidos por negociação | | |
| Instrumentos de dívida | (1 973 588) | (1 682 817) |
| Instrumentos de capital | (3 226 374) | (638 192) |
| Instrumentos derivados | (3 530 012) | (415 150) |
| Outros | (896 802) | (495 678) |
| Passivos financeiros negociação (não derivados) | 0 | (5 277 000) |
| Outras perdas em operações financeiras | (1 049 054) | (103 824) |
| | (10 675 829) | (8 612 661) |
| | (2 641 899) | 7 783 833 |

O resultado negativo apurado em 2014 resulta de uma conjuntura negativa dos mercados em que a baixa das taxas de juro provocou uma desvalorização dos títulos de dívida que compõem a maior parte da carteira, bem como da desvalorização do euro face ao dólar americano, o que levou a perdas nos instrumentos derivados utilizados como cobertura para os ativos denominados nessa moeda. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial (ponto 32.7) e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada.

3.27 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda - Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|------------------|------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Títulos | | |
| Emitidos por residentes | | |
| Instrumentos de dívida | 1 204 593 | 1 783 245 |
| Instrumentos de capital | 376 127 | 32 587 |
| Outros | 0 | 359 |
| Emitidos por não residentes | | |
| Instrumentos de dívida | 4 181 703 | 1 989 674 |
| Instrumentos de capital | 0 | 0 |
| Outros | 193 | 21 218 |
| | 5 762 615 | 3 827 083 |
| PERDAS EM: | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Títulos | | |
| Emitidos por residentes | | |
| Instrumentos de dívida | (4 081) | (203 640) |
| Instrumentos de capital | 0 | 0 |
| Emitidos por não residentes | | |
| Instrumentos de dívida | (142 891) | (7 420) |
| Instrumentos de capital | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 |
| | (146 972) | (211 060) |
| | 5 615 643 | 3 616 023 |

Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica indicados os valores relativos ao desconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo normalmente mais alargado em que são efetuados os investimentos para esta carteira, foi possível apurar, em 2014, um resultado positivo resultante da diferença entre os valores de alienação e aquisição dos respetivos títulos.

3.28 Resultados de reavaliação cambial · Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|--------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Diferenças cambiais | | |
| Outros itens em moeda estrangeira - divisas | 2 019 090 | 122 899 |
| PERDAS EM: | | |
| Diferenças cambiais | | |
| Outros itens em moeda estrangeira - divisas | (488 975) | (507 705) |
| | (1 530 115) | (384 806) |

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o grupo manifestou uma maior exposição em termos ativos.

3.29 Resultados de alienação de outros ativos · Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Alienação de créditos a clientes | 950 000 | 0 |
| Investimentos detidos até à maturidade | 0 | 1 434 439 |
| Inv. em filiais excl. cons. assoc. e empreendimentos conj. | 0 | 16 659 |
| Ativos não financeiros | 15 559 | 37 514 |
| PERDAS EM: | | |
| Investimentos detidos até à maturidade | 0 | 0 |
| Ativos não financeiros | 0 | 0 |
| | 965 559 | 1 488 612 |

Nos ativos não financeiros, os registos de 2013 e 2014 referem-se à venda de viaturas. Os ganhos reconhecidos em investimentos detidos até à maturidade, referem-se à venda dos títulos dessa carteira no início de 2013. Em 2014, com a aquisição e cessão simultânea de um crédito vencido obteve-se um ganho de 950.000€.

3.30 Outros resultados de exploração · Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Outros ganhos e rendimentos operacionais | 815 002 | 218 960 |
| | 815 002 | 218 960 |
| PERDAS EM: | | |
| Outros impostos | (167 536) | (133 618) |
| Quotizações e donativos | (63 713) | (227 297) |
| Contribuições para FGD | (17 500) | (17 500) |
| Contribuições SII | (2 500) | (2 500) |
| Ativos não financeiros | (426) | 0 |
| Falhas na gestão e execução de procedimentos | (34 651) | (3) |
| Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações | (201) | (1 950) |
| Outros encargos e gastos operacionais | (72 504) | (306 397) |
| | (359 031) | (689 123) |
| | 455 971 | (470 305) |

3.31 Custos com o pessoal · Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|--------------------|--------------------|
| Remunerações | | |
| Dos Órgãos de Gestão | (488 388) | (501 687) |
| De Empregados | (2 355 678) | (2 314 134) |
| Encargos Sociais Obrigatórios | | |
| Encargos relativos a Remunerações | (678 968) | (657 762) |
| Outros encargos sociais obrigatórios | | |
| Fundo de pensões | (75 478) | (31 692) |
| Seguros de acidentes de trabalho | (12 872) | (13 740) |
| Outros custos com o pessoal | (153 447) | (143 215) |
| | (3 764 831) | (3 662 230) |

3.32 Gastos gerais administrativos · Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| COM FORNECIMENTOS: | | |
| Água, Energia e Combustíveis | (181 834) | (179 092) |
| Material de Consumo Corrente | (6 918) | (10 607) |
| Publicações | (7 342) | (7 834) |
| Material de Higiene e Limpeza | (16 955) | (9 853) |
| Outros Fornecimentos de Terceiros | (148 045) | (143 752) |
| | (361 094) | (351 138) |



| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|--------------------|--------------------|
| COM SERVIÇOS: | | |
| Rendas e Alugueres | (326 982) | (312 501) |
| Comunicações | (300 930) | (241 196) |
| Deslocações, estadias e Representação | (303 168) | (305 338) |
| Publicidade e edição de Publicações | (822 271) | (666 595) |
| Conservação e Reparação | (194 109) | (126 383) |
| Seguros | (46 828) | (32 514) |
| Serviços especializados | | |
| Avenças e Honorários | (121 188) | (333 151) |
| Judiciais, Contencioso e Notariado | (9 856) | (3 682) |
| Informática | (159 893) | (194 690) |
| Segurança e Vigilância | (10 027) | (8 901) |
| Limpeza | (2 593) | (9 561) |
| Informações | (340 872) | (277 884) |
| Bancos de dados | (45 357) | (36 061) |
| Mão-de-obra eventual | (225) | 0 |
| Outros serviços especializados | | |
| Estudos e Consultas | (62 073) | (60 855) |
| Consultores e Auditores Externos | (536 414) | (409 587) |
| Avaliadores externos | (7 934) | (21 587) |
| Outros serviços de terceiros | | |
| Assessoria, comunicação e imagem | (57 164) | (41 567) |
| Banco de Portugal - Serviço Bpnet | (2 769) | (1 879) |
| Serviços de condomínio | (7 963) | (10 729) |
| Outros | (48 946) | (106 806) |
| | (3 407 562) | (3 201 465) |
| | (3 768 656) | (3 552 603) |

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para a Lisbon Brokers, SA e FMP, SGPS, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas/Fiscal Único

| | |
|-------------------------|------------|
| Revisão Legal de Contas | 600 |
| | 600 |

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para o Banco Carregosa, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas

| | |
|------------------------------------|---------------|
| Revisão Legal de Contas | 15 931 |
| Serviços de Garantia e Fiabilidade | 5 494 |
| Outros (CoolLink) | 1 700 |
| | 23 125 |

3.33 Depreciações e Amortizações · Nota 35

Conforme referido na nota 08, os movimentos e saldos das rubricas de outros "ativos tangíveis" e "ativos intangíveis", incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.34 Provisões líquidas de anulações · Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Provisões para garantias e compromissos assumidos | 9 700 | 0 |
| Outras provisões | 540 839 | 13 100 |
| PERDAS EM: | | |
| Provisões para Garantias e compromissos assumidos | (149 621) | 0 |
| Outras provisões | (103 852) | (568 866) |
| | (297 066) | (555 766) |

3.35 Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações · Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Provisões para riscos gerais de crédito | 197 552 | 111 184 |
| Crédito Vencido | 208 397 | 45 606 |
| PERDAS EM: | | |
| Provisões para riscos gerais de crédito | (385 995) | (190 686) |
| Crédito vencido | (244 378) | (73 457) |
| | (224 424) | (107 353) |

3.36 Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações · Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|--------------------|-------------------|
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Títulos | (4 525 211) | 0 |
| | (4 525 211) | 0 |

Imparidades calculadas em resultado da exposição do Banco ao BES e GES.

3.37 Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações · Nota 39

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Investimentos em filiais, assoc. e empreendimentos conjuntos. | 0 | 340 000 |
| Ativos não financeiros | 0 | 56 |
| PERDAS EM: | | |
| Ativos não financeiros | 0 | 0 |
| Investimentos em filiais, assoc. e empreendimentos conjuntos. | 0 | 0 |
| | 0 | 340 056 |

3.38 Result. de participações em assoc. e empre. conj. (equival. Patrimonial) · Nota 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Apropriação result. neg. filiais excluídas cons. ass. e conj. Residentes: | | |
| Associadas | 0 | 5 579 |
| | 0 | 5 579 |

3.39 Impostos · Nota 41 e 42

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Impostos | | |
| Correntes | (283 794) | (3 795 155) |
| Diferidos | (56 786) | 8 390 |
| | (340 580) | (3 786 765) |

Os impostos correntes registados em 2014 no valor de 283.794€, resultam do imposto sobre o rendimento calculado em função da legislação fiscal aplicável para o Banco Carregosa no valor de 118.902€, para a participada CoolLink no valor de 4.804€ e para o Fundo Retail de 160.088€.

Os impostos diferidos registados em 2014 no valor de 56.786€, resultam exclusivamente da variação nos ativos por impostos diferidos, detalhados no ponto 3.13 (inclui acerto variação taxa IRC).

3.40 Interesses Minoritários · Nota 42

Os interesses minoritários no resultado consolidado, em 2014, foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

| FILIAIS | RESULTADOS LÍQUIDOS | % INTERESSES MINORITÁRIOS | INTERESSES MINORITÁRIOS |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| CoolLink | 27 733 | 50% | 13 867 |
| Lisbon Brokers, SA (*) | (5 389) | 15,16% | 0 |
| Fundo Investimento Retail Properties | 719 110 | 29,76% | 287 297 |
| FMP, SGPS, SA | 702 | 15% | 105 |
| TOTAL | 742 156 | | 301 269 |

(*) Conforme referido na nota 3.21, não se verifica a participação dos interesses minoritários nos resultados da empresa Lisbon Brokers, dado a sua situação líquida se encontrar negativa, após dedução das prestações suplementares de capital do Banco Carregosa.

3.41 Contas extrapatrimoniais

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|----------------------|----------------------|
| Compromissos perante terceiros: | | |
| Compromissos irrevogáveis | | |
| Responsabilidades potenciais para com o SII | 228 049 | 196 649 |
| Compromissos revogáveis | | |
| Linhas de crédito | 18 030 602 | 16 133 815 |
| Facilidades de descoberto em conta | 1 448 | 50 017 |
| | 18 260 099 | 16 380 481 |
| Responsabilidade por prestações de serviços: | | |
| De depósito e guarda de valores | 343 810 941 | 370 952 428 |
| Valores administrativos pela instituição | 92 896 472 | 60 307 850 |
| Outras | 0 | 0 |
| | 436 707 413 | 431 260 278 |
| Serviços prestados por terceiros: | | |
| Por depósito e guarda de valores | 318 449 861 | 359 745 277 |
| Por outros serviços | 0 | 0 |
| | 318 449 861 | 359 745 277 |
| Operações cambiais e instrumentos derivados: | | |
| Operações cambiais a prazo - negociação | 38 930 937 | 38 433 338 |
| Futuros e opções a prazo - negociação | 65 495 | 0 |
| Opções - negociação | 73 220 | 199 473 |
| | 39 069 652 | 38 632 812 |
| Garantias prestadas e outros serviços eventuais: | | |
| Garantias pessoais | 16 516 673 | 2 082 015 |
| Garantias reais | 20 650 000 | 98 312 720 |
| | 37 166 673 | 100 394 734 |
| Garantias recebidas: | | |
| Garantias pessoais | 62 702 521 | 2 902 489 |
| Garantias reais | 78 207 019 | 35 036 296 |
| | 140 909 540 | 37 938 785 |
| Outras rubricas extrapatrimoniais: | | |
| Créditos abatidos ao ativo | 1 340 261 | 1 339 935 |
| Juros vencidos | 13 915 | 8 253 |
| Contas diversas | (991 917 415) | (985 700 556) |
| | (990 563 238) | (984 352 367) |



XIV · Contas Individuais

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

· valores expressos em euros

| | NOTAS | 31-12-2014 | | VALOR LÍQUIDO | ANO ANTERIOR |
|---|-------|--|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | | VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | | |
| ATIVO | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 1 | 1.566.250 | 0 | 1.566.250 | 33.923.137 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 2 | 26.449.520 | 0 | 26.449.520 | 12.183.282 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 3 | 4.804.337 | 0 | 4.804.337 | 2.759.420 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 4 | 547 | 0 | 547 | 0 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 5 | 56.598.990 | (4.566.061) | 52.032.929 | 111.805.246 |
| Aplicações em instituições de crédito | 6 | 48.568.789 | 0 | 48.568.789 | 19.119.419 |
| Crédito a clientes | 7 | 56.286.785 | (4.849.242) | 51.437.542 | 39.047.172 |
| Investimentos detidos até à maturidade | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ativos com acordo de recompra | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Derivados de cobertura | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 8 | 85.680 | 0 | 85.680 | 0 |
| Propriedades de investimento | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros ativos tangíveis | 10 | 5.921.295 | (4.137.357) | 1.783.937 | 1.615.134 |
| Ativos intangíveis | 11 | 2.330.092 | (2.207.680) | 122.412 | 163.532 |
| Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação | | 914.378 | (600.000) | 314.378 | 314.378 |
| Ativos por impostos correntes | 12 | 2.586.946 | 0 | 2.586.946 | 285.972 |
| Ativos por impostos diferidos | 13 | 243.896 | 0 | 243.896 | 300.681 |
| Outros ativos | 14 | 8.685.911 | 0 | 8.685.911 | 7.341.596 |
| TOTAL DE ATIVO | | 215.043.416 | (16.360.341) | 198.683.075 | 228.858.967 |

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

· valores expressos em euros

| | NOTAS | 31-12-2014 | | VALOR LÍQUIDO | ANO ANTERIOR |
|---|-------|--|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | | VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | PROVISÕES, IMPARIDADES E AMORTIZAÇÕES | | |
| PASSIVO | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | 15 | | | 17.229.154 | 75.996.875 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 16 | | | 1.959.205 | 96.044 |
| Outros passivos ao justo valor através de resultados | | | | 0 | 0 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 17 | | | 692.621 | 9.114.611 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 18 | | | 120.336.085 | 95.089.633 |
| Responsabilidades representadas por títulos | | | | 0 | 0 |
| Passivos financeiros associados a ativos transferidos | | | | 0 | 0 |
| Derivados de cobertura | | | | 0 | 0 |
| Passivos não correntes detidos para venda | | | | 0 | 0 |
| Provisões | 19 | | | 857.617 | 816.541 |
| Passivos por impostos correntes | | | | 0 | 0 |
| Passivos por impostos diferidos | | | | 0 | 0 |
| Instrumentos representativos de capital | | | | 0 | 0 |
| Outros passivos subordinados | | | | 0 | 0 |
| Outros passivos | 20 | | | 23.648.978 | 9.088.134 |
| TOTAL DE PASSIVO | | | | 164.723.660 | 190.201.838 |
| CAPITAL | | | | | |
| Capital | 21 | | | 20.000.000 | 20.000.000 |
| Prémios de emissão | | | | 369.257 | 369.257 |
| Outros instrumentos de capital | | | | 0 | 0 |
| Reservas de reavaliação | | | | (309.854) | 1.979.015 |
| Outras reservas e resultados transitados | | | | 13.863.270 | 9.259.693 |
| Ações próprias | | | | 0 | 0 |
| Resultado do exercício | | | | 36.742 | 7.049.164 |
| Dividendos antecipados | | | | 0 | 0 |
| Total de Capital | | | | 33.959.415 | 38.657.129 |
| TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL | | | | 198.683.075 | 228.858.967 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

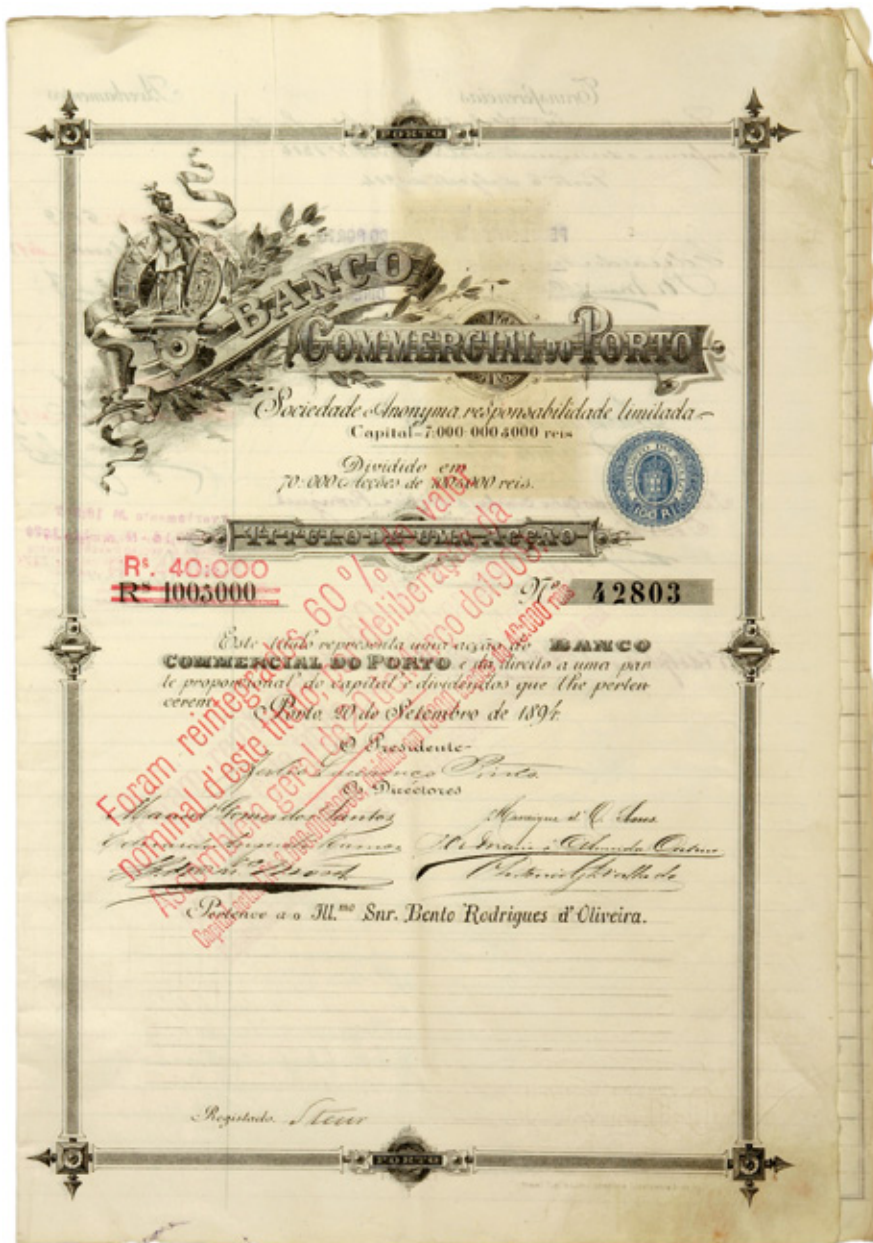
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

· valores expressos em euros

| | NOTAS | 31-12-2014 | ANO ANTERIOR |
|--|--------------|-------------------|---------------------|
| Juros e rendimentos similares | 22 | 5.793.418 | 7.860.906 |
| Juros e encargos similares | 23 | (2.065.514) | (3.038.988) |
| Margem financeira | | 3.727.904 | 4.821.917 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 24 | 67.647 | 0 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 25 | 4.914.900 | 3.498.860 |
| Encargos com serviços e comissões | 26 | (904.995) | (782.134) |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | 27 | (3.100.024) | 7.331.435 |
| Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda | 28 | 5.646.457 | 3.616.023 |
| Resultados de reavaliação cambial | 29 | 1.530.101 | (384.789) |
| Resultados de alienação de outros ativos | 30 | 965.759 | 1.470.124 |
| Outros resultados de exploração | 31 | (138.143) | (580.600) |
| Produto da atividade | | 12.709.606 | 18.990.837 |
| Custos com pessoal | 32 | (3.430.326) | (3.372.817) |
| Gastos gerais administrativos | 33 | (4.129.974) | (3.716.633) |
| Amortizações do exercício | 34 | (547.320) | (874.989) |
| Provisões líquidas de anulações | 35 | 171.636 | (579.502) |
| Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) | 36 | (35.981) | (27.851) |
| Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações | 37 | (4.525.211) | 0 |
| Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações | 38 | 0 | 340.000 |
| Resultado antes de impostos | | 212.430 | 10.759.045 |
| Impostos | | (175.687) | (3.709.881) |
| Correntes | 39 | (118.902) | (3.718.271) |
| Diferidos | 40 | (56.786) | 8.390 |
| Resultado após impostos | | 36.742 | 7.049.164 |
| Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas | | 0 | 0 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

· valores expressos em euros

| | 31-12-2014 | ANO ANTERIOR |
|---|-------------------|---------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | |
| Juros e comissões recebidas | 11.502.529 | 12.505.412 |
| Pagamento de juros e comissões | (3.886.745) | (3.622.612) |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | (7.557.917) | (7.153.753) |
| Recursos de instituições de crédito e bancos centrais | (65.744.348) | (23.219.640) |
| Outros ativos e passivos operacionais | 15.400.460 | (9.248.244) |
| Outros recebimentos de clientes | 14.156.551 | 17.770.708 |
| Impostos sobre lucros | (2.419.877) | (9.152.414) |
| Caixa líquida das atividades operacionais | (38.549.347) | (22.120.543) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | |
| Dividendos recebidos | 0 | 0 |
| Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda | 52.958.237 | (69.618.667) |
| Investimentos detidos até à maturidade | 0 | 95.049.456 |
| Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis | (677.232) | (923.906) |
| Vendas de ativos tangíveis e intangíveis | 15.958 | 35.685 |
| Investimentos em empresas filiais e associadas | 0 | 538.470 |
| Caixa líquida das atividades de investimento | 52.296.963 | 25.081.037 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | |
| Aumento de Capital | 0 | 0 |
| Dividendos pagos | (1.750.000) | (2.500.000) |
| Emissão de dívida titulada e subordinada | 0 | 0 |
| Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros | 0 | 0 |
| Remuneração paga relativa a passivos subordinados | 0 | 0 |
| Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos) | 0 | 0 |
| Caixa líquida das atividades de financiamento | (1.750.000) | (2.500.000) |
| Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes | 11.997.617 | 460.495 |
| Efeito das diferenças de câmbio | 0 | 0 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 64.414.615 | 63.954.120 |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício | 76.412.232 | 64.414.615 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

· valores expressos em euros

31 de dezembro de 2014 (Atividade Individual)

ANEXO 4

| CONTAS | Em 31-12-2013 | | | | | |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------|------------------|----------|
| | VALOR BRUTO | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | AUMENTOS AQUISIÇÕES | AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | ABATES (LÍQUIDO) | TRANSF. |
| OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | |
| Sistemas de Tratamento de Dados (software) | 1.982.155 | (1.822.896) | 126.412 | (198.790) | 0 | 9.366 |
| Outros Ativos Intangíveis | 185.994 | (185.994) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ativos Intangíveis em Curso | 4.273 | 0 | 31.258 | 0 | 0 | (9.366) |
| | 2.172.422 | (2.008.890) | 157.670 | (198.790) | 0 | 0 |
| ATIVOS TANGÍVEIS | | | | | | |
| Imóveis | 522.936 | (26.240) | 0 | (8.188) | 0 | 0 |
| Equipamento | 4.639.449 | (3.870.231) | 519.562 | (334.814) | (626) | 0 |
| Ativos em locação financeira | 368.570 | (19.350) | 0 | (5.529) | 0 | 0 |
| Ativos Tangíveis em Curso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 5.530.954 | (3.915.821) | 519.562 | (348.530) | (626) | 0 |
| TOTAIS | 7.703.376 | (5.924.711) | 677.232 | (547.320) | (626) | 0 |

· valores expressos em euros

| CONTAS | REGULARIZAÇÕES | | | VALOR DE AQUISIÇÃO AJUSTADO | AMORT. EXERCÍCIO AJUSTADAS | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS AJUSTADAS | VALOR LÍQUIDO EM 31-12-2014 |
|--|----------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| | VALOR BRUTO | AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | | | |
| OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | |
| Sistemas de Tratamento de Dados (software) | 0 | 0 | 0 | 2.117.934 | (198.790) | (1.822.896) | 96.248 |
| Outros Ativos Intangíveis | 0 | 0 | 0 | 185.994 | 0 | (185.994) | 0 |
| Ativos Intangíveis em Curso | 0 | 0 | 0 | 26.164 | 0 | 0 | 26.164 |
| | 0 | 0 | 0 | 2.330.092 | (198.790) | (2.008.890) | 122.412 |
| ATIVOS TANGÍVEIS | | | | | | | |
| Imóveis | 0 | 0 | 0 | 522.936 | (8.188) | (26.240) | 488.508 |
| Equipamento | (1.648) | 0 | 46 | 5.157.363 | (334.814) | (3.870.185) | 951.738 |
| Ativos em locação financeira | 0 | 0 | 0 | 368.570 | (5.529) | (19.350) | 343.691 |
| Ativos Tangíveis em Curso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | (1.648) | 0 | 46 | 6.048.868 | (348.530) | (3.915.775) | 1.783.937 |
| TOTAIS | (1.648) | 0 | 46 | 8.378.960 | (547.320) | (5.924.665) | 1.906.349 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

· valores expressos em euros

31 de dezembro de 2014 (Atividade Individual)

| CONTAS | SALDO EM 31-12-2013 | AUMENTOS | TRANSFERÊNCIAS | DIMINUIÇÕES | 31-12-2014 |
|--------------------------------|------------------------|------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| Capital realizado | 20.000.000 | | | | 20.000.000 |
| Prêmios de emissão | 369.257 | | | | 369.257 |
| Reservas de reavaliação | 2.516.689 | | | 3.252.966 | (736.277) |
| Reserva legal | 1.452.626 | | 704.916 | | 2.157.543 |
| Reservas de variações cambiais | (537.674) | 964.097 | | | 426.423 |
| Outras reservas | 6.454.293 | | 4.594.248 | 695.587 | 10.352.954 |
| Resultados transitados | 1.352.774 | | | | 1.352.774 |
| Resultado do exercício | 7.049.164 | 36.742 | (7.049.164) | | 36.742 |
| TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS | 38.657.129 | 1.000.839 | (1.750.000) | 3.948.554 | 33.959.415 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes em euros exceto quando expressamente indicado)

1 · INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L.J. Carregosa, SA (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista nº 1083, no Porto. Para o efeito, possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas. Iniciou a sua atividade como banco comercial em novembro de 2008, após fusão da Sociedade de Corretagem L.J. Carregosa e a Personal Value, conforme escritura pública de 17 de maio daquele ano.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 3 agências e um escritório de representação em Espanha.

2 · BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Carregosa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2013.

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

2.2.1. Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, que são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transações em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transações em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

2.2.3. Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

2.2.4. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

2.2.5. Ativos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até ao momento da sua alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Para os ativos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são diretamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um ativo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido diretamente no capital próprio e houver prova objetiva de que o ativo está com imparidade, a perda acumulada, que tinha sido reconhecida diretamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações".

2.2.6. Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada

entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.
- O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.9. Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

- i. **Provisões para crédito e juros vencidos:**
Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efetuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.
- ii. **Provisões para riscos gerais de crédito:**
A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido;
A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de dezembro dos contratos de crédito bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.10. Outros ativos tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de ativo adequada.

| EQUIPAMENTO | ANOS |
|--------------------------------|--------|
| Equipamento de transporte | 4 – 8 |
| Mobiliário e material | 8 – 16 |
| Equipamento informático | 3 – 8 |
| Outras imobilizações corpóreas | 5 – 20 |

2.2.11. Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas na fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.12. Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação, diretamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.13. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.14. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.15. Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são, por norma, imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.16. Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como ativos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, exceto se as operações que os originaram tenham sido refletidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

2.2.17. Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES

– Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, subcrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como referido anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método *“Projected Unit Credit”*, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte no ativo.

Em resultado de um estudo sobre as responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores que não beneficiem dos SAMS, mantendo os mesmos níveis de encargos.

IAS 19 – Benefícios a empregados (alteração) – esta norma foi revista para incluir diversas alterações, nomeadamente quanto ao:

- Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de capital próprio;
- Passa a ser aplicada uma única taxa de juro às responsabilidades e aos ativos do plano;
- diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos / perdas atuariais; e
- Os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.

2.2.18. Relato por Segmentos

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de atividade.

Dado que as atividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e em Espanha, através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

3 · NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e decompostas pelas seguintes rubricas:

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais · Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa | 0 | 0 |
| Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal | 1 566 250 | 33 923 137 |
| | 1 566 250 | 33 923 137 |

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito · Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias | | |
| Residentes | 16 160 755 | 4 155 794 |
| Não residentes | 10 288 765 | 8 027 488 |
| | 26 449 520 | 12 183 282 |

3.3 Ativos financeiros detidos para negociação · Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Títulos de negociação | | |
| Títulos | 4 683 992 | 2 292 909 |
| Instrumentos derivados com justo valor positivo | 120 345 | 466 511 |
| | 4 804 337 | 2 759 420 |

Esta carteira sofreu um acréscimo significativo face ao período homólogo, quer por via de aquisições decorrentes de uma evolução favorável dos mercados, quer por transferências de parte dos títulos da carteira de disponíveis para venda.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

· valores expressos em euros

em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

| NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS | VALOR AQUISIÇÃO | VALOR DE BALANÇO | VALIAS | | IMPARIDADE |
|---|--------------------|---------------------|--------------|----------------|------------|
| | | JUSTO VALOR | MAIS | MENOS | |
| INSTRUMENTOS DE DÍVIDA | | | | | |
| Emitidos por Residentes de outros Emissores Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 3 600 950 | 3 600 057 | - | 893 | - |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 84 630 | 84 419 | - | 211 | - |
| | 3 685 580 | 3 684 476 | 0 | 1 104 | - |
| INSTRUMENTOS DE CAPITAL | | | | | |
| Emitidos por Residentes de outros Emissores Residentes | | | | | |
| Ações | 145 788 | 91 260 | - | 54 528 | - |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Ações | 241 952 | 247 944 | 5 995 | 3 | - |
| Unidades de Participação | 4 780 | 2 480 | - | 2 300 | - |
| | 392 520 | 341 684 | 5 995 | 56 831 | - |
| OUTROS | | | | | |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Produtos Estruturados | 690 290 | 603 975 | 360 | 86 675 | - |
| Outros | 78 720 | 53 857 | - | 24 863 | - |
| | 769 010 | 657 832 | 360 | 111 538 | - |
| INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO | | | | | |
| Outros | | | | | |
| Mais-valias não realizadas em Futuros | - | 47 191 | - | - | - |
| Mais-valias não realizadas em Opções | - | 73 154 | - | - | - |
| | - | 120 345 | - | - | - |
| TOTAL | 4 847 110 | 4 804 337 | 6 355 | 169 473 | - |

3.4 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados · Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| Títulos | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|-------------------------|------------|------------|
| Emitidos por residentes | 547 | 0 |
| | 547 | 0 |

Valor respeitante à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 nº 9 b), sendo a cotação obtida no *site* do Fundo de compensação do trabalho.

3.5 Ativos financeiros disponíveis para venda · Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|--------------------|
| Emitidos por residentes | | |
| Instrumentos de dívida pública | 10 834 091 | 52 775 853 |
| Instrumentos de dívida de outros residentes | 1 097 800 | 4 361 936 |
| Instrumentos de capital | 7 722 516 | 7 107 033 |
| | 19 654 407 | 64 244 822 |
| Emitidos por não residentes | | |
| Instrumentos de dívida | 31 977 949 | 47 366 424 |
| Instrumentos de dívida | 400 573 | 194 000 |
| | 32 378 522 | 47 560 424 |
| | 52 032 929 | 111 805 246 |

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 2014, em resultado de uma inversão significativa das taxas de juros dos instrumentos de dívida, alterou-se a política de investimentos, reduzindo-se igualmente o recurso ao financiamento através do Banco Central Europeu.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

· valores expressos em euros

em 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

| NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS | VALOR AQUISIÇÃO | VALOR DE BALANÇO | VALIAS | | IMPARIDADE |
|--|--------------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | JUSTO VALOR | MAIS | MENOS | |
| INSTRUMENTOS DE DÍVIDA | | | | | |
| Emitidos por Residentes de dívida pública portuguesa | | | | | |
| Obrigações do Tesouro | 284 968 | 306 769 | 21 801 | - | - |
| De Outros Emissores Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 9 880 325 | 9 974 822 | 163 297 | 68 800 | - |
| Dívida Subordinada | 4 353 500 | 552 500 | - | - | 3 801 000 |
| Emitidos por Não Residentes de Outros Emissores Públicos Estrangeiros | | | | | |
| Obrigações de Agências Soberanas | 5 008 790 | 5 082 600 | 73 810 | - | - |
| De Outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Dívida não Subordinada | 27 596 107 | 26 890 786 | 161 033 | 866 354 | - |
| Dívida Subordinada | 348 110 | 4 563 | - | - | 343 547 |
| | 47 471 800 | 42 812 040 | 419 941 | 935 154 | 4 144 547 |
| INSTRUMENTOS DE CAPITAL | | | | | |
| Emitidos por Residentes de outros Emissores Residentes | | | | | |
| Ações | 2 440 174 | 1 097 800 | - | 920 860 | 421 514 |
| Outros | 7 049 722 | 7 722 516 | 672 794 | - | - |
| Emitidos por Não Residentes de outros Emissores Não Residentes | | | | | |
| Produtos Estruturados | 395 354 | 400 573 | 5 219 | - | - |
| | 9 885 250 | 9 220 889 | 678 013 | 920 860 | 421 514 |
| TOTAL | 57 357 050 | 52 032 929 | 1 097 954 | 1 856 014 | 4 566 061 |

3.6 Aplicações em Instituições de Crédito · Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Aplicações | | |
| No país | | |
| No Banco de Portugal | 0 | 0 |
| Em outras instituições de crédito | 48 500 000 | 19 100 000 |
| Em proveitos a receber | 68 789 | 19 419 |
| | 48 568 789 | 19 119 419 |

3.7 Créditos a clientes · Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Crédito interno | | |
| Empréstimos | 19 037 790 | 12 859 606 |
| Créditos em conta corrente | 28 872 422 | 16 047 306 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 148 552 | 257 433 |
| Operações de compra com acordo de revenda | 0 | 8 715 735 |
| Crédito ao exterior | | |
| Empréstimos | 165 000 | 1 020 000 |
| Créditos em conta corrente | 999 287 | 0 |
| Crédito e juros vencidos | 6 885 289 | 125 034 |
| Rendimentos a receber | 178 445 | 115 627 |
| | 56 286 785 | 39 140 741 |
| Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos | (4 849 242) | (93 569) |
| | 51 437 542 | 39 047 172 |

Em 2014, a carteira de crédito reforçou a sua posição no conjunto da atividade do Banco, ao nível de novas operações e acréscimo de volume, em cada uma das modalidades de crédito que o Banco disponibiliza aos seus clientes. De referir que os créditos estão na sua grande maioria suportados por garantias pessoais e reais que ultrapassam significativamente os valores vincendos. Por outro lado, as provisões estão constituídas em conformidade com o aviso 3/95, sendo de referir o impacto em 2014 da imparidade associada à aquisição de um crédito vencido a uma Instituição não residente, encontrando-se assegurada a sua cessão em 2015.

3.8 Ativos não correntes detidos para venda · Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativos tangíveis não correntes detidos para venda | | |
| Imóveis | 85 680 | 0 |
| | 85 680 | 0 |

Correspondente ao valor de aquisição de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito.

3.9 Outros ativos tangíveis · Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| Outros ativos tangíveis | | |
| Imóveis | 522 936 | 522 936 |
| Equipamento (*) | 5 029 789 | 4 639 448 |
| Ativos em locação financeira | 368 570 | 368 570 |
| | 5 921 295 | 5 530 954 |
| Amortizações acumuladas | | |
| Imóveis | (34 428) | (26 240) |
| Equipamento (*) | (4 078 051) | (3 870 231) |
| Ativos em locação financeira | (24 878) | (19 350) |
| | (4 137 357) | (3 915 821) |
| | 1 783 937 | 1 615 134 |

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2014 nas rubricas de outros “ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado “Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2014”.

(*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas (contas consolidadas), o Banco decidiu, em finais de 2012 substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

3.10 Ativos intangíveis · Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|--------------------|--------------------|
| Outros ativos intangíveis | | |
| Sistema Tratamento Automático de Dados (<i>Software</i>) | 2 117 934 | 1 982 155 |
| Ativos tangíveis em curso | 26 164 | 4 273 |
| Outros | 185 994 | 185 994 |
| | 2 330 092 | 2 172 422 |
| Amortizações acumuladas | | |
| Sistema Tratamento Automático de Dados (<i>Software</i>) | (2 021 686) | (1 822 896) |
| Outros | (185 994) | (185 994) |
| | (2 207 680) | (2 008 890) |
| | 122 412 | 163 532 |

Apesar de uma redução em termos líquidos, salienta-se o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efetuados na reformulação da respetiva presença na Internet e na participação no sistema interbancário de transferências a crédito SEPA.

3.11 Investimento em assoc. e filiais excluídas do perímetro de consolidação · Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|----------------|----------------|
| Valorizadas ao custo histórico | | |
| No país | 914 378 | 914 378 |
| Impar. acum. NIC / Provisões para imparidades acum. NCA | | |
| No país - filiais | (600 000) | (600 000) |
| No país - associadas | 0 | 0 |
| | 314 378 | 314 378 |

As participações nas filiais estão avaliadas ao custo histórico deduzidas da imparidade constituída para a filial “Lisbon Brokers” que manteve o seu valor face à ausência de atividade desta em 2013 e 2014.

3.12 Ativos por Impostos Correntes · Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos por impostos correntes | | |
| IRC a recuperar | 2 586 946 | 285 972 |
| | 2 586 946 | 285 972 |

3.13 Ativos por Impostos Diferidos · Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos por impostos diferidos | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Em Ativos | 243 896 | 300 681 |
| | 243 896 | 300 681 |

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento. Como indicado ao nível das políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.14 Outros ativos · Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Outras disponibilidades | 93 113 | 5 154 |
| Devedores e outras aplicações | | |
| Setor público administrativo | 0 | 137 |
| Devedores diversos | 410 512 | 158 794 |
| Aplicações diversas | 0 | 0 |
| Outros ativos | 1 449 593 | 953 097 |
| Outros juros e rendimentos similares | | |
| Títulos de rendimento fixo emitido por residentes | | |
| De dívida pública portuguesa | 5 240 | 50 657 |
| De outros emissores públicos nacionais | 0 | 0 |
| De outros residentes | 215 574 | 565 388 |
| Outros rendimentos a receber | | |
| Outras obrigações | 459 364 | 898 960 |
| Comissões por serviços prestados | 506 365 | 528 567 |
| Despesas com encargos diferidos | | |
| Seguros | 21 201 | 20 892 |
| Outras rendas | 50 | 0 |
| Outras despesas com encargos diferidos | 138 138 | 42 665 |
| Valor patrimonial do fundo de pensões | 2 462 864 | 2 091 273 |
| Outras contas de regularização (*) | 2 923 898 | 2 026 013 |
| | 8 685 911 | 7 341 596 |

(*) Em "Outros Ativos", inclui-se o valor da conta margem junto da OMIClear enquanto membro compensador da OMIP.

3.15 Recursos de Bancos Centrais · Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Recursos do Banco de Portugal | | |
| Outros recursos - Empréstimos | 17 010 000 | 75 000 000 |
| Juros de recursos do Banco de Portugal | | |
| Empréstimos | 219 154 | 996 875 |
| | 17 229 154 | 75 996 875 |

3.16 Passivos Financeiros detidos para negociação · Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Instrumentos derivados com justo valor negativo (*) | 1 959 205 | 96 044 |
| | 1 959 205 | 96 044 |

(*) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.17 Recursos de outras instituições de crédito · Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Recurso de instituições de crédito no país | | |
| Descobertos de Depósitos à Ordem | 165 827 | 137 539 |
| Operações de Venda com acordo de recompra-Repo | 0 | 8 236 122 |
| | 165 827 | 8 373 661 |
| Recurso de instituições de crédito no estrangeiro | | |
| Depósitos à ordem | 520 294 | 67 267 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 6 500 | 673 683 |
| | 526 794 | 740 950 |
| | 692 621 | 9 114 611 |

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos · Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | <u>31-12-2014</u> | <u>31-12-2013</u> |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Recursos de clientes | | |
| Depósitos | | |
| De residentes | | |
| À ordem | 26 886 874 | 24 406 189 |
| A prazo | 69 860 582 | 58 006 993 |
| De não residentes | | |
| À ordem | 21 031 834 | 9 050 113 |
| A prazo | 1 864 882 | 2 823 399 |
| | 119 644 172 | 94 286 694 |
| Juros de recursos de clientes | | |
| Depósitos | | |
| De residentes | 675 536 | 710 107 |
| De não residentes | 16 377 | 92 832 |
| | 691 913 | 802 939 |
| | 120 336 085 | 95 089 633 |

3.19 Provisões · Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisões para riscos gerais de crédito | | |
| Crédito concedido | 706 561 | 305 406 |
| Crédito por assinatura | 151 056 | 11 135 |
| | 857 617 | 316 541 |
| Outras provisões | | |
| Para outros riscos e encargos | 0 | 500 000 |
| | 857 617 | 816 541 |

MOVIMENTOS EM PROVISÕES, IMPARIDADES E CORREÇÕES DE VALORES ASSOCIADOS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER

| | SALDOS EM 31-12-2013 | DOTAÇÕES (**) | UTILIZAÇÕES TRANSF./AJUSTES | ANULAÇÕES REPOSIÇÕES | SALDOS EM 31-12-2014 |
|---|---------------------------------|--------------------------|--|---------------------------------|---------------------------------|
| Provisões para crédito e juros vencidos (*) | 93 569 | 10 358 762 | (5 394 692) | 208 397 | 4 849 242 |
| Provisões para riscos gerais de crédito | 316 541 | 748 208 | 119 | 207 251 | 857 617 |
| Provisões para outros Riscos e Encargos | 500 000 | | | 500 000 | |
| TOTAIS | 910 110 | 11 106 970 | (5 394 573) | 915 648 | 5 706 859 |

(*) Ver ponto 3.7 da nota 07.

(**) Nas dotações estão também incluídas as provisões consideradas na aquisição de créditos vencidos a outras Entidades no montante de 10.114.385€ e nas utilizações/transferências e ajustes a reversão das dotações em 5.394.366€.

3.20 Outros Passivos · Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Fornecedores | 343 428 | 423 278 |
| Fornecedores Bens em Locação Financeira | 145 722 | 211 975 |
| Credores por Operações sobre valores Mobiliários | 722 858 | 1 256 516 |
| Outros Credores | 253 873 | 9 308 |
| Créditos para operações sobre futuros e opções | 878 271 | 317 090 |
| Recursos – Conta Caução | 5 943 101 | 0 |
| Outros Recursos | 8 083 124 | 2 598 613 |
| IVA a pagar | 23 026 | 30 992 |
| Retenções na fonte e outros valores a pagar ao Estado | 335 000 | 265 687 |
| Contribuições para a Segurança Social | 59 185 | 58 322 |
| Contribuições para Outros Sistemas de Saúde | 4 263 | 4 432 |
| Cobranças por conta de terceiros | 797 | 1 581 |
| | 16 792 648 | 5 177 794 |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios | 3 285 103 | 2 135 833 |
| Encargos a pagar | | |
| Remunerações a Pagar ao Pessoal | 429 601 | 367 693 |
| Por gastos gerais Administrativos | 0 | 0 |
| Outros encargos a Pagar | 91 043 | 53 769 |
| | 520 643 | 421 462 |
| Outras receitas com rendimento diferido | 4 246 | 5 325 |
| Operações a regularizar (*) | 3 046 338 | 1 347 720 |
| | 23 648 978 | 9 088 134 |

Na rubrica de “Outros Recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes quer de operações sobre derivados, quer dos aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

(*) Em “Outras operações a regularizar” encontram-se registadas operações de venda de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no exercício seguinte.

3.21 Capital · Nota 21

O anexo da “Demonstração da variação nos capitais Próprios” apresenta uma variação negativa face a 2013 no montante de 4.697.714€ em resultado da variação das Reservas de reavaliação das carteiras de títulos e outras reservas, da distribuição aos acionistas de 1.750.000€ dos resultados desse exercício e do Resultado positivo gerado no período.

3.22 Margem Financeira · Nota 22 e 23

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|--------------------|--------------------|
| Juros e rendimentos similares de: | | |
| Juros de Disponibilidades | 953 905 | 1 479 075 |
| Juros de Clientes e Outras Aplicações | 4 839 513 | 6 381 831 |
| | 5 793 418 | 7 860 906 |
| Juros e encargos Similares de: | | |
| Recursos de Outras Instituições de Crédito | (121 463) | (470 317) |
| Juros de Credores e Outros Recursos | (1 944 052) | (2 568 671) |
| | (2 065 514) | (3 038 988) |
| | 3 727 904 | 4 821 917 |

A margem financeira diminuiu consideravelmente em 2014, na sua grande maioria devido aos juros implícitos em cada uma das carteiras de obrigações do Banco, em que os títulos, no início de 2013, ainda classificados como detidos até à maturidade, quer por venda, quer por integração na carteira de investimento do remanescente, deixaram de contribuir para a margem financeira.

3.23 Resultados de instrumentos de capital · Nota 24

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Emitidos por residentes | | |
| Unidades de participação | 67 647 | 0 |
| | 67 647 | 0 |

Este Resultado resulta da distribuição de rendimentos relativos ao exercício de 2013 do fundo de investimentos Retail Properties, correspondente a 0,0012€ por unidades de participação detidas.

3.24 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões · Nota 25 e 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|------------------|------------------|
| Rendimentos de Serviços e Comissões por: | | |
| Garantias e avales | 195 543 | 15 173 |
| Depósito e guarda de valores | 17 197 | 18 458 |
| Cobrança de Valores | 68 475 | 56 505 |
| Administração de Valores | 610 635 | 369 960 |
| Organismos de investimento coletivo | 78 574 | 37 554 |
| Outros Serviços Prestados | 717 462 | 246 088 |
| Operações realizadas por conta de Terceiros | 3 154 972 | 2 612 518 |
| Outras comissões recebidas | 108 042 | 142 604 |
| | 4 914 900 | 3 498 860 |
| Encargos com serviços e comissões por: | | |
| Depósito e guarda de valores | (40 529) | (36 853) |
| Administração de valores | 0 | (3 380) |
| Outros serviços bancários prestados por terceiros | (19 381) | (29 697) |
| Operações realizadas por terceiros | (842 684) | (708 501) |
| Outras comissões pagas | (2 401) | (3 703) |
| | (904 995) | (782 134) |
| | 4 009 905 | 2 716 726 |

Em termos líquidos, verificou-se um incremento significativo nesta componente da atividade com maior relevância nos rendimentos de serviços e comissões (+40%) em resultado de uma maior eficiência na cobrança, nas comissões associadas à emissão de novas garantias Bancárias e sobretudo na prestação de serviços de assessoria financeira.

3.25 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor · Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|--------------------|--------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | |
| Títulos | 5 435 477 | 2 660 452 |
| Futuros e Outras operações a Prazo | 1 091 274 | 853 534 |
| Outros ativos financ. ao justo valor através resultados | 0 | 80 000 |
| Passivos financeiros negociação (não derivados) | 0 | 12 246 285 |
| | 6 526 751 | 15 840 271 |
| PERDAS EM: | | |
| Ativos financeiros detidos por negociação | | |
| Títulos | (6 096 763) | (2 816 686) |
| Futuros e Outras operações a Prazo | (3 530 012) | (415 150) |
| Passivos financeiros negociação (não derivados) | 0 | (5 277 000) |
| | (9 626 775) | (8 508 836) |
| | (3 100 024) | 7 331 435 |

O resultado negativo apurado em 2014 resulta de uma conjuntura negativa dos mercados em que a baixa das taxas de juro provocou uma desvalorização dos títulos de dívida que compõem a maior parte da carteira, bem como da desvalorização do euro face ao dólar americano, que levou a perdas nos instrumentos derivados utilizados como cobertura para os ativos denominados nessa moeda. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial (ponto 32.7) e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada.

3.26 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda - Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|------------------|------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Títulos | | |
| Emitidos por residentes | | |
| Instrumentos de dívida | 1 204 593 | 1 783 245 |
| Instrumentos de capital | 376 127 | 32 587 |
| Outros | 30 814 | 359 |
| Emitidos por não residentes | | |
| Instrumentos de dívida | 4 181 703 | 1 989 674 |
| Outros | 192 | 21 218 |
| | 5 793 429 | 3 827 083 |
| PERDAS EM: | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Títulos | | |
| Emitidos por residentes | | |
| Instrumentos de dívida | (4 081) | (203 640) |
| Emitidos por não residentes | | |
| Instrumentos de dívida | (142 891) | (7 420) |
| | (146 972) | (211 060) |
| | 5 646 457 | 3 616 023 |

Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica relevados os valores relativos ao desreconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo normalmente mais alargado em que são efetuados os investimentos para esta carteira, foi possível apurar em 2014, um resultado positivo resultante da diferença entre os valores de alienação e aquisição dos respetivos títulos.

3.27 Resultados de reavaliação cambial · Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Diferenças cambiais | | |
| Outros itens em moeda estrangeira - divisas | 2 019 076 | 122 890 |
| PERDAS EM: | | |
| Diferenças cambiais | | |
| Outros itens em moeda estrangeira - divisas | (488 975) | (507 679) |
| | 1 530 101 | 384 789 |

Resultados apurados em grande parte devido à variação cambial dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou, em cada um dos anos, uma maior exposição.

3.28 Resultados de alienação de outros ativos · Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Ganhos na alienação de créditos | 950 000 | 0 |
| Ganhos em investimentos detidos até à maturidade | 0 | 1 434 439 |
| Ativos não financeiros | 15 759 | 35 685 |
| PERDAS EM: | | |
| Perdas em investimentos em Filiais no país | 0 | 0 |
| | 965 759 | 1 470 124 |

Os ganhos reconhecidos em investimentos detidos até à maturidade referem-se à venda dos títulos dessa carteira no início de 2013. Em 2014, com a aquisição e cessão simultânea de um crédito vencido, obteve-se um ganho de 950.000€.

3.29 Outros resultados de exploração · Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|------------------|------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Outros ganhos e rendimentos operacionais | 208 769 | 100 466 |
| | 208 769 | 100 466 |
| PERDAS EM: | | |
| Outros impostos | (155 778) | (127 679) |
| Quotizações e donativos | (63 713) | (227 297) |
| Contribuições para FGD | (17 500) | (17 500) |
| Contrib.p/ sist.de indem. aos investidores | (2 500) | (2 500) |
| Falhas na exec. de procedimentos | (34 651) | (3) |
| Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações | (201) | (1 950) |
| Outros encargos e gastos operacionais | (72 143) | (304 137) |
| Outros Ativos Tangíveis | (426) | (0) |
| | (347 412) | (681 066) |
| | (138 143) | (580 600) |

3.30 Custos com o pessoal · Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Remunerações | | |
| Dos Órgãos de Gestão | (408 002) | (417 030) |
| De Empregados | (2 170 790) | (2 182 481) |
| Encargos Sociais Obrigatórios | | |
| Encargos relativos a Remunerações | (617 859) | (608 005) |
| Outros encargos sociais obrigatórios | | |
| Fundo de pensões | (75 478) | (31 692) |
| Seguros de acidentes de trabalho | (11 548) | (12 722) |
| Outros custos com o pessoal | (146 649) | (120 887) |
| | (3 430 326) | (3 372 817) |

Em dezembro de 2014, o Banco contava com 73 colaboradores em Portugal e 2 em Espanha, num total de 75.

Responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência

O Banco Carregosa disponibiliza um Plano de Pensões aos trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 não estavam integrados no Sistema Nacional de Pensões, correspondentes a cerca de um terço do quadro de pessoal do Banco Carregosa.

O Plano de Pensões do Banco Carregosa é um plano de benefício definido, segue o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT) e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal. A formação do valor das prestações depende do número de anos de serviço do trabalhador e das tabelas salariais estipuladas pelo ACTV.

Os benefícios garantidos aos participantes do Plano de Pensões do Banco Carregosa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;
- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós reforma com SAMS;
- Subsídio por Morte.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Adicionalmente, o Banco tem ainda responsabilidades e encargos com a assistência médica dos seus trabalhadores. Os trabalhadores que, à data de 31 de dezembro de 2010, estavam integrados na CAFEB têm como benefício de proteção na saúde os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) dos respetivos sindicatos. Os restantes trabalhadores beneficiam de um Seguro de Saúde MULTICARE com condições aproximadas aos serviços de assistência médica dos SAMS.

| DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL | 31.12.2014 | 31.12.2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Administração | 5 | 4 |
| Direção | 15 | 15 |
| Técnicos | 14 | 12 |
| Administrativos | 14 | 11 |
| Comerciais/operacionais | 19 | 18 |
| Outros | 8 | 6 |
| | 75 | 66 |

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respetivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação atuarial realizada por um atuário da firma CFPO Consulting – Soluções atuariais e Financeiras, Lda., sendo a entidade gestora a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no ACTV - *Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do Setor Bancário*. A 31 de dezembro de 2014, o Plano de Pensões do Banco Carregosa contava com 17 ativos, 47 com direitos adquiridos e 5 pensionistas.

Do Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de janeiro resultaram alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões. A partir da data de transição dos trabalhadores bancários inscritos na CAFEB para o Regime Geral da Segurança Social a 31 de dezembro de 2010, o fundo deixa de ser responsável pela totalidade da pensão ACT sendo que, a partir dessa data, considera-se apenas a pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

De acordo com o método utilizado nesta avaliação, o Valor Atual das Responsabilidades com os Serviços Passados em 31 de dezembro de 2014 corresponde a 3.285.103,49€, sendo que, deste montante, 554.955,80€ correspondem ao Valor Atual das Pensões em Pagamento. O valor do fundo à mesma data é de 2.462.864,28€, o que significa uma cobertura de financiamento global de 74,97%.

Estando o financiamento do plano de pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal, ou seja, o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos em 95% as responsabilidades por serviços passados da população ativa, verifica-se que a mesma dá cumprimento integral ao estabelecido, uma vez que em fevereiro de 2015, o Banco efetuou uma contribuição extraordinária no valor de 723.249,40€ de modo a cobrir o mínimo exigido para o cenário de financiamento.

Face ao nível de financiamento observado em 2013, não foram efetuadas contribuições em 2014.

A contribuição recomendada para 2015 é de 72.970,29€ que representa 19,13% da massa salarial prevista para 2015. O respetivo relatório encontra-se disponível na Sede da Instituição, para consulta.

3.31 Gastos gerais administrativos · Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| COM FORNECIMENTOS: | | |
| Água, Energia e Combustíveis | (175 417) | (173 594) |
| Material de Consumo Corrente | (5 596) | (5 717) |
| Publicações | (7 342) | (7 834) |
| Material de Higiene e Limpeza | (16 955) | (9 853) |
| Outros Fornecimentos de Terceiros | (144 212) | (141 447) |
| | (349 521) | (338 444) |

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| COM SERVIÇOS: | | |
| Rendas e Alugueres | (315 097) | (300 673) |
| Comunicações | (294 650) | (235 622) |
| Deslocações, estadias e Representação | (268 442) | (278 968) |
| Publicidade e edição de Publicações | (822 271) | (666 595) |
| Conservação e Reparação | (185 883) | (125 000) |
| Seguros | (43 155) | (30 030) |
| Serviços especializados | | |
| Avenças e Honorários | (59 029) | (102 233) |
| Judiciais, Contencioso e Notariado | (9 504) | (3 248) |
| Informática | (701 431) | (775 202) |
| Segurança e Vigilância | (10 027) | (8 901) |
| Limpeza | (2 530) | (9 549) |
| Informações | (340 872) | (277 884) |
| Bancos de dados | (45 357) | (36 061) |
| Mão-de-obra eventual | (225) | 0 |
| Outros serviços especializados | | |
| Estudos e Consultas | (62 073) | (60 855) |
| Consultores e Auditores Externos | (533 093) | (406 266) |
| Outros serviços de terceiros | | |
| Assessoria, comunicação e imagem | (57 164) | (41 567) |
| Banco de Portugal - Serviço Bpnet | (2 769) | (1 879) |
| Serviços de condomínio | (7 437) | (10 729) |
| Outros | (19 444) | (6 929) |
| | (3 780 453) | (3 378 190) |
| | (4 129 974) | (3 716 633) |

Consultores e Auditores Externos

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários com a SROC, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas

| | |
|------------------------------------|---------------|
| Revisão Legal de Contas | 13 050 |
| Serviços de Garantia e Fiabilidade | 4 500 |
| | 17 550 |

3.32 Amortizações do exercício · Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---------------------------------|------------------|--------------------|
| Ativos tangíveis | | |
| De imóveis | (8 188) | (8 188) |
| De equipamento | (334 813) | (466 839) |
| De ativos em locação financeira | (5 529) | (5 529) |
| | (348 530) | (394 433) |
| Ativos tangíveis | (198 790) | (874 989) |
| | (547 320) | (3 786 765) |

Conforme referido na nota 8 e 9, os movimentos e saldos das rubricas de outros "ativos tangíveis" e "ativos intangíveis", incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.33 Provisões líquidas de anulações · Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|----------------|------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Provisões para riscos gerais de crédito | 207 252 | 111 184 |
| Outras provisões | 500 000 | 0 |
| PERDAS EM: | | |
| Provisões para riscos gerais de crédito | (535 616) | (190 686) |
| Outras provisões | 0 | (500 000) |
| | 171 636 | (579 502) |

3.34 Correções de valores associados ao crédito a clientes · Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| GANHOS EM: | | |
| Para crédito vencido | 208 397 | 45 606 |
| PERDAS EM: | | |
| Para crédito vencido | (244 378) | (73 457) |
| | (35 981) | (27 851) |

3.35 Imparidade de Outros Ativos financeiros líquida de reversões e recuperações · Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|--------------------|-------------------|
| Instrumentos Dívida emitidos por Não Residentes | (4 191 997) | |
| Instrumentos Capital Emitidos por Residentes | (380 664) | 0 |
| | (4 525 211) | 0 |

Imparidades calculadas sobre a exposição do Banco ao BES e ao Grupo GES.

3.36 Imparidade de outros At. Líquida de reversões e recuperações · Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Invest. em filiais associadas e empreendimentos conjuntos | 0 | 0 |
| Ver. rec. perdas imparidades (NIC) / prov. imp. (NCA) | 0 | 340 000 |
| | 0 | 340 000 |

A anulação desta imparidade em 2013 decorre da alienação da participação integral na Optimize Investment Partners.

3.37 Impostos · Nota 39 e 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|-----------|-------------------|--------------------|
| Correntes | (118 902) | (3 718 371) |
| Diferidos | (56 786) | 8 390 |
| | (175 687) | (3 709 881) |

Impacto dos registos no quadro e nota seguinte.

IMPOSTOS CORRENTES

· valores expressos em euros

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efetiva no exercício de 2013 e 2014 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

| | | 2014 | 2013 |
|------|--|------------------|------------------|
| 1 | Resultados antes de Impostos - Base NCA | 212.430 | 10.759.045 |
| 2 | Taxa legal de Imposto (IRC+Derrama) | 24.50% | 26.50% |
| 3 | Carga Fiscal Normal (1x2) | 52.045 | 2.851.147 |
| 4 | Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis | | |
| 4.1 | Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis | 916.280 | 690.686 |
| 4.2 | Amortizações não aceites como custo | 508 | 202.795 |
| 4.3 | Donativos e Quotizações | 9.525 | 9.389 |
| 4.4 | IRC relativo a anos anteriores | 0 | 0 |
| 4.5 | Mais-valias fiscais | 18.486 | 10.343 |
| 4.6 | Multas, coimas e juros compensatórios | 877 | 1.042 |
| 4.7 | Correções relativas a exercícios anteriores | 5.656 | 4.885 |
| 4.8 | Correções impactos em NCA 's | 0 | 0 |
| 4.9 | Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo | 0 | 0 |
| 4.10 | Despesas não devidamente documentadas e ofertas | 138.869 | 94.662 |
| 4.11 | Pensões de reforma | 0 | 0 |
| 4.12 | Insuficiência estimativa de imposto | 0 | 0 |
| 4.13 | Correções nos casos crédito de imposto e retenção na fonte | 0 | 0 |
| 4.14 | Fundo de pensões | 75.478 | 31.692 |
| 4.15 | Imparidade em filiais e associadas | 0 | 0 |
| 4.16 | Contribuição sobre o Setor Bancário | 97.009 | 74.946 |
| | | 1.262.689 | 1.120.442 |

| | | 2014 | 2013 |
|-----|--|------------------|------------------|
| 5 | Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis | | |
| 5.1 | Redução de provisões e imparidades tributáveis | (707.252) | (451.184) |
| 5.2 | Benefícios fiscais | (57.572) | (91.312) |
| 5.3 | Impacto NCA's | (9.523) | 0 |
| 5.4 | Mais-valias contabilísticas | (42.946) | (37.223) |
| 5.5 | Excesso estimativa de imposto | 0 | (85.065) |
| 5.6 | Correções relativas a exercícios anteriores | (5.378) | (13.255) |
| 5.7 | Menos-valias fiscais | 0 | 0 |
| 5.8 | Amortizações tributadas em períodos anteriores | (129.631) | (9.735) |
| | | (952.301) | (777.774) |
| 6 | Variações patrimoniais | (2.984.456) | 1.381.164 |
| 7 | Lucro tributável (1+4+5+6) | (2.461.639) | 12.482.877 |
| 8 | Prejuízo fiscal reportável | 0 | 0 |
| 9 | Imposto (Coleta + Derrama) | 0 | 3.629.184 |
| 10 | Tributações autónomas | 118.902 | 89.087 |
| 11 | Imposto total (9+10) | 118.902 | 3.718.271 |
| 12 | Taxa efetiva (11/1) | 55.97% | 34.56% |

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

3.38 Impostos Diferidos · Nota 40

Os impostos diferidos registados em 2014 no valor de 56.786€ resultam, na sua maior parte, do impacto fiscal decorrente do processo de amortização da frota automóvel do Banco em 2012 e a venda posterior de viaturas, bem como do acerto dos Ativos por impostos diferidos IRC pela variação da taxa deste imposto.

3.39 Contas extrapatrimoniais · Nota 41

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

| | 31-12-2014 | 31-12-2013 |
|--|----------------------|----------------------|
| COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS: | | |
| Compromissos irrevogáveis | | |
| Responsabilidades potenciais para com o SII | 228 049 | 196 649 |
| Compromissos revogáveis | | |
| Linhas de crédito | 18 030 602 | 16 133 815 |
| Facilidades de descoberto em conta | 1 448 | 50 017 |
| | 18 260 099 | 16 380 481 |
| RESPONSABILIDADE POR PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS: | | |
| De depósito e guarda de valores | 343 810 941 | 370 952 428 |
| Valores administrativos pela instituição | 92 896 472 | 60 307 850 |
| Outras | 0 | 0 |
| | 436 707 413 | 431 260 278 |
| SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS: | | |
| Por depósito e guarda de valores | 318 449 861 | 359 745 277 |
| Por outros serviços | 0 | 0 |
| | 318 449 861 | 359 745 277 |
| OPERAÇÕES CAMBIAIS E INSTRUMENTOS DERIVADOS: | | |
| Operações cambiais a prazo - negociação | 38 930 937 | 38 433 338 |
| Futuros e opções a prazo - negociação | 65 495 | 0 |
| Opções - negociação | 73 220 | 199 473 |
| | 39 069 652 | 38 632 812 |
| GARANTIAS PRESTADAS E OUTROS SERVIÇOS EVENTUAIS: | | |
| Garantia e avais pessoais/Institucionais | 16 516 673 | 2 082 015 |
| Garantias reais | 20 650 000 | 98 312 720 |
| | 37 166 673 | 100 394 734 |
| GARANTIAS RECEBIDAS: | | |
| Garantias pessoais | 62 702 521 | 2 902 489 |
| Garantias reais | 78 145 278 | 35 018 960 |
| | 140 847 799 | 37 921 449 |
| OUTRAS RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS: | | |
| Créditos abatidos ao ativo | 1 340 261 | 1 339 935 |
| Juros vencidos | 13 915 | 8 253 |
| Contas diversas | (991 855 674) | (985 683 220) |
| | (990 501 497) | (981 432 542) |

Porto, 30 de abril de 2015

O Técnico de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

António José Paixão Pinto Marante

Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya

Paulo Armando Morais Mendes

Paulo Martins de Sena Esteves

Pedro José Malheiro Duarte



XV · Certificação Legal das Contas Consolidadas e Individuais

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco L.J. Carregosa, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 199.104.200 euros e um total de capital próprio de 37.129.672 euros, incluindo um resultado consolidado líquido positivo de 378.453 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS por desacordo

7. No anexo às Contas individuais do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.10 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas individuais do Banco, na nota 9 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.10 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

De salientar que, as viaturas adquiridas em 2014 seguiram a política contabilística que lhes é aplicável sem derrogações.

A derrogação desta política contabilística levada a cabo em 2012 e 2013 tem como efeito no ano de 2014 que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 680.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja sobreavaliada em aproximadamente 88.000 euros, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 esteja sobreavaliado em aproximadamente 171.000 euros (resultante do custo com amortizações subavaliado em aproximadamente 205.000 euros e o custo com impostos diferidos sobreavaliado em aproximadamente 34.000 euros) e os resultados transitados estejam subavaliados em aproximadamente 763.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo e dos capitais próprios de aproximadamente 592.000 euros.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 7 supra, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco L.J. Carregosa, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 4 de Maio de 2015

*Vilar, Campos, Gomes & Associados, SROC, Lda. (SROC 180)
representada por Jorge Adalberto Vilar De Oliveira (ROC 682)*

Este texto não está ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Banco L.J.Carregosa, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 198.683.075 euros e um total de capital próprio de 33.959.415 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 36.742 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e;

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS por desacordo

7. Descrevemos em seguida uma derrogação de uma política contabilística com impacto em vários exercícios contabilísticos e também descrita na certificação legal das contas individuais deste exercício do Banco Carregosa no seu parágrafo 7 que, também é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas.

No anexo às Contas consolidadas do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.11 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas consolidadas do Banco, na nota 10 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

De salientar que, as viaturas adquiridas em 2014 seguiram a política contabilística que lhes é aplicável sem derrogações.

A derrogação desta política contabilística levada a cabo em 2012 e 2013 tem como efeito no ano de 2014 que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo consolidado Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 680.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja

sobreavaliada em aproximadamente 88.000 euros, o resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 esteja sobreavaliado em aproximadamente 171.000 euros (resultante do custo com amortizações subavaliado em aproximadamente 205.000 euros e o custo com impostos diferidos sobreavaliado em aproximadamente 34.000 euros) e os resultados transitados estejam subavaliados em aproximadamente 763.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo e dos capitais próprios de aproximadamente 592.000 euros.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 7 supra, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco L.J. Carregosa, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 4 de Maio de 2015

*Vilar, Campos, Gomes & Associados, SROC, Lda. (SROC 180)
representada por Jorge Adalberto Vilar De Oliveira (ROC 682)*

XVI · Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

SENHORES ACCIONISTAS

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício de 2014, dando, assim, cumprimento às disposições legais - alínea g) do nº1 do artigo 420º e artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais - e estatutárias.
2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.
3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.
4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
5. Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e demais Colaboradores do Banco e do Grupo.
6. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a. Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
 - b. Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.
 - c. Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 4 de Maio de 2015

O Conselho Fiscal



XVII · Extracto das Deliberações tomadas na Assembleia Geral de 27 de maio de 2015

CERTIFICO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, realizada no dia **27 de Maio de 2015**, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

1. Foi aprovado por unanimidade o Relatório de Gestão e Contas e das Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2014.

2. Foi aprovado por unanimidade que o resultado líquido do exercício (positivo), no valor de **36.742,15€** (trinta e seis mil, setecentos e quarenta e dois euros e quinze cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Para Reforço da Reserva Legal: **3.674,22€**
- Para Reservas Livres: **33.067,93€**.

3. Foi aprovado por unanimidade um louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e cada um dos seus membros em exercício de funções, relativamente ao exercício de 2014.

4. Foi aprovada por unanimidade a proposta de eleição dos **Órgãos Sociais** para o **triénio 2015-2017**, com a seguinte composição:

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração:

Presidente: Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva;

Vogal: António José Paixão Pinto Marante;

Vogal: Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves;

Vogal: Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes;

Vogal: Nuno Rafael Domingues dos Santos Maya

Vogal: Paulo Armando Morais Mendes;

Vogal: Paulo Martins de Sena Esteves;

Vogal: Pedro José Malheiro Duarte.

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal:

Presidente: Maria da Graça Alves Carvalho;

Vogal: Manuel José Lemos de Ferreira Lemos;

Vogal: Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa;

Suplente: André de Castro Amorim.

Revisor Oficial de Contas:

Efectivo: Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – SROC, Lda., com sede na Rua Júlio de Brito, nº 108, Porto, pessoa coletiva nº 502 152 567, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 52, representada pelo sócio **Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha**, - Revisor Oficial de Contas nº 859;

Suplente: António Magalhães & Carlos Santos, SROC, com sede na Rua do Campo Alegre, nº 606 – 2.º, salas 201/203, Porto, pessoa colectiva nº 502 138 394, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 53, representada por **Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos**, Revisor Oficial de Contas nº 1314, casado, com o cartão de cidadão nº 10202311 5ZZ7.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos;

Secretária: Maria Manuela Pereira Antunes Matias,

Secretária: Ana Mafalda Mateus Freitas Gonçalves Malafaya.

5. Foi aprovada por unanimidade a eleição dos membros da **Comissão de Remunerações para o triénio de 2015-2017**, com a seguinte composição:

— Sérgio Reis Perdigão;

— Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves;

— José Inácio Sousa Lima.



COMPANHIA PORTUGUEZA DE FOSFOROS

Constituída nos termos da legislação em vigor, com sede em Lisboa, e com o objectivo de produzir e vender fósforos.

NO REGIÃO DE PORTUGAL (Lisboa e suas dependências)

CONCESSÃO DE FÁBRICA DE FOSFOROS E FÓSFOROS

Capital: 4.500 Contos de Reis ou, ao par, Francos 25.000.000

SÉDE DA COMPANHIA EM LISBOA

Titulo de Uma Acção Liberada

Reis 458.000 ou, ao par, Francos 250

COMPAGNIE PORTUGAISE DES ALLUMETTES

Constituída nos termos da legislação em vigor, com sede em Lisboa, e com o objectivo de produzir e vender fósforos.

EN FRANCE (Lisboa e suas dependências)

CONCESSÃO DE FÁBRICA DE FOSFOROS E FÓSFOROS

Capital: 4.500 Contos de Reis ou, ao par, Francos 25.000.000

SIÈGE SOCIAL A LISBONNE

Titre d'Une Action Libérée

Reis 458.000 ou, ao par, Francos 250

078109

Atestada e inscrita em nome de **Leina Augusta Inês de Magalhães, S.**

Luís de Almeida

António de Almeida

SECRETÁRIO GERAL

PROCURADOR GERAL

DIVIDENDOS

| | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| PAGO 1904 P | PAGO 1905 P | PAGO 1905 P | PAGO 1906 P | PAGO 1906 P |
| PAGO 1907 P | PAGO 1907 P | PAGO 1908 P | PAGO 1908 P | PAGO 1909 P |
| PAGO 1909 P | PAGO 1910 P | PAGO 1910 P | PAGO 1911 P | PAGO 1911 P |
| PAGO 1912 P | PAGO 1912 P | PAGO 1913 P | PAGO 1913 P | PAGO 1914 P |
| PAGO 1914 P | PAGO 1915 P | PAGO 1915 P | PAGO 1916 P | PAGO 1916 P |
| PAGO 1918 P | PAGO 1918 P | PAGO 1919 P | PAGO 1919 P | PAGO 1920 P |
| PAGO 1921 P | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

-
6. Foi aprovada por unanimidade a proposta de alteração do artigo 16.º do Pacto Social, pelo aditamento de um número 3, passando a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 16.º

Convocação das reuniões

- 1 – (mantém a redacção em vigor).
- 2 – (mantém a redacção em vigor).
- 3 - *Não é permitido à sociedade divulgar através do seu sítio na internet, as informações previstas nos artigos 288º e 289º do Código das Sociedades Comerciais, devendo as informações aos accionistas ser prestadas pela consulta e obtenção de cópias de documentos, na sede social.*

7. Foi aprovada por unanimidade a proposta de Política Interna de Selecção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais.

8. Foi aprovada por unanimidade a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 28 de Maio de 2015

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
(Luís Neiva dos Santos)

BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

Av. da Boavista, 1083 . 4100-129 Porto

T. +351 226 086 460 . F. +351 226 086 493

www.bancocarregosa.com

info@bancocarregosa.com

**Matriculado na CRCP sob o número único
de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015**

Capital Social: 20.000.000 euros

Edição e Propriedade: BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

Design: SKA - Brand Development

Ano de Edição: 2015

